

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**O projeto de urbanização uberlandense  
e a experiência de cidade para moradores do Residencial Pequis**

**MARCOS PAULO BRUNO RIBEIRO**

**UBERLÂNDIA  
2024**

**MARCOS PAULO BRUNO RIBEIRO**

**O projeto de urbanização uberlandense  
e a experiência de cidade para moradores do Residencial Pequis**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

**UBERLÂNDIA  
2024**

**MARCOS PAULO BRUNO RIBEIRO**

**O projeto de urbanização uberlandense  
e a experiência de cidade para moradores do Residencial Pequis**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Ilka Vieira Vasconcelos  
(Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marta Emísia Jacinto Barbosa

---

Prof<sup>ª</sup> Ma. Leticia Siabra da Silva

## Agradecimentos

Agradeço,

Às minhas avós, Helena e Maria, que foram e são fundamentais em minha criação, por cada ensinamento dado durante esses vinte e sete anos completados, que ajudaram e moldaram minha pessoa.

Aos meus avôs, Lumar e Vicente (*in memoriam*), que também tiveram papel fundamental em minha criação, assim como no apoio e incentivo em meus estudos.

À minha mãe, Silvane Rodrigues Bruno, exemplo de mulher e ser humano que tenho em minha vida. Por sempre buscar ter feito o possível e impossível para que eu pudesse estar onde estou e ser quem sou. Sua luta e persistência são inspirações pra mim. Meu eterno amor a você.

Ao meu pai, Cláudio Fernandes Ribeiro, exemplo de homem o qual carrego e me espelho. Por sempre, também, ter acreditado em mim e ajudado a formar meu caráter. Sua paciência e lealdade são inspirações pra mim. Meu eterno amor a você.

À minha querida irmã, Ana Flávia Bruno Ribeiro, exemplo de companheirismo, lealdade, amor, parceria e compreensão. Muito do que sou, hoje, também é graças a ela. Obrigado por ser abrigo e por depositar sua confiança a mim. Sua inteligência, firmeza e bondade são inspirações pra mim. Meu eterno amor a você.

À minha amada companheira e namorada, Rosiane Deline da Paixão Quintero, pelo apoio, compreensão e carinho dados ao longo de toda nossa relação, mas, sobretudo, frente aos dias ausentes dedicados à escrita deste trabalho. Todos os conselhos, incentivos e motivações dadas por você foram cruciais.

À minha psicóloga, Karina Cecchinel, a qual teve um papel fundamental em meu fortalecimento e amadurecimento psicoemocional. Por, através das várias sessões que tivemos, ajudar em meu crescimento pessoal enquanto ser humano, fazendo com que, antes de mais nada, eu me enxergasse, respeitasse e compreendesse ao longo de todo esse caminho chamado vida.

Aos professores e às professoras que passaram por minha vida durante o ensino básico, especialmente nos anos que vivi no Colégio Marista Champagnat. Profissionais da

educação que, mais do que ensinar conteúdos em sala de aula, estimularam a reflexão e criticidade acerca da sociedade em que vivemos, além de trocaram conhecimentos de vida e de mundo, capazes de dar esperança e determinação para que eu chegasse aonde cheguei.

Aos meus amigos e amigas que fiz durante a trajetória escolar, os quais guardo grande admiração e, felizmente, mantemos nossa relação ainda nos dias de hoje: Luiz Felipe, Sarah Moraes, Licholas Loureiro, Marcus Filipe e Tulio Correia.

Aos amigos e amigas que fiz na faculdade, Ana Luísa, Andressa Pereira, Beatriz Ribeiro, Cristiano Alvarenga, Felipe Palazzo, Guilherme Bueno, Isadora Bueno, João Victor, José Guilherme, Luan Ferreira, Nathália Santos, Rafaela Cecchi e Vinícius Rodrigo, pelos quais e pelas quais guardo respeito, admiração, inspiração e amor. Obrigado, a todos e todas, por terem feito parte dessa, tão difícil, jornada e tornar essa caminhada mais leve, bem como dar sentido à vida e à luta que se faz necessária para viver e transformar o mundo. Saibam que, sem vocês, não estaria aqui nem seria quem sou hoje.

À Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos, minha orientadora e, antes de tudo, exímia mulher professora historiadora. Obrigado pelas várias discussões, debates e questionamentos valiosíssimos de suas aulas. Obrigado por inspirar e transformar a vida, especialmente a minha, de estudantes que passaram e passam por suas aulas. Sua dedicação, compromisso e responsabilidade com a educação são inspirações que levarei eternamente em minha vida profissional e pessoal. Agradeço, também, pelo carinho, atenção e paciência que teve comigo ao longo do processo de escrita e descoberta do presente trabalho. A serenidade, coragem, ânimo, força, perseverança e esperança foram fundamentais para chegar até aqui.

À Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa que, além de membro da banca, foi uma das primeiras a me ajudar a enxergar que eu estava no lugar certo: cursando História na Universidade Federal de Uberlândia. Os meus mais sinceros agradecimentos, por ser esse exemplo de mulher professora historiadora; por acreditar na educação, a partir da luta, dedicação e responsabilidade que você aplica a ela, a partir do seu ofício. Obrigado por cada cobrança, questionamento e aprendizado ao longo desses anos. Obrigado pelas transformações que você proporcionou a mim.

À Profa. Ma. Leticia Siabra da Silva, membro da banca, que dispôs do seu tempo, paciência e conhecimento para me ajudar a desenvolver a pesquisa, a partir da visita em campo, no bairro Residencial Pequís, bem como reuniões que ajudaram a elucidar várias questões no presente trabalho, assim como aceitou o convite de compor a banca.

A todas e todos estudantes do 6º e 8º anos da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, que, através de suas leituras e vivências sobre a escola, o bairro e a cidade, expostas nas cartas, ajudaram na conclusão deste trabalho.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pela oportunidade de cursar a graduação de História. Foi uma mistura de luta, cansaço, alegria, persistência, aprendizado e realização.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta pesquisa.

## Resumo

Este trabalho foi desenvolvido sob a perspectiva historiográfica da História Social, ou seja, o estudo sem compartimentação ou subordinação ao econômico, com vistas à compreensão de todas as dimensões da sociedade. A partir de análises e explicações que retratam as tensões sociais e as contradições presentes no projeto de planejamento urbano da cidade de Uberlândia, o trabalho busca compreender as diferentes experiências de cidade para seus moradores, sobretudo no bairro Residencial Pequis, bairro periférico da cidade construído com o Programa Minha Casa Minha Vida. Com a leitura de documentos oficiais da Prefeitura, como o Plano Diretor, e a identificação de sujeitos que disputaram a construção e o planejamento, os interesses da cidade, são problematizados os modos como o planejamento e as várias experiências urbanas afetam a vida dos sujeitos, moradores de periferia, assim como estes agem e resistem diante desse planejamento que, por vezes, institucionalmente rejeita e silencia a participação desses grupos sociais. A pesquisa se debruça sobre o tripé cidade, escola e periferia, e o foco de estudo são os sujeitos que compõem esses espaços, bem como as formas de luta para o enfrentamento de um problema socioeconômico estrutural: a segregação socioespacial e educacional e a falta de políticas habitacionais e no planejamento urbano da cidade. Os procedimentos adotados foram: levantamento de fontes; classificação, análise e organização de materiais; reflexão crítica; produção de texto interpretativo. Através da reflexão e do questionamento do modelo que vem sendo planejado nos últimos anos, o trabalho discute o direito à cidade para os cidadãos e as cidadãs pobres, da classe trabalhadora: cidade com habitações dignas e de qualidade, com uma educação pública, gratuita e de qualidade, acesso a lazer, cultura e transporte público com os mesmos padrões de qualidade com que o município se dedica a entregar em asfalto, viadutos, iluminação a setores e regiões elitizadas na cidade. As discussões apontadas neste trabalho buscam reafirmar e enfatizar que a cidade deve ser de todos e para todos, não apenas para uma pequena parcela da sociedade que atende a interesses privatistas e políticos. Essas discussões apontam a necessidade de se rever a forma de se governar, bem como para quem se governa; algo que, para, além disso, este projeto discute e propõe. Ao objetivar maior diálogo e confluência entre a universidade e a cidade, o trabalho fica como fonte e objeto de pesquisa para aqueles e aquelas que desejarem somar nessa discussão, bem como colocar a mudança em prática.

**Palavras-Chave:** Uberlândia; Cidade; Planejamento Urbano; Periferia; Escola.

## Lista de Fotografias

Fotografia 1 –	Sessão para votar o Plano Diretor foi acompanhada por moradores de uma área ocupada na cidade. Uberlândia, 2018. ....	28
Fotografia 2 –	Área escolhida, no Pequis, para a construção de um dos projetos habitacionais aprovados no relançamento do PMCMV. Uberlândia-MG. ....	42
Fotografia 3 –	Estudantes do Curso de História (UFU), desembarcando no bairro e vendo as casas construídas, ainda sem passeios, no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017. ....	44
Fotografia 4 –	Casas construídas, ainda sem passeios, no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017. ....	45
Fotografia 5 –	Casas construídas, ainda sem passeios, no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017. ....	45
Fotografia 6 –	Casas construídas no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017. ....	46
Fotografia 7 –	Casas construídas no Residencial Pequis, no “fim” do bairro, próximo à Comfrio Soluções Logística. Uberlândia-MG, 2017. ..	46
Fotografia 8 –	Apartamentos construídos no Residencial Pequis, pertencentes à Faixa 2 do PMCMV, ao lado de grande lote vazio. Uberlândia-MG, 2023. ....	47
Fotografia 9 –	Apartamentos construídas no Residencial Pequis, pertencentes à Faixa 2 do PMCMV, com logomarca, na caixa d’água, da construtora responsável pela construção. Uberlândia-MG, 2023. .	48
Fotografia 10 –	Espaço com bancos e pergolado no Residencial Pequis. Uberlândia, MG, 2023. ....	51
Fotografia 11 –	Espaço com bancos e pergolado no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2023. ....	51
Fotografia 12 –	Espaço com bancos e pergolado no Residencial Pequis. Uberlândia-MG. ....	52
Fotografia 13 –	APP onde se localiza uma das nascentes do córrego Rio das Pedras no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2023. ....	52



Fotografia 14 –	Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes do Nascimento no bairro Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2024.	58
Fotografia 15 –	Pais e profissionais da educação fazem manifestação contra retorno das aulas presenciais. Uberlândia-MG, 2021. ....	82
Fotografia 16 –	Servidores da educação se manifestam contra retorno das aulas presenciais, em frente à Prefeitura. Uberlândia-MG, 2021. ....	82

## Lista de Mapas

Mapa 1 –	Localização do Residencial Pequis em Uberlândia e identificação das áreas incorporadas ao novo perímetro urbano aprovado em 2013. ....	39
Mapa 2 –	Equipamentos comunitários em funcionamento no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2019. ....	50
Mapa 3 –	Residencial Pequis e sua divisão por glebas (2016). Uberlândia-MG, 2016. ....	53

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 –	Loteamentos do Setor Oeste aprovados a partir da expansão do perímetro urbano em 2013. Uberlândia - MG .....	38
------------	--	----

## Lista de Imagens

Imagem 1 –	Itinerário 8 do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes: Ambiente Participativo. ....	75
Imagem 2 –	Quadro de Planejamento do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes. ....	76
Imagem 3 –	Itinerário 7 do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes: Impacto da violência nas expectativas de aprendizagem .....	78
Imagem 4 –	Prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, anuncia que escolas estão prontas para receber os alunos. Uberlândia-MG, 2021. ....	81

## Lista de Desenhos

Desenho 1 –	A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Marcela. Uberlândia-MG, 2024. ....	91
Desenho 2 –	A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Ricardo, Uberlândia-MG, 2024. ....	92
Desenho 3 –	A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Bruno. Uberlândia-MG, 2024. ....	92
Desenho 4 –	A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Mônica. Uberlândia-MG, 2024. ....	94
Desenho 5 –	A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Fernanda. Uberlândia-MG, 2024. ....	95
Desenho 6 –	A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Rosana. Uberlândia-MG, 2024. ....	96
Desenho 7 –	O bairro, segundo Aldair. Uberlândia, M- 2024. ....	98
Desenho 8 –	O bairro, segundo Diovana. Uberlândia-MG, 2024. ....	100
Desenho 9 –	O bairro, segundo Gabryella. Uberlândia, MG. 2024. ....	100
Desenho 10 –	O bairro, segundo Silvana. Uberlândia-MG, 2024. ....	101

## Lista de Siglas

ANDES-SN –	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANGÁ –	Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro
APEOESP –	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APP –	Área de Preservação Permanente
Ascom –	Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Uberlândia
BNH –	Banco Nacional de Habitação
CAU –	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEMEPE –	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais
CEF –	Caixa Econômica Federal
CEO –	<i>Chief Executive Officer</i> ou diretor-executivo ou diretora-executiva
CMP –	Central de Movimentos Populares
CMPD	Conselho Municipal do Plano Diretor
CMU –	Câmara Municipal de Uberlândia
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CRAS –	Centro de Referência de Assistência Social
CST –	Corrente Socialista de Trabalhadores e Trabalhadoras
EC –	Estatuto da Cidade
EIV –	Estudo de Impacto de Vizinhança
EM –	Escola Municipal
EMEI –	Escola Municipal de Educação Infantil
EPI's –	Equipamentos de Proteção Individual

FAUeD –	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia
FCP –	Fundação da Casa Popular
Fiocruz –	Fundação Oswaldo Cruz
Fundeb –	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef –	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU –	Imposto Predial e Territorial Urbano
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+ –	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
MTST –	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
Naica –	Núcleo de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente
NEM –	Novo Ensino Médio
NEURB –	Núcleo de Estudos Urbanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia
ONG –	Organização Não-Governamental
OPD UDI –	Observatório do Plano Diretor de Uberlândia
OS –	Organização Social
OSC –	Organização da Sociedade Civil
OSCIP –	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PD –	Plano Diretor
PET –	Planos de Estudos Tutorados
PLANHAB –	Plano Nacional de Habitação
PMCMV –	Programa Minha Casa Minha Vida

PMDB –	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE –	Plano Nacional de Educação
PP –	Partido Progressistas
PPP –	Projeto Político Pedagógico
PROEXC –	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia
PSL –	Partido Social Liberal
PT –	Partido dos Trabalhadores
SEPE-RJ –	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do estado do Rio de Janeiro
SIEX –	Sistema de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia
Sind-UTE –	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
TJMJ –	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UBSF –	Unidade Básica de Saúde
UFPR –	Universidade Federal do Paraná
UFU –	Universidade Federal de Uberlândia
UTI –	Unidade de Terapia Intensiva



## Sumário

Introdução .....	17
Capítulo 1 – Cidade, periferia e educação: espaços em disputa .....	24
1.1 Plano Diretor de Uberlândia: o que, por quem e para quem? ....	24
1.2 Residencial Pequis: A desigualdade socioespacial enquanto planejamento urbano .....	37
1.3 A administração da educação pública em Uberlândia: “estímulo à participação da sociedade” ou omissão do Estado?” .....	54
Capítulo 2 – Fazer história enquanto sujeitos histórico-sociais: constituição e resistência do e no espaço escolar da periferia .....	71
2.1 Projeto Político Pedagógico (PPP): uma experiência para constituição do espaço .....	71
2.2 Contexto e conjuntura política na elaboração do PPP: as lutas em meio ao retrocesso na educação pública municipal .....	80
2.3 O meio urbano enquanto experiência pedagógica: como as crianças veem a cidade? .....	87
Considerações Finais .....	102
Fontes .....	104
Bibliografia .....	111
Anexos .....	116

## Introdução

O projeto que culminou na pesquisa e apresentação deste trabalho de monografia advém, antes de tudo, de inquietações experienciadas ao longo da vida a respeito do modelo de cidade, tanto o real quanto o fictício, oferecido em Uberlândia para seus moradores. Seja durante a infância, a adolescência e, agora, na fase adulta, o questionamento acerca das desigualdades urbanas fizeram-se presentes. Todavia, veio a ser nesta última fase – adulta – que os questionamentos passaram a ganhar contornos, respostas e significados. E é a partir desses novos rumos dados aos questionamentos que a pesquisa começa a se debruçar<sup>1</sup>.

Embora este trabalho não tenha a intenção de trazer e abordar a sistematização e/ou historicização da cidade, ele reafirma a importância de tal compreensão histórica, a fim de enxergar os processos de transformações, rupturas e continuidades nesse modelo e experiência da relação homem x território, assim como da existência material e política da cidade. Nesse sentido, já existem obras e produções vastas, tanto no campo da História, como também da Geografia, Arquitetura, entre outras áreas de conhecimento. Obras que, inclusive, ajudaram e nortearam a reflexão e produção deste trabalho, passando, sobretudo, por Ermina Maricato, Raquel Rolnik, Milton Santos, Friedrich Engels, Henri Lefebvre, David Harvey e outros trabalhos acadêmicos aqui citados.

Ainda assim, é válido abordar e pensar a definição de cidade para seguir uma linha de raciocínio e, dessa forma, compreender como esse território é construído, organizado e disputado; quais interesses estão por trás desses aspectos; e, claro, quem são os sujeitos envolvidos nessa luta. Tendo por objetivo evidenciar que a crise urbana vivenciada no país e, por assim dizer, em Uberlândia, não se trata, na verdade, de uma crise, mas de um projeto político e estrutural. Para tal, é necessário analisar e compreender a cidade sob uma perspectiva social, histórica e política, a fim de facilitar a compreensão do contexto em que essa pesquisa está inserida.

Raquel Rolnik, em sua obra *O que é cidade*, faz uma interpretação perspicaz sobre o conceito de cidade, trazendo uma comparação entre a cidade antiga e a cidade contemporânea.

---

<sup>1</sup> Parte da pesquisa desenvolvida para este deste projeto ocorreu no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC), da Universidade Federal de Uberlândia, entre os meses de janeiro e dezembro de 2023, com o título “Escola e cidade: a experiência escolar no Bairro Residencial Jardim Pequis em Uberlândia-MG (2017 a 2023)”, sob orientação da Professora Regina Ilka Vieira Vasconcelos e registrado na Diretoria de Pesquisa da UFU sob o código DIRPE/PIVIC Nº 068/2023.

Ela diz que esta última se caracteriza “pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios”, além de ser, também, “um registro, uma escrita, a materialização de sua própria história”. Ora, a cidade foi e continua sendo um espaço, ou melhor, um território<sup>2</sup>, de trabalho e moradia, mas que passou e passa por várias transformações, a partir dos diferentes interesses dos sujeitos que a compõem e, também, detêm o poder sobre esse território ou, como diria Milton Santos: “o espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (Santos, 2002, p. 153). Tais interesses, analisados a partir da consolidação e expansão do capitalismo, são os interesses que serão expostos no decorrer do trabalho, de duas classes em disputa: burguesia e classe trabalhadora.

Fazendo um recorte mais próximo da história sobre o uso e a invasão das terras brasileiras<sup>3</sup>, que foram, e são, sistematicamente utilizadas por grandes latifundiários e políticos de famílias tradicionais para atender a interesses da burguesia nacional e internacional, vemos que a questão da terra e, em especial, da moradia, reflete uma desigualdade socioestrutural profunda. O planejamento urbano, sob a ótica neoliberal, é responsável por organizar e estruturar tanto o *habitar* (com acesso a serviços básicos e de qualidade, como água potável; energia elétrica; esgoto encanado; coleta de lixo; pavimentação das vias; mobilidade urbana; educação, saúde, esporte, cultura, lazer, meio ambiente) para alguns – camada das classes média, média alta e burguesia – quanto o *habitat* (as moradias sem, necessariamente, a estruturação dos serviços públicos essenciais e com qualidade) para outros – camada pobre da sociedade.

Note que ao falar em boa condição de vida não me refiro, apenas, a questões materiais, que também são importantes e necessárias, mas quero dizer que, na cidade contemporânea, as condições básicas de vida são mercadorias e, como tais, os sujeitos, a depender de sua classe socioeconômica, não as têm em sua integralidade e totalidade. Assim sendo, o único direito que possuímos, na lógica neoliberal, é o de não ter o que necessitamos e queremos. Afinal de contas, tal lógica e sistema são baseados na propriedade privada, lógica essa que já incorporou

---

<sup>2</sup> A preferência pelo termo “território” se dá pelo fato de enxergar e entender a cidade enquanto um espaço escolhido, demarcado e disputado pelos sujeitos que o constroem; diferentemente de um espaço, que pode vir a ser um lugar qualquer, sem necessariamente a ação de sujeitos.

<sup>3</sup> Aqui, sim, cabe o uso literal do termo “invasão” que, diferentemente do que prega o discurso hegemônico e o senso comum, diz respeito à usurpação e ao roubo das terras indígenas, a partir do processo colonizador que resultou no genocídio em massa desses povos, e a exploração indiscriminada dos recursos naturais que delas fizeram parte, a fim do uso meramente mercantil e individual.

o direito à moradia em suas engrenagens, visto que esta é essencialmente atrelada a uma materialidade não reproduzível: a terra.

A definição de Rolnik vai ao encontro e se complementa com reflexões feitas e já expostas em outras obras, como as de David Harvey:

Vivemos em uma época em que os ideias dos direitos humanos passaram o primeiro plano tanto política quanto eticamente. Dedicamos muita energia política na promoção, defesa e articulação de sua importância na construção de um mundo melhor. Na maior parte do tempo, os conceitos em vigência são individualistas e baseados na propriedade, e, como tais, em nada contestam a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal. Afinal, vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito que se possa pensar. (Harvey, 2014, p. 27).

Faz-se oportuno, ainda, a partir da afirmação exposta por Harvey, reafirmar como as ideias neoliberais são desconexas da realidade, sobretudo da classe trabalhadora.

Angela Davies também desenvolve uma reflexão importante sobre a ideia de liberdade no capitalismo que, em consonância com o que foi dito acima, elucida e desmonta as falácias e políticas neoliberais: “a ideia de liberdade é inspiradora. Mas o que isso significa? Se você é livre em um sentido político, mas não tem comida, o que isso significa? A liberdade de morrer de fome?”. Isso se estende a todas as esferas sociais: moradia, emprego, saúde, educação, alimentação etc. O sonho da casa própria, embora seja vendido enquanto algo inspirador em nossa sociedade é, na verdade, em sua essência, uma das maiores constatações de desigualdade social que o capitalismo nos oferece. Parafraseando Angela Davies: mas o que isso significa? Se você possui uma casa, mas não tem emprego digno, comida na mesa, educação, saúde, transporte, cultura, descanso, lazer e tempo, o que isso significa? É isso que, em vários cantos do país, é questionado na periferia.

Pensando por essa ótica e definição, não fica difícil compreender porque a cidade de Uberlândia ao longo de sua história e, assim se mantendo, nas gestões do atual prefeito Odeldo Leão, constrói a imagem de “cidade progresso”, “cidade modelo”, “cidade referência”, em detrimento dos demais municípios do estado, inclusive do país, apresentando a cidade enquanto uma espécie de lugar livre de conflitos e contradições sociais. Assim escreveu a professora Célia Rocha, ao analisar Uberlândia quando se mudou para a cidade:

Incomodava o modo como, nesses discursos, Uberlândia era apresentada [...] isto é, uma cidade resplandecida nas imagens de modernidade, que procuravam legitimar os poderes formados nesses sentidos e projeções, ao

mesmo tempo em que buscavam intimidar as possibilidades de outros grupos e sujeitos sociais de traduzirem a cidade nos sentidos e significados de suas memórias e experiências sociais. (Calvo, 2012, p. 172).

Isso também não acontece à toa, mas devido a fatores histórico-geográficos e tomadas de decisões políticas que foram favorecendo e consolidando a região enquanto pólo de investimento e retorno financeiro a grupos políticos e de empresários. A construção dessa imagem não é vazia, sem sentido ou por acaso; ela tem referencia, embasamento e significado: a lógica de mercado, hegemônica, liberal e neoliberal. A cidade contemporânea, enquanto mercadoria e sob essa lógica neoliberal, é vendida aos sujeitos que dela fazem parte, a partir de um projeto de cidade que diz ser feita por todos e para todos, mas que, na prática, é feito por alguns e para poucos, ou seja, uma cidade cara, segregada e desigual.

Ora, significa dizer, então, que a lógica capitalista passa a ser o princípio indissociável da política de ocupação da cidade, manifestando-se, também, com a intervenção do Estado. Daí a importância da organização do aparelho estatal: há uma necessidade e uma emergência de intervenção, cálculo e planejamento, tal qual conhecemos nos dias de hoje. Por trás dessa visão e ideia de cidade planejada, está a concepção de uma cidade que possa e deva funcionar mecanicamente<sup>4</sup>. Tal concepção, pautada na lógica da racionalidade, adentra fortemente a produção do espaço e influencia diretamente em uma nova forma de trabalhar: a divisão do trabalho.

A consolidação da urbanização é marcada pela acirrada e intensa disputa pelo território urbano, sobretudo na segunda metade do século XX. Ao passo que a urbanização crescia e se consolidava sob a ótica neoliberal, atendendo a interesses da grande indústria e dos latifundiários, mercantilizando terra, habitação e demais serviços públicos essenciais, ela, também, estabelecia e estabelece a cidade enquanto “pólo da pobreza” (Santos, 1993, p. 10):

Um gasto público crescentemente orientado à renovação e à reabilitação urbana e que sobretudo interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, engendra a crise fiscal na cidade; e o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência. (Santos, 1993, p. 10).

---

<sup>4</sup> Parafrazeando a professora Célia Rocha Calvo: isso fica perceptível na cidade de Uberlândia, que apresenta suas mudanças ao longo do tempo através das expressões físicas dos vários projetos urbanísticos pelos quais passou, mas, sobretudo, dos projetos implementados nos governos militares, que foram traduzidos em ações daqueles grupos econômicos que partilhavam dos mesmos interesses e enriqueceram com financiamentos de obras modernas que representavam, nessa época, com forte reverência à integração nacional, algo característico da ideologia de um regime autoritário.

É a partir, também, dessa renovação urbana que interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, que essa pesquisa busca analisar e questionar como os sujeitos, moradores de regiões pobres e periféricas de Uberlândia, são afetados com esse planejamento urbano, ou seja, como a segregação socioespacial e educacional é produzida na cidade. O crescimento, tanto econômico quanto territorial, da cidade, tão aclamado e enaltecido pelas mídias locais, bem como pelo grande empresariado que, muitas vezes, financia e apoia os governos locais (isso quando eles próprios não compõem a esfera administrativa e institucional da cidade), acontece de que forma? É feito e construído por quais sujeitos, a partir de quais interesses? É a partir desses questionamentos, envolvendo os sujeitos da cidade, que duas fontes se fazem necessárias para esta pesquisa e para tais apontamentos: o Plano Diretor de Uberlândia e o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, no bairro Residencial Pequis.

Partindo de uma análise macro, o primeiro capítulo busca compreender como é feito o planejamento urbano, a partir do Plano Diretor. Buscando identificar, a partir de uma breve historicização, como essa ferramenta surge para reduzir as desigualdades urbanas e como e por quem ela vem sendo utilizada, sobretudo em Uberlândia, identificando avanços e retrocessos, bem como a disputa pelo território da cidade. A fim de entender a relação entre periferia e cidade, com o recorte espacial do bairro Residencial Pequis, questionando “quem deve chegar a quem” (a cidade à periferia ou o contrário?), o estudo dos planos diretores de Uberlândia, assim como suas complexidades, evidenciou como o município vem planejando e construindo um modelo de cidade autoritário e desigual para as camadas pobres, negando-as o direito à cidade ao passo que atendem os interesses da especulação imobiliária.

No caso do bairro Residencial Pequis, soma-se o fato de ser fruto de um programa habitacional do Governo Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida, que, embora tenha como objetivo a diminuição do déficit habitacional no país, acabou utilizando outro problema – a segregação – para solucionar o primeiro. São analisadas, portanto, a importância e as problemáticas em torno desse programa e em como ele afetou e afeta a vida desses moradores, jogando-os no limite das periferias do município, sem quaisquer equipamentos públicos necessários e de direitos, como espaços de lazer, culturais; mobilidade urbana; áreas verdes etc.

Além disso, o primeiro capítulo irá se debruçar em como, a partir de decisões políticas, a cidade de Uberlândia adota um projeto de terceirização em diversas áreas sociais, mais especificamente no planejamento urbano da cidade e na educação. Seguindo a lógica neoliberal de desmonte, desvalorização e precarização da educação, Uberlândia adota a

administração terceirizada de quatro, das cinco escolas construídas no bairro Pequis, fazendo com que professores trabalhem mais recebendo menos, além de colocar dinheiro público nas mãos de setores privados que, ademais não possuem compromisso com uma educação pública e de qualidade, não possuem nenhuma fiscalização sobre os contratos firmados entre Prefeitura e as chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

Já no segundo capítulo, a pesquisa se debruça no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, a fim de compreender como a escola de um bairro periférico se organiza a partir das condições de precariedade em que está inserida. Entendendo o PPP da escola enquanto uma experiência de planejamento urbano também, mas em nível micro, foi possível notar como os sujeitos que compõem a escola e, assim, o bairro, se organizam a partir da cidade que lhes é oferecida e planejada sem, no entanto, a sua participação; nesse caso, em como essa escola se organiza e articula. Reafirmando a importância desse documento, bem como a autonomia que a educação pública, na figura dessa escola municipal, tem em lidar com suas problemáticas e na construção dos conhecimentos de seus estudantes, a análise percorre todo o histórico e contexto de elaboração do documento.

Mais à frente, a partir da análise do PPP, é possível compreender como a segregação socioespacial afeta a dinâmica educacional em bairros periféricos, sobretudo a partir das implicações causadas por viverem e estudarem em um ambiente homogeneizado e, assim, tendo pouco contato com outras realidades e sujeitos da cidade. Assim, o estudo e os questionamentos apontados nessas duas fontes – o Plano Diretor de Uberlândia e o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes – jogam luz em como o processo de diferenciação e separação de classes se manifesta no meio urbano e educacional da cidade, assim como a segregação acaba por, cada vez mais, invisibilizar e ignorar os mais pobres, ao passo que favorece condições básicas de vida e educação a setores que têm condição de pagar por eles e, muitas vezes, atendem aos interesses das oligarquias locais.

Dessa forma, os principais sujeitos a serem abordados nesse segundo capítulo são os estudantes da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes. Tal escolha se deu a partir de experiências, vindas de observações e vivências nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e II e História Regional e Local: Metodologia e Ensino. Esta última, dentre outras coisas, norteou o recorte local da pesquisa – bairro Pequis – devido um trabalho de campo realizado na cidade de Uberlândia, que consistiu percorrer determinadas regiões periféricas da cidade, tanto em áreas mais nobres, quanto em mais carentes, a fim de observar

e discutir as dinâmicas sociais e estruturais do município<sup>5</sup>. É, então, a partir das experiências no ambiente escolar, analisando por quem ele é composto, como é composto, quais relações sociais presentes ali, assim como as complexidades do ambiente e comunidade escolar; aliado ao trabalho de campo mencionado acima, que o presente trabalho é pensado, elaborado e construído.

---

<sup>5</sup> Aula de campo “Trajetos e espaços urbanos na cidade de Uberlândia: identificação, compreensão e problematização: sujeitos, espaços, experiência, história e memória”, desenvolvida pelas disciplinas *História Regional e Local: Metodologia e Ensino* e *Projeto Integrado de Práticas Educativas II*, dos Cursos de Graduação em História, Institut de História, Universidade Federal de Uberlândia, no dia 28 de outubro de 2017, pelas Professoras Marta Emisia Jacinto Barbosa e Regina Ilka Vieira Vasconcelos, e que contou a participação de dois professores do Instituto de Geografia da UFU, Professor Sergio Luiz Miranda e Professora Gláucia Carvalho Gomes.



## Capítulo 1

### Cidade, periferia e educação: espaços em disputa

#### 1.1 Plano Diretor de Uberlândia: o que, por quem e para quem?

O Plano Diretor é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental de Uberlândia, tendo por objetivo orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como atender às aspirações da comunidade, constituindo-se na principal referência normativa das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico (Uberlândia, 2006).

A conceituação acima diz respeito ao Plano Diretor de Uberlândia, definida em texto do Art. 2º da Lei Complementar nº 432, de 19 de Outubro de 2006, que aprova Plano Diretor do Município de Uberlândia.

Já a conceituação a seguir é a que está atualmente exposta no *site* da Prefeitura da cidade:

É um instrumento de planejamento que estabelece regras que orientam e induzem o crescimento da cidade, bem como organizam as atividades urbanas e rurais, considerando, dentre outros aspectos, meio ambiente, habitação, educação, saúde, transporte e infraestrutura urbana (Uberlândia, 2024).

Esse instrumento deve ser entendido como elemento definidor dos grandes objetivos do município, onde serão indicadas as premissas, políticas, diretrizes e estratégias de intervenção, tendo como princípio orientador o pleno cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, tornando a cidade acessível e justa ao conjunto de seus habitantes [...] O Plano Diretor é também fundamental para nortear e articular o processo de tomada de decisões relacionadas a priorização de ações a serem implementadas nas diversas áreas, pelo poder público municipal. Ele busca melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as desigualdades socioeconômicas e tornar as cidades mais inclusivas, justas e ambientalmente equilibradas (Uberlândia, 2024).

É interessante analisar e interpretar com mais calma tais definições, a fim de compreender como e para quem esse instrumento normativo está vinculando a gestão urbana de Uberlândia. Embora, em um primeiro momento ou contato, seja um texto e um discurso

carregados de “boas intenções”, com conceitos “progressistas”, tais como “reduzir as desigualdades socioeconômicas”, “cidade mais inclusiva, justa e equilibrada”, reafirmados muitas vezes em seminários internacionais e acadêmicos, na prática esta lei acaba ignorando a maioria da população, ou melhor, atendendo apenas a interesses de determinados grupos sociais, deixando temas importantíssimos, como habitação social, saúde, transporte público e saneamento básico em segundo plano. E, vale ressaltar, isso não acontece à toa, mas, sim, devido a como e por quem esse instrumento de planejamento urbano é elaborado e executado.

Nas cidades contemporâneas, sobretudo nos países capitalistas periféricos, “o resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, cidadania para alguns... não se trata de direitos universais, mas de privilégios para poucos” (Castro e Silva *apud* Maricato, 2015, p. 87).

Toda ação é uma ação política, ou seja, ela é carregada de interesses e ideologias daqueles sujeitos que, antes, a discutem e elaboram e, depois, a executam. Somando-se a isso, temos que um plano nada mais é que um conjunto de ações políticas, sociais e econômicas que são definidos com algum propósito específico; como um projeto ou medidas e providencias a serem tomadas. Estamos falando, então, que um Plano Diretor é, para além das definições tecnicistas, um conjunto de interesses e forças políticas, aplicados em forma de lei e elaborado por sujeitos que compõem uma esfera de poder (via de regra), a fim de organizar e estruturar o território, seja ele urbano ou rural, e o modo de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras que o constituem. Logo, as definições apresentadas nessa Lei Complementar, bem como no *site* da prefeitura, já ficam suscetíveis a alguns questionamentos para a população de Uberlândia: quem são os sujeitos responsáveis pela elaboração e aplicação do Plano Diretor de Uberlândia? De quem e quais são os interesses desse Plano? Quais propósitos visam ser atendidos nele? De que forma, exatamente, esse documento “induz o crescimento da cidade”? Como e para quem a cidade se desenvolve, exatamente?

O Plano Diretor que está em vigência na cidade, aprovado pela Lei nº 432, em 19 de outubro de 2006<sup>6</sup>, está defasado. São praticamente vinte anos desde sua promulgação. Isso não significa, é claro, que a cidade deixou de se desenvolver, muito pelo contrário, ela seguiu seu desenvolvimento, mas sem passar por qualquer consulta, atualização e participação popular nas tomadas de decisões desse processo. No caso de Uberlândia, o Plano passou por

---

<sup>6</sup> Segundo o Estatuto da Cidade, Lei Nº. 10.257, de **10 de Julho de 2001**, em seu Art. 39: “§3º A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 10 anos.” Ainda segundo o Estatuto, a Lei, bem como o Plano, devem ser revistos no prazo inferior aos dez anos, seguindo alguns requisitos dispostos no texto da lei. Todavia, mesmo isso sendo colocado, não há nenhum indicativo de penalidade, sansão ou coisa similar, caso não ocorra a revisão dentro do prazo estipulado (Brasil, 2001).

diagnósticos e revisões, ocorrendo, entre 2016 e 2018, tentativas de atualização. Embora tenha sido, inclusive, aprovado pelo Conselho Municipal do Plano Diretor<sup>7</sup>, em 2016, para que pudesse ser apreciado e votado em 2017 pela Câmara dos Vereadores, tendo sua validade para o decênio 2017-2027, o Plano acabou não sendo, sequer, colocado à apreciação na Câmara.

Esse processo ocorreu na gestão do ex-prefeito Gilmar Machado (PT), cuja gestão ocorreu no período 2013-2016, período em que ocorria uma grande disputa de poder no âmbito institucional, em nível federal sobretudo, mas que teve efeitos, também, nas esferas estaduais e municipais. O ano em que ocorria a revisão do Plano Diretor da cidade de Uberlândia foi o mesmo em que a ex-presidente Dilma Rousseff sofreu um golpe, sendo retirada do poder pela direita, representada naquele momento por Michel Temer (PMDB), que assumiu o cargo do executivo e, posteriormente, a extrema-direita na Fotografia de Jair Bolsonaro (PSL). Estava em curso não apenas uma “troca” de presidente e / ou partido político, mas, especialmente, o regime político do país. Programas e políticas públicas voltadas a classes mais baixas, que já vinham sendo minadas e sofrendo mais cortes, ficariam estagnadas e sucateadas, de fato, nos anos seguintes.

Tal apontamento e tal contextualização se fazem necessários, também, para entendermos o motivo de Uberlândia estar há quase vinte anos sem uma revisão do Plano Diretor<sup>8</sup>, tendo ainda, nesse período (2017/2018), a reprovação de um Plano que, pela primeira vez na cidade, havia passado pela elaboração e análise técnicas não de um setor da área privada (como um escritório de urbanismo), mas, sim, por uma própria equipe técnica do município e contando com a participação de membros da sociedade civil, associações e movimentos sociais, como: Núcleo de Estudos Urbanos (NEURB); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Central de Movimentos Populares (CMP); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU); Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). O texto elaborado, que contou

---

<sup>7</sup> Segundo o Plano Diretor em vigência, o Conselho Municipal do Plano Diretor é o “órgão consultivo e fiscalizador, tendo por atribuição principal avaliar, propor, debater e opinar sobre a política de desenvolvimento urbano regulamentação, implantação, gestão e monitoramento do Plano Diretor, dentre outros, em conjunto – governo e sociedade civil, inclusive para os fins da RESOLUÇÃO RECOMENDADA nº 15 de 08 de junho de 2006 do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades” (Uberlândia, 2006).

<sup>8</sup> Com a perda de influência e poder, sobretudo institucionalmente, do Partido dos Trabalhadores, o avanço de ideias e projetos desta ala política ficaram cada vez mais difíceis de serem pautados e aprovados. A revisão, a proposição e a elaboração do Plano Diretor de Uberlândia, que contou com discussões e participação popular, no último ano do Governo Gilmar Machado, foi sua “cartada final” enquanto política pública e que, ainda sim, não logrou sucesso, visto sua não aprovação.

com audiências públicas e várias reuniões, apresentou diversas propostas não incluídas no Plano Diretor de 2006 e que, também, não foram sugeridas em momento nenhum pelo Prefeito, à época Odelmo Leão<sup>9</sup> e seu governo. Propostas essas que, inclusive, foram, em certa medida, contra o padrão de planejamento urbano em vigência, pautado na lógica e nos interesses do mercado imobiliário e do grande empresariado da cidade, ao passo que o interesse dos demais grupos sociais ficavam em segundos, terceiros ou quartos planos.

Vale destacar que, mesmo o projeto tendo passado por vários diagnósticos, planos de trabalho, ações preliminares, definições de estratégias, enfim, todo o processo de elaboração, e tendo sido aprovado pelo Conselho do Plano Diretor, ele ainda deveria ser colocado em apreciação pelos vereadores na Câmara Municipal e pelo poder executivo, encabeçado, nessa época, por Odelmo Leão. O que não aconteceu.

Quando o prefeito Odelmo Leão assumiu o cargo executivo de Uberlândia, em 2017, após a gestão de Gilmar Machado, o Plano que havia sido aprovado pelo Conselho do Plano Diretor passou um ano inteiro sem ser apreciado ou colocado em pauta na Câmara Municipal, até 2018. Quando o debate foi retomado, apresentou-se ao Conselho uma nova versão do Plano, sem que antes tivesse passado por um processo de análise, discussão e aprovação em conjunto com o Conselho e a sociedade. Ainda assim, o “novo” Plano foi aprovado em Conselho e colocado para votação no plenário da Câmara. Segundo membros do Conselho à época, a partir de análises políticas acerca de todo esse processo, essa foi uma articulação do governo Odelmo para apresentar outro projeto, que fosse mais condizente com sua linha e interesses políticos.

Segundo pessoas que compuseram o Conselho, houve um levantamento que identificou, pelo menos, dezenove modificações no projeto do Plano Diretor, segundo reportagem do jornal *Diário de Uberlândia* em 2018:

Entre as mudanças apontadas no documento estavam a alteração de prazos para implementação de diretrizes, troca de verbos (“criar” por “viabilizar”, por exemplo) ou de frases inteiras do projeto e exclusão de termos que dão novo sentido a norma (Torres, 2018).

Gustavo Malacco<sup>10</sup>, que compôs o Conselho Municipal do Plano Diretor, em 2016, e participou das discussões do Plano apresentado pelo executivo em 2018, diz: “uma nova

---

<sup>9</sup> Odelmo Leão exerceu mandato como prefeito do município de Uberlândia nos seguintes períodos: 2005-2008, 2009-2012, 2017-2020, e está concluindo o atual mandato, de 2021 a 2024.

<sup>10</sup> Biólogo formado pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Engenharia Florestal pela Federal de Lavras, ambientalista e ativista social na defesa de cidades mais inteligentes e pela sustentabilidade no campo.

versão foi apresentada no conselho, completamente desfotografada daquela versão que tinha sido aprovada em 2016”. Após muita pressão, vários debates e até audiências públicas, membros do Conselho e a população conseguiram judicializar o caso, levando ao Ministério Público sob o argumento e a evidência de que após as novas alterações, o novo Plano não passou pela devida consulta e participação popular, procedimento exigido, no próprio Estatuto da Cidade, para a aprovação de um Plano Diretor.

**Fotografia 1** – Sessão para votar o Plano Diretor foi acompanhada por moradores de uma área ocupada na cidade. Uberlândia, 2018.



Fonte: Fotografia de Aline Rezende/Ascom/CMU (2018).

Toda essa mobilização acabou fazendo com que a votação na Câmara fosse suspensa até que houvesse a devida consulta e participação popular. Neste meio tempo, mais mobilizações foram feitas, a fim de reafirmar que esse novo Plano não representava as necessidades da população de Uberlândia, bem como não dialogava com a proposta inicial já, também, aprovada em conselho. Toda essa movimentação gerou muita pressão na base de vereadores do prefeito, fazendo com que o Plano fosse reprovado (o resultado foi de 13 votos favoráveis [à reprovação], 10 abstenções e 3 ausências.). Desde então, o prefeito Odelmo Leão não retomou mais as discussões do Plano<sup>11</sup>. Neste ano de 2024, a prefeitura resgatou a discussão e revisão do Plano de 2006, para elaboração e apreciação, com pouco debate e

<sup>11</sup> Havia uma proposta de revisão para 2020, contudo, devido a pandemia, a revisão foi adiada.

discussão com os trabalhadores em geral, e, dessa vez, definindo um processo terceirizado para elaboração do Plano, com a contratação, mediante licitação, de uma empresa privada<sup>12</sup> para dar segmento aos trabalhos de diagnósticos, relatórios, definições de estratégias e proposições.

Ao ficar diante dessa situação, em que o setor privado é que tomaria a frente de todo o processo, despontou a inquietação se esse procedimento seria habitual e de praxe. Ao questionar alguns vereadores, assessores e professores pesquisadores da área de Arquitetura e Urbanismo, a resposta foi “sim”. As respostas foram um tanto quanto padronizadas, percorriam o caminho com a seguinte justificativa: “a cidade de Uberlândia é muito grande para o próprio município tomar frente a esse processo”; “escritórios de arquitetura possuem grande influencia e experiencia na área de elaboração de planos diretores, fazendo com que seja mais comum”. Configuraram-se discursos que exalam a lógica neoliberal de que o Estado deve atuar cada vez menos em qualquer área social, deixando para o setor “salvador de todos”: a iniciativa privada. Fato é que o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor acabam não possuindo lei específica que permita a iniciativa privada “assumir” o dever do Estado. Contudo, também não há leis que a impeçam de fazer. Durante entrevista informal, uma professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Disgn da UFU, afirmou que, de fato, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor não legislam sobre quem pode ou não assumir a elaboração do Plano, ficando a cargo das próprias prefeituras, mediante Lei Orgânica do Município<sup>13</sup>.

Na Lei Orgânica do Município de Uberlândia, apenas três artigos versam sobre a questão do planejamento urbano municipal, sobretudo no quesito de competências, mas, ainda sim, de forma genérica. O Artigo 7º, inciso XIX, diz que “*competete*” ao município “*elaborar*” o plano diretor de desenvolvimento integrado (Uberlândia, 1990, grifos meus). Já no Artigo 120, vemos:

A política de desenvolvimento urbano do Município, observadas as diretrizes fixadas em lei federal, tem por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções urbanas e garantir o bem-estar da comunidade local, mediante a implementação dos seguintes objetivos gerais:  
Parágrafo Único - A política de desenvolvimento urbano no Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:

<sup>12</sup> Fundada em 1987, a TESE – Tecnologia, Arquitetura, Urbanismo e Cultura integra o grupo de empresas Cartagena Empreendimentos e Construções, fundadas por Mirna Cortopassi Lobo e Diogo Cortopassi Lobo, seus responsáveis técnicos.

<sup>13</sup> A Lei Orgânica é a norma que rege o funcionamento das entidades federativas do país, como distrito federal e município. Grosso modo, é uma espécie de “constituição federal dos municípios”. Ela é que estabelece as diretrizes e princípios básicos para que os poderes públicos locais funcionem.

[...]

II - elaboração e execução do plano diretor (Uberlândia, 1990).

Por último, o Artigo 126 traz:

O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo as diretrizes e objetivos estabelecidos no plano diretor e mediante adequado sistema de planejamento (Uberlândia, 1990).

Embora o Artigo 7º traga que é de competência (ou seja, expressa a responsabilidade e legitimidade do município no planejamento urbano, via Plano Diretor) de o município elaborar o Plano Diretor, este último verbo acaba por deixar ambígua a forma como ocorrerá: se na fotografia do próprio município ou a partir do ordenamento deste a outrem. Já o Artigo 120 versa que a política de desenvolvimento urbano se fará mediante a adoção do Plano Diretor enquanto instrumento, sendo tanto a elaboração quanto a execução partes desse instrumento, contudo não especifica como ou por quem esse instrumento será adotado. Por último, o Artigo 126 apresenta-se como o mais genérico dentre os três. A forma com que o município organiza sua administração e promove a política de desenvolvimento urbano, a partir de determinado planejamento, acontece e varia de governo para governo, ou seja, muda de acordo com os interesses e acordos que visa atender e criar. Estes podem ser pensados, voltados e construídos pelo e com a participação da classe trabalhadora ou, como temos visto, voltados ao empresariado e agronegócio da região. Embora, por se tratar de Lei Orgânica e, assim, estabelecer diretrizes, e não determinações específicas, seja importante observar como e para quem essas diretrizes são aplicadas (quando são).

Durante o processo de pesquisa e as tentativas de localizar os Planos Diretores de 2016 e 2017, tentei agendar reuniões com alguns vereadores, a fim de obter maiores informações e chances de localizá-los. Foi em uma dessas tentativas que acabei indo à Prefeitura justamente no dia em que ocorreria uma discussão sobre a nova revisão do PD de Uberlândia. Bendito seja a astúcia do historiador. Embora tenha me enchido de entusiasmo e curiosidade, a surpresa não tomou conta de mim. O Plano Diretor e sua elaboração, embora sejam um documento e um processo que devam contar com a participação popular, acabam sendo, na verdade, bastante desconhecidos pelo povo. Não à toa, e especificamente na gestão de Odelmo Leão, as reuniões foram e são pouquíssimas ou quase nada divulgadas à população. Não há horário de TV destinado a repassar tais informações; quando muito, há um

comunicado no *site* da Prefeitura, que só é visto após o usuário acessar o *site*, procurar a aba destinada à Secretaria de Planejamentos Urbanos e, ao fim da página, com letras menores e em meio a diversas outras opções acesso e temas da Secretaria, clicar em “Plano Diretor”. Além disso, o próprio espaço e horário escolhido para debater a questão são restritos a quase toda a classe trabalhadora: no auditório da própria Prefeitura às nove horas da manhã.

Seguindo ainda na esteira do conservadorismo, foi possível notar que a prática de privar ou negar à população a participação em debates sobre o planejamento urbano de Uberlândia não se dá, apenas, durante o processo de elaboração do Plano, mas, também, no acesso a documentos produzidos anteriormente. Refiro-me à dificuldade, não por acaso, em encontrar o documento original – de 2016 – elaborado no governo de Gilmar Machado e, aqui, se faz necessário jogar luz sobre a essa dificuldade. No primeiro momento, fazendo a busca por vias mais institucionais – como o *site* da prefeitura e o Arquivo Municipal – não pude localizar nem uma vírgula do projeto de lei. Neste primeiro momento, encontrei apenas o Plano Diretor que está em vigência, de 2006, bem como breves notícias sobre a discussão da revisão que acontece no ano de 2024. Já no segundo momento, acreditando que, como a versão digital não havia sido encontrada, poderia haver alguma versão física disponível – e também não foi localizado nada.

Uma das justificativas recebidas, através de um trabalhador chamado Paulo que atua no Arquivo Municipal, foi o fato de o projeto original não ter sido aprovado pelo poder legislativo; sendo assim, ele não estaria nos registros ou arquivos do Município. Todavia, tal justificativa não se sustenta, tendo em vista que o documento, por mais que não tenha sido aprovado ou colocado em apreciação na Câmara Municipal, passou por um processo de discussão e elaboração no ano de sua revisão, além de ter sido aprovado no Conselho Municipal do Plano Diretor. Em conversa com alguns agentes públicos e acadêmicos, o fato de o documento não estar em arquivos da Prefeitura também gerou “estranheza”. Em contato com a vereadora Amanda Gondim, com o vereador Dr. Igino e seus respectivos gabinetes<sup>14</sup> foi passada a orientação de procurar o documento no *site* da prefeitura (o que eu já havia tentado), no Arquivo Municipal e no Observatório do Plano Diretor. Luiza Dalvi, assessora de

---

<sup>14</sup> Vale destacar que, a conversa com a vereadora foi de grande importância para elucidar questões sobre esse trabalho, principalmente sobre pontos que se referem ao Plano Diretor. Foi através dessa conversa que tive a oportunidade de conhecer o Observatório do Plano Diretor (que ainda será abordado no trabalho), bem como conhecer e conversar com sua assessora, Luiza Dalvi, que tirou várias dúvidas, assim como forneceu materiais (ata de uma das reuniões de revisão do plano diretor, de 2017) e me colocou em contato com outras pessoas que, também, tiveram importância na elucidação de dúvidas para essa pesquisa. O vereador Igino também pôde ajudar muito na elucidação de questões pertinentes à pesquisa, especialmente por possibilitar contato com pessoas que acompanharam de perto e, inclusive, participaram da revisão do Plano, em 2017, como Gustavo Malacco.



Amanda Gondim e participante do Observatório do Plano Diretor, mencionou a dificuldade deste último em localizar o documento. Gustavo Malacco havia dito que poderia tê-lo em seus arquivos, e foi graças a ele que pude ter acesso ao Plano Diretor original de 2016.

O que foi de grande surpresa, em certa medida, é que o Plano Diretor colocado em votação em 2018, que passou por várias mudanças feitas pelo governo de Odelmo Leão e foi reprovado, consta nos arquivos da Prefeitura. Ele é facilmente encontrado na *internet*, assim como também conta com um exemplar disponibilizado no Arquivo Municipal. O que fica nas entrelinhas é que o governo de Odelmo Leão não fez ou faz questão de viabilizar e facilitar o acesso à versão original do Plano Diretor de 2016, que antecedeu o proposto e foi derrotado em seu governo.

Esse documento, por mais que não tenha sido votado e, conseqüentemente, aprovado, na Câmara Municipal, passou por um processo de discussão, construção, tendo sido, inclusive, aprovado no Conselho Municipal do Plano Diretor a partir de um trabalho plural e democrático. Em ata de reunião do CMPD que aconteceu em agosto de 2017, ou seja, já com as mudanças feitas pelo governo Odelmo, consta que Gustavo Malacco chegou a pedir ao Conselho que a versão aprovada em 2016, bem como a versão que fecharia os trabalhos em 2017, deveriam, ambas, ficar disponibilizadas para que as pessoas conhecessem e pudessem fazer o comparativo entre as propostas (sobretudo até a data da audiência pública que aconteceria naquele ano de 2017)<sup>15</sup>.

Dentre vários pontos que podem ser destacados nos dois Planos Diretores (2016 e 2017) e analisados a título de comparação, trago alguns mais pertinentes a este trabalho, e que estão dispostos na Seção “Habitação”. A fim de facilitar a compreensão, o Plano Diretor de 2016 será chamado de *documento I* e o Plano Diretor de 2017, *documento II*.

Como dito anteriormente, as modificações contidas no Plano de 2017 vão desde substituições de termos e expressões que reconfiguram completamente o sentido e, por consequência, a possibilidade de efetivação do que havia sido proposto, à supressão total de parágrafos e artigos elaborados em 2016.

Logo no início, a seção aponta, em seu Artigo 51, as diretrizes da política habitacional no município de Uberlândia. O documento I traz a primeira diretriz da seguinte forma:

---

<sup>15</sup> Consegui ter acesso, através de Gustavo Malacco, às atas de três reuniões que aconteceram em 2017, a respeito das modificações que foram feitas no Plano aprovado em Conselho no ano anterior. Todas transcritas e anexadas ao presente trabalho a fim de trazer maior publicização destes documentos e evidenciar como as modificações contidas no “novo” Plano foram feitas de forma vertical e de cima para baixo (Uberlândia, 29 ago. 2017; Uberlândia, 5 set. 2017; Uberlândia, 22 nov. 2017).

“*reduzir os déficits habitacionais*<sup>16</sup> quantitativo e qualitativo do Município de Uberlândia, por meio de programas municipais e parcerias com os Governos Estadual e Federal e demais entidades”. Já no documento II o texto fica assim: “*estudar medidas para reduzir os déficits habitacionais*<sup>17</sup> quantitativo e qualitativo do Município de Uberlândia, por meio de programas municipais e parcerias com os Governos Estadual e Federal e demais entidades”.

Enquanto, no primeiro caso, a diretriz já traz em si a ação que deve ser feita – “reduzir” – como objetivo central, deixando o planejamento e a metodologia a cargo da área ou subárea responsável – Secretaria de Planejamento Urbano –, o documento II coloca como diretriz o “estudo de medidas” que podem vir a ser feitas, colocando como objetivo central o estudo de medidas e não a redução propriamente dita. Note que, neste último caso, não se trata, sequer, de um planejamento (que envolve definição de metas, criação de estratégias, análise de recursos necessários, levantamento de dados/estatísticas etc.), mas, sim, apenas, de um estudo, deixando assim a diretriz em formato genérico e inerte. O estudo das medidas que reduzem o déficit habitacional deveria ser, em teoria, uma providência subsequente.

É claro que, mais importante do que está expresso em lei, no papel e na intenção, é a aplicação e a consolidação em ações e projetos. O PD em vigência apresenta propostas e artigos que expressam, em determinado grau, preocupação em diferentes segmentos sociais. Todavia, acabam sendo mais genéricos do que efetivos, visto a sua não execução e a permanência no campo da “intencionalidade”.

Dentre os instrumentos disponíveis ao poder público, no Plano Diretor, a fim de garantir que os imóveis urbanos cumpram sua função social, estão o parcelamento do solo e a edificação compulsória. Na prática, esses dispositivos permitem que o poder público exija a concretização de edificações nos terrenos vagos da cidade. É um instrumento que pode diminuir e combater a especulação imobiliária, segundo a qual proprietários de lotes (grandes, sobretudo) esperam a valorização fundiária de suas regiões, que ocorrerá a partir de investimentos públicos em infraestrutura, para vender suas terras ou realizar grandes construções – o que significa descumprir a função social. Como exemplo, é possível observar Plano Diretor de 2006:

Art. 47. O parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios do solo urbano visam garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas, onde for considerada prioritária a densificação, na forma de Lei específica disposta sobre a matéria (Uberlândia, 2006).

---

<sup>16</sup> Grifos meus.

<sup>17</sup> Idem.

O conteúdo deste Artigo 47 é de grande relevância e importância para um planejamento urbano com menor estratificação e desigualdades sociais, visto que ele visa a densificação de áreas urbanas a partir da ocupação de solos urbanos vazios. Vale destacar que a permanência e o aumento dos chamados “vazios urbanos” faz com que o município tenha a necessidade de incorporar novas áreas no perímetro urbano, muitas das vezes em regiões bem distantes e sem qualquer infraestrutura e equipamento públicos, ampliando os custos de investimentos em obras que acabam assumidos por recursos públicos.

Todavia, um planejamento urbano coletivo e participativo não se faz, apenas, com intencionalidade, como dito anteriormente; é necessária ação e consolidação, e é aqui que o jogo político se faz, precisamente. De 2006 aos dias atuais, o planejamento urbano de Uberlândia tem percorrido caminho contrário ao que foi expresso em lei: exemplos como a construção de conjuntos habitacionais em regiões que ficam no extremo limite da cidade (nos bairros Shopping Park, Monte Hebron e Residencial Pequis, por exemplo), a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, evidenciam que a lógica de urbanização da cidade, contida nesse PD, replica o método conservador e especulativo, incentivando e “alimentando” a especulação imobiliária e os vazios urbanos.

Os sujeitos que são submetidos a essa lógica, a esse modelo de planejamento, ficam em uma condição complexa e contraditória. Segundo os professores Gláucia Carvalho Gomes<sup>18</sup> e Cláudio Antonio Di Mauro<sup>19</sup>:

o acesso à moradia lhes permite o direito à cidade. Todavia, nos termos em que se dá, ao obterem o que lhes dá acesso, a forma lhes nega a própria cidade, visto que, a distância e a precariedade se somam a outros entraves

---

<sup>18</sup> Professora Instituto de Geografia (IG) da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: expansão urbana, produção do espaço, revalorização urbana, periferia e crescimento demográfico; região e regionalização; geopolítica. Atuou como Diretora de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, no período de 2013-2016, período em que também coordenou o Comitê Gestor de Formação Inicial de Continuada de Professores Da Educação Básica da Rede Pública, da UFU.

<sup>19</sup> Professor Instituto de Geografia (IG) da Universidade Federal de Uberlândia. Atuou e se aposentou como Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Campus de Rio Claro, onde Coordenou o Curso de Geografia por dois (2) anos. Em 1996 foi eleito prefeito do município de Rio Claro (SP). Foi reeleito em 2000, cumprindo mandato até o final de 2004. Como Prefeito de Rio Claro participou desde a primeira edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e do Fórum de Autoridades Locais. Presidiu por seis anos o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Paulista e depois o Federal). Trabalhou como Assessor na Agência Nacional de Águas e como consultor da UNESCO. Em 2008 foi aprovado em concurso pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) onde é Professor Associado 3, no Instituto de Geografia (IG). É membro efetivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, representando a Universidade Federal de Uberlândia. É credenciado no Programa de Pós Graduação Profissional em Geografia na UNESP Campus Presidente Prudente e no Programa PróFÁgua coordenado pela UNESP de Ilha Solteira.

concretos e simbólicos que vão se erguendo como obstáculos ao efetivo direito à cidade (Di Mauro; Gomes, 2017).

Lógica essa que contribui, cada vez mais, na consolidação de cidades desiguais “ao ocultar a cidade real e preservar condições para a formação de um mercado imobiliário especulativo e restrito a uma minoria” (Maricato, 2015, p. 87).

Isso se torna evidente, mais uma vez, quando analisamos outro importante instrumento do Plano Diretor de Uberlândia: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo; instrumento que, quando aplicado, acaba adotando uma função “extra fiscal”, visto que atua como desincentivo aos proprietários em manter imóveis abandonados e / ou terrenos vazios sem edificação; glebas vazias sem utilização e evitar a ociosidade das terras urbanizadas e, por consequência, a especulação imobiliária.

Nos Artigos 52 a 54 do Plano Diretor de Uberlândia, tal instrumento está disposto, contudo, de forma generalizada e, assim, não aplicável. No Artigo 54 consta que “o IPTU Progressivo no Tempo poderá ser aplicado em todo o perímetro urbano, *em conformidade com o estabelecido em lei específica*”<sup>20</sup>. A começar que o referido artigo trata tal instrumento enquanto possibilidade (“pode”) – o que já é resguardado no próprio Estatuto da Cidade – e não uma afirmação, ele, também, acaba condicionando a aplicação do instrumento a uma lei específica, não determinando para quais locais e setores seriam tomadas as providências para execução imediata. O que já é uma questão necessária, discutida e expressa na urbanização contemporânea conquistada pela luta urbana, tal como se vê no Estatuto da Cidade, acaba se estendendo ainda mais no tempo. Toda essa tensão entre as reivindicações populares no âmbito da luta urbana, que acabam se expressando, também, nos órgãos e instituições do Estado, e suas não aplicações, evidenciam que grupos hegemônicos, como oligarquias locais, acabam tirando proveito da aplicação (ou não) discriminatória da lei, utilizando-a de maneira arbitrária e ambígua.

A atuação do poder público é, portanto, indiscutível no processo de expansão e urbanização do município de Uberlândia. Contudo, o que deve ser observado e ressaltado é que tal atuação não ocorre de maneira isolada e, assim, sempre se deu a partir dos interesses da classe dominante local, com doações de terrenos, isenção de impostos ou provimento de infraestrutura para os novos investimentos. Com isso, temos, já há muito tempo, a produção de um espaço urbano multifacetado, que facilitou e facilita a estratificação social, tendo como engrenagem principal a especulação imobiliária. Essa lógica ficou evidente já na década de

---

<sup>20</sup> Grifos meus.

1950, com a chegada de Tubal Vilela da Silva ao poder, empresário de grande influência que atuava no ramo imobiliário, dentre outras áreas, e foi prefeito da cidade entre 1952 e 1955.

Segundo Silva (2012):

A maioria dos prefeitos eleitos fazia parte do setor imobiliário, combinando o cargo político com o de empreendedor, sendo proprietários de grande quantidade de terra, originárias de imensas fazendas que foram se incorporando ao perímetro urbano por meio de seu loteamento. Para angariar mais lucratividade, os lotes eram vendidos de acordo com os interesses dos donos, familiares ou correligionários políticos (Silva, 2012, p. 55).

Notamos, então, que mesmo que os planos diretores sejam uma conquista recente, fruto da luta urbana para uma cidade menos desigual e que atenda aos interesses e necessidades do povo a partir de leis, e, mesmo considerando e reconhecendo os avanços que tivemos nas discussões e planejamento do espaço urbano, este ainda carrega em si traços e marcas de uma política coronelista e baseada nos interesses das classes dominantes que, historicamente, ocupam os espaços públicos de poder. Segundo Maricato:

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades periféricas apresentam problemas graves. Mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, seguindo interesses tradicionais que comandam a política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. O ‘plano-discurso’ cumpre um papel ideológico (Villaça, 1999) e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos (Maricato, 2015, p. 88).

Ainda assim, há que se destacar as inúmeras formas de luta e resistência que encontramos para ir contra essa lógica hegemônica e que, embora possam não gerar um resultado imediato, têm sua importância em fomentar debates, fazer proposições, estimular a participação coletiva e ativa da sociedade e se tornar uma alternativa a esse modelo de planejamento urbano. Um dos exemplos, presente na própria cidade de Uberlândia, é o Observatório do Plano Diretor<sup>21</sup>. Trata-se, antes de tudo, de um Projeto de Extensão aprovado e registrado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFU, a fim de promover “debates, estudos e produção de conteúdo para democratizar o processo de revisão e monitoramento do Plano Diretor de Uberlândia” (Faculdade..., 2021). Formado por um

---

<sup>21</sup> “O projeto Observatório do Plano Diretor de Uberlândia – OPD UDI foi aprovado pelo Conselho da FAUeD/UFU sob número SEI 23117.046949/2021-87, aprovado e registrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/PROEXC e pela Fundação de Apoio Universitário/FAU. Ref.: DOCUMENTO SIEX 24502/2021 - REGISTRO SIEX 24656/2021. Este projeto é custeado com recursos financeiros do Ministério Público de Minas Gerais, através de Termo de Cooperação técnica” (Faculdade..., 2021).

coletivo de pessoas, o projeto conta com a participação de professores, estudantes, ativistas e profissionais, atuantes em Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Movimentos Populares, Entidades de Classe e Instituições de Ensino e Pesquisa. O observatório foi criado em 2021, a fim de articular a política urbana entre os poderes públicos e a sociedade civil, por entender que o aperfeiçoamento, a qualificação e a conscientização sobre o planejamento urbano se faz em coletividade, com a participação do povo

O Observatório conta com espaço físico, endereçado na Av. João Naves de Ávila, número 2121, na UFU, *Campus* Santa Mônica, Bloco I, sala 216, um *site* próprio (e que, embora já esteja disponível, ainda não foi finalizado), e qualquer pessoa pode fazer parte, estando presente em reuniões abertas, em modo híbrido, participando de audiências públicas e colaborando nas discussões. Embora seja um projeto “recém-nascido”, ele apresenta grande potencial para democratizar e popularizar as discussões e participações no desenvolvimento urbano da cidade, visto que conta com a presença de diversos setores e movimentos sociais; algo de grande importância e necessidade, visto que mesmo a participação popular seja uma condição de aprovação de um Plano Diretor, a maioria dos moradores da cidade desconhece a importância e a existência desse instrumento.

A mudança do planejamento urbano, pautado na lógica hegemônica se faz, também, a partir do conhecimento dos instrumentos que estes produzem e, hoje, dominam, a fim de que nós possamos reivindicar, pautar e atender nossos interesses e necessidades. Há de se valorizar e ampliar a relação entre sociedade e universidade, e vice versa, a fim de se levar o debate e as ações para além dos muros da academia, fazendo com que o Observatório esteja presente em cada canto da cidade, dos limites periféricos de nossos bairros até o cerne da Prefeitura e da Câmara Municipal de Vereadores. Por essas e outras é que a organização popular se faz tão importante e necessária, como as próprias associações de moradores, cujo objetivo é a promoção de reuniões e debates dos moradores, a fim de levantar reivindicações e deliberar estratégias sobre como solucioná-las, bem como garantir o bem-estar da comunidade e do bairro. O que reforça que mesmo não possuindo a máquina pública de poder, nós organizamos e planejamos, também, a cidade, para nós e por nós.

## **1.2 Residencial Pequis: a desigualdade socioespacial enquanto planejamento urbano**

O bairro Residencial Pequis foi criado em 2014, via Lei Municipal nº 12.065, de 19 de dezembro do mesmo ano, no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida. Contudo, isso só foi possível mediante a aprovação da Lei Municipal nº 11. 412, de 19 de Junho de 2013.

Esta última se fez necessária, uma vez que a região escolhida para a implantação do PMCMV fazia parte do perímetro rural do município, ou seja, a lei teve por finalidade a expansão do perímetro urbano de Uberlândia, incorporando à cidade antigos lotes rurais, que tinham custo mais barato. O Residencial Pequis foi o maior loteamento dentre os seis que aconteceram entre 2014 e 2016, a fim de atender as demandas do programa habitacional. Ao todo, apenas no Pequis, foram 3.200 casas construídas, contemplando a Faixa 1 do PMCMV e atingindo um total de 7.609 casas com os outros cinco loteamentos<sup>22</sup>. Abaixo, seguem dados compilados (Tabela 1) a respeito dos loteamentos:

**Tabela 1** – Loteamentos do Setor Oeste aprovados a partir da expansão do perímetro urbano em 2013. Uberlândia-MG.

Loteamento	Área Total (m <sup>2</sup> )	Quantidade de Lotes	Quantidade de Casas	Ano de Aprovação	Faixa de renda do PMCMV
<b>Residencial Pequis</b>	<b>1.998.424,37</b>	<b>3942</b>	<b>3200</b>	<b>2014</b>	<b>Faixa 1</b>
Residencial Monte Hebron	1.243.902,93	3095	2140	2014	Faixa 1
Residencial Lago Azul	431.631,47	897	489	2016	Faixa 2
Residencial Fruta do Conde 1	1.138.416,98	2003	Dados não encontrados.	2015	Faixa 2
Residencial Fruta do Conde 2	920.357,00	1832	775	2016	Faixa 2
Residencial Fruta do Conde 3	1.007.529,01	2249	1005	2016	Faixa 2
<b>TOTAL</b>	<b>6.740.261,76</b>	<b>14018</b>	<b>7609</b>	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento Urbano. Dados organizados por Motta (2016).

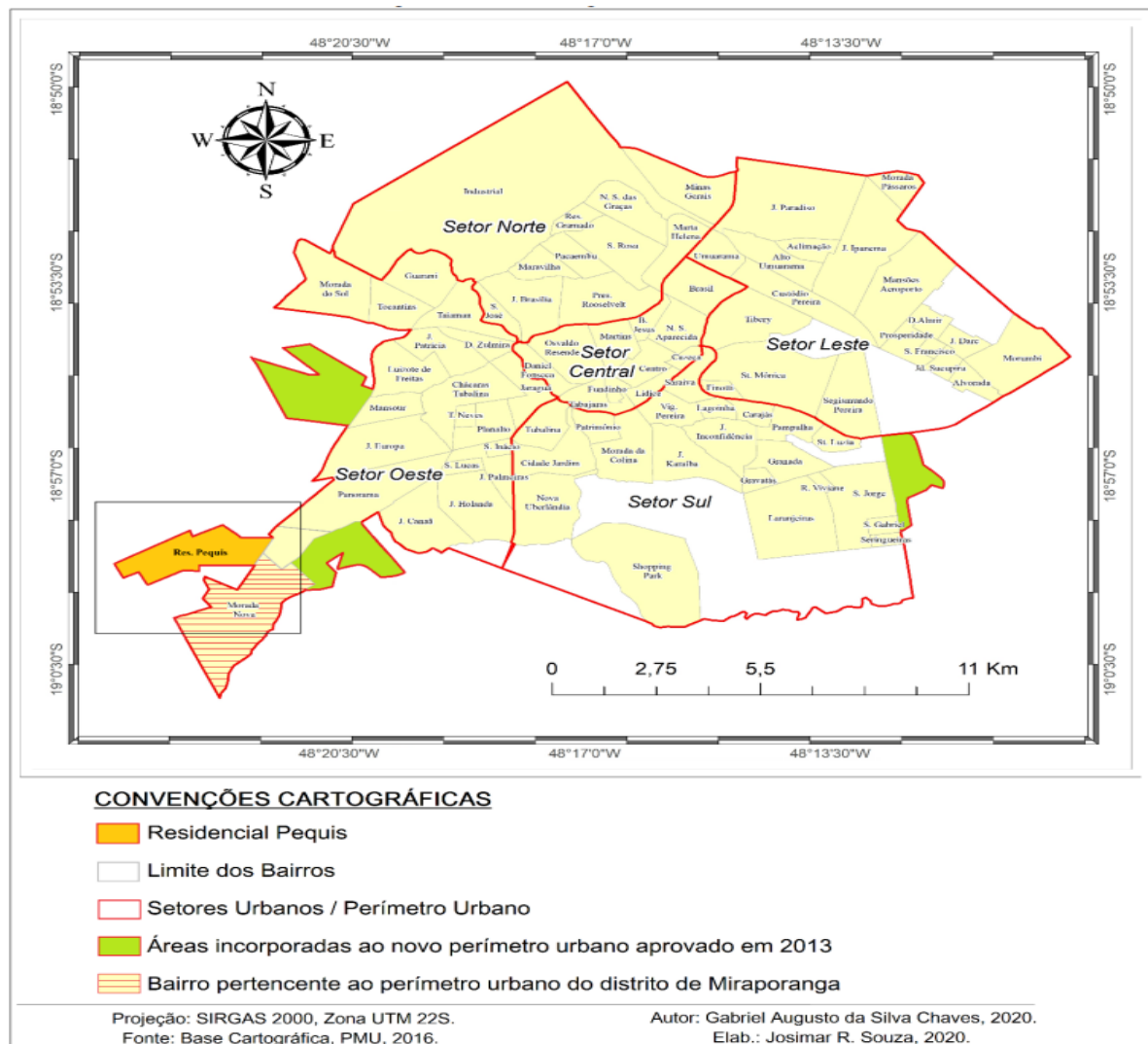
No diagnóstico de revisão do PD, em 2016, contudo, a aprovação dessas duas leis, especialmente a que criou o Pequis, foi apontada como problemática, uma vez que “de certa forma contrariou as indicações do Plano Diretor, diante da grande distância e pouca inserção urbana. Esse local era mais ocupado por sítios de recreio” (Uberlândia, 2016, p. 86).” Soma-se a isso o fato de a cidade possuir, em seu antigo perímetro urbano, grandes quantidades de vazios urbanos, sobretudo nas zonas leste e sul, onde seria totalmente viável a construção e a implementação de residenciais como o Pequis, sem que a cidade tivesse seu perímetro expandido. “De acordo com Motta (2015), dos 235 km<sup>2</sup> totais do atual perímetro urbano, 95

<sup>22</sup> Aqui estão incluídos: Residencial Monte Hebron, Residencial Lago Azul e Residencial Fruta do Conde 1, 2 e 3.

km<sup>2</sup> (40% da área total do perímetro urbano) eram de vazios urbanos até 2015” (Chaves, 2020, p. 83). O que acaba evidenciando, mais uma vez e somando-se a exemplos mencionados aqui anteriormente, que a política de desenvolvimento urbano do município de Uberlândia baseada no Plano Diretor (2006) tem como alicerce a especulação imobiliária e os interesses do grande empresariado da cidade.

Abaixo, segue a representação (Mapa 1) que mostra a localização do Pequis, demais áreas incorporadas no novo perímetro urbano e parte dos vazios urbanos da cidade.

**Mapa 1** – Localização do Residencial Pequis em Uberlândia e identificação das áreas incorporadas ao novo perímetro urbano aprovado em 2013.



Fonte: Chaves (2020).

Cabe lembrar aqui um ponto muito importante, já mencionado no trabalho, mas, agora, enquanto experiência de nossa realidade: o IPTU Progressivo. Aprovado em Uberlândia em



2011 (na segunda gestão de Odelmo Leão), via Lei Complementar nº 521/2011, para entrar em vigor no ano de 2013 (já na administração de Gilmar Machado), o IPTU Progressivo acabou não trazendo efeitos práticos a cidade e, quando colocado em discussão novamente, na revisão do Plano Diretor em 2016,

[o IPTU] instrumento que poderia tornar a cidade socialmente mais justa, e ambientalmente mais equilibrada, se fosse dirigido a evitar a retenção da propriedade ociosa, foi remetido ao campo da disputa partidária. O prefeito eleito (Odelmo Leão Carneiro, do PP) se vangloria de ter derrotado o “IPTU do PT” (Maricato, 2017).

Odelmo Leão, após reassumir a administração do município, em 2017, revogou todas as notificações realizadas em 2016, no governo de Gilmar Machado, além ampliar as áreas de isenção do IPTU. Com as mudanças, ficaram isentos proprietários de lotes de até 8.000 m<sup>2</sup> (antes a isenção era aplicada para lotes com áreas inferiores a 2.000 m<sup>2</sup>); já no caso de glebas<sup>23</sup> o projeto ampliou a faixa de isenção de 6.000<sup>2</sup> para 20.000 m<sup>2</sup> (Torres, 2017).

O governo brasileiro começou a olhar, de fato, para a questão urbana enquanto uma política pública que tem por objetivo combater as desigualdades sociais no meio urbano, transformando as cidades em espaços mais humanizados e ampliando o acesso da população à moradia, saneamento e transporte, há cerca de duas décadas, com os governos Lula (2003-2011). Todavia, os setores e movimentos populares já viam e, mais do que isso, sentiam essa necessidade muito antes do surgimento das políticas públicas hoje em voga. Se hoje temos e conhecemos os chamados Planos Diretores, o Estatuto da Cidade, o Ministério das Cidades e programas habitacionais, ou seja, leis, diretrizes, entidades e instituições que, até certo limite, legislam e olham para os problemas da urbanização, hoje em nível nacional, foi graças à reivindicação e luta populares que conquistaram esse marco na história do país.

Segundo Maricato, foi a partir dessas lutas e experiências regionais que foram conquistados os seguintes marcos:

a) um conjunto de leis que, a partir da Constituição Federal de 1988, aporta instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, sendo o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) a mais importante delas; b) um conjunto de entidades, como o Ministério das Cidades (2003) e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental, que retomavam a política urbana agora de forma democrática; e c) consolidação de espaços dirigidos à participação direta das lideranças sindicais, profissionais, acadêmicas e populares como as Conferências Nacionais das

---

<sup>23</sup> Áreas não loteadas.

Cidades (2003, 2005, 2007) e Conselho Nacional das Cidades (2004) (Maricato, 2015, p. 35).

E, claro, não menos importante e alguns anos mais tarde das ações mencionadas por Maricato, veio a ser criado, em 2009, o maior programa habitacional da história do Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mediante a Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009. A partir de subsídios totais ou parciais, o foco do programa é combater o déficit habitacional no país.

Desde sua criação e segundo dados da Caixa Econômica Federal (CEF), até 2018 o PMCMV foi responsável pela criação de mais de quatro milhões de residências em todo o Brasil. É um fato inédito. Em Uberlândia, entre 2009 e 2018 foram criadas e entregues à população mais de onze mil moradias, sendo cerca de três mil unidades em 2009, no início do programa, sob a gestão Odelmo Leão na administração municipal e, posteriormente, entre 2014 e 2016, sob a gestão Gilmar Machado, mais de 7 mil moradias (dessas, quase metade está no Residencial Pequís). Foi o maior lançamento habitacional no município.

Desde então, todavia, o programa perdeu bastante força, tanto em nível nacional quanto municipal. Em Uberlândia, por exemplo, nas duas gestões do governo Odelmo Leão (2017-2020 e 2021-2024), que sucederam a de Gilmar Machado, não foi construída uma moradia sequer a partir de programas habitacionais. Já em nível nacional, o programa passou por uma grande diminuição na entrega de moradias, com o governo de Michel Temer (2016-2018) e, posteriormente, uma reconfiguração e renomeação no governo Bolsonaro (2019-2022)<sup>24</sup>, mantendo e aprofundando o desmonte na política habitacional do país. Segundo matéria do Jornal *A Verdade*, em setembro de 2022, “recursos do programa *Casa Verde e Amarela* saíram de R\$ 1,5 bilhão, em 2020, para apenas R\$ 27 milhões, em 2021” (Barradas, 2022).

Em apenas um ano (de 2020 para 2021), o governo de Jair Bolsonaro reduziu em 98% o orçamento de programas habitacionais em nível federal, fazendo com que o déficit habitacional brasileiro chegasse a oito milhões de pessoas. Em 2023, com a volta de Lula à Presidência da República, o PMCMV, bem como os investimentos na área, o lançamento de programas habitacionais foi retomado em várias regiões do país. Em Uberlândia, a Prefeitura anunciou que teve dez projetos habitacionais aprovados no PMCMV. Após sete anos de mandato municipal e a um ano das eleições municipais, em 2024, serão lançadas cerca de mil

---

<sup>24</sup> O Ministério das Cidades foi extinto em 1º de janeiro de 2019 no Governo Bolsonaro e teve suas atribuições incorporadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Já no caso do Programa Habitacional, este deixou de ser chamado de “Minha Casa Minha Vida” e passou a ser chamado de “Programa Casa Verde e Amarela”.

e trezentas moradias espalhadas por bairros da cidade (dentre eles, o Residencial Pequis). O que está longe de resolver o problema habitacional da cidade que, no ano de 2024, bate o déficit habitacional de quase quinze mil pessoas. Essa primeira seleção de propostas é destinadas à Faixa 1<sup>25</sup>, ou seja, para famílias com renda de até dois salários mínimos, cerca de R\$2.640 (dois mil seissentos e quarenta reais) em valores atualizados, na época em que foi anunciado (22 de novembro de 2023).

**Fotografia 2** – Área escolhida, no Pequis, para a construção de um dos projetos habitacionais aprovados no relançamento do PMCMV. Uberlândia-MG.



Fonte: Ribeiro (2023).

O fato de moradias populares serem construídas nos limites periféricos das cidades não é à toa ou mera coincidência, mas, sim, fruto do modelo de planejamento urbano neoliberal, que atende muito mais os interesses mercadológicos do que os sociais. O PMCMV, embora seja uma grande ferramenta para a diminuição do déficit habitacional, a solução, parcial, desse problema acaba se fazendo com outro: a periferização das classes mais pobres. Segundo Maricato (2017) “as moradias populares do PMCMV são jogadas para a periferia da periferia – verdadeiro depósito de pessoas” com as consequências que esse modelo de planejamento leva às camadas mais pobres:

<sup>25</sup> O PMCMV, à época de lançamento do bairro Residencial Pequis, contava com quatro faixas, que variavam de acordo com a renda familiar cadastrada no programa (sendo a menor com renda de até R\$1.800,00 e a maior de R\$9.000,00), que influenciavam diretamente no valor do imóvel, bem como na quantidade de subsídio que a família receberia para a aquisição.

A ocupação urbana dispersa acarreta o encarecimento da cidade, isto é, o aumento do custo social da implementação de infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, coleta de lixo, equipamentos sociais de educação, saúde, lazer etc. Mas o maior impacto da urbanização dispersa se dá no alongamento e no tempo das viagens diárias. Enquanto alguns poucos ganham rendas, sem qualquer esforço, com o investimento público, outros (a maioria) pagam mais caro pelo desenvolvimento urbano. E outros, ainda são expulsos da cidade (Maricato, 2017).

Vale ressaltar que essa lógica não é exclusiva do PMCMV, mas perpassa o planejamento urbano de maneira geral. Programas habitacionais que antecederam o criado no governo Lula, como o Banco Nacional de Habitação (BNH)<sup>26</sup>, criado em 1964, e, anterior a este, a Fundação da Casa Popular (FCP)<sup>27</sup>, criada em 1946, já tinham esse modelo de planejamento e construção (cada qual com suas especificidades), tendo, inclusive, exemplos aqui em Uberlândia, como a construção do bairro Luizote de Freitas. O bairro Luizote de Freitas é, hoje, um dos bairros mais importantes da cidade, devido ao grande número de comércio e moradores, além dos diversos equipamentos públicos em diversas áreas sociais (saúde, assistência social, lazer, esporte). Contudo, o planejamento e a construção acerca de sua localização, tal qual o do Residencial Pequis, já evidenciava a lógica de “depósito de pessoas” nas periferias da cidade, de acordo com Beatriz Ribeiro Soares<sup>28</sup>:

A localização do Luizote de Freitas, sob a perspectiva urbano-habitacional, é totalmente imprópria, uma vez que foi construído em área periférica, fora da mancha urbana edificada da cidade. Isto aumentou os custos de sua produção onerando a sociedade como um todo, e particularmente a classe trabalhadora de baixa renda, seu habitante preferencial (Soares, 1988, p. 157).

Em trabalho de campo realizado com a UFU, em 2017, antes da inauguração do Pequis, foi possível compreender o que é e onde fica o limite periférico da cidade de Uberlândia. O bairro, que fica a cerca de vinte quilômetros do centro da cidade, naquela

---

<sup>26</sup> Instituído via lei nº 4380 de agosto de 1964, com o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB). Importante ressaltar que diversos estudos e trabalhos já trouxeram inúmeras provas e constatações que o BNH, criado na Ditadura Militar, não foi, nem de longe, uma preocupação social, mas, sim por interesses e, até mesmo, controle político e social.

<sup>27</sup> “Criada em 1946 como resposta ao agravamento da crise de moradia no Brasil, foi o primeiro órgão público com o objetivo específico de prover moradia à população de baixa renda. Representava definitivamente o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do grave problema da habitação que se intensificava cada vez mais. Inicialmente, estava previsto que seus recursos deveriam ser provenientes em parte da transferência de reservas previdenciárias, e outra parte dos pagamentos compulsórios feitos por pessoas físicas que adquirissem terrenos ou construíssem casas de médio ou alto padrão.” (Chaves, 2020, p. 57).

<sup>28</sup> Professora titular da Universidade Federal de Uberlândia e docente permanente nos cursos de pós graduação em Geografia e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Urbana; Planejamento Urbano e Regional; Produção do Espaço Urbano Espaços Urbanos Não Metropolitanos.

ocsião, parecia um deserto de pequenas casas, em meio ao cerrado uberlandense, sem qualquer tipo de arborização, conforme se vê nas Fotografias 3 a 7 disponibilizadas abaixo. As casas, embora bem próximas umas das outras, estão em terrenos individuais de 200 m<sup>2</sup>, com 45 m<sup>2</sup> de área construída. Seguindo um modelo padrão, possuem sala, cozinha, dois quartos, banheiro, área de serviço externa e contam com sistema de energia solar. A construção do muro e da calçada ficariam sob a responsabilidade dos futuros moradores. Essa padronização do PMCMV apresenta traços bem marcantes e parecidos com a arquitetura das moradias do BNH “criando um processo de homogeneização das necessidades objetivas e subjetivas das famílias e da própria paisagem urbana” (Silva, 2013, p. 115).

**Fotografia 3** – Estudantes do Curso de História (UFU), desembarcando no bairro e vendo as casas construídas, ainda sem passeios, no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017<sup>29</sup>.



Fonte: Ribeiro (2017).

---

<sup>29</sup> Aula de campo das disciplinas História Regional e Local: Metodologia e Ensino e Projeto Integrado de Práticas Educativas II (PIPE II). Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 28 de outubro de 2017.

**Fotografia 4** – Casas construídas, ainda sem passeios, no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017.



Fonte: Ribeiro (2017).

**Fotografia 5** – Casas construídas, ainda sem passeios, no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017.



Fonte: Ferreira; Mendes (2017).

**Fotografia 6** – Casas construídas no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2017.



Fonte: Ferreira; Mendes (2017).

**Fotografia 7** – Casas construídas no Residencial Pequis, no “fim” do bairro, próximo à Comfrio Soluções Logísticas. Uberlândia-MG, 2017.



Fonte: Ferreira; Mendes (2017).

Em visita realizada ao bairro Residencial Pequis no ano de 2023, ou seja, sete anos depois da inauguração, foi possível notar que, além das casas mostradas acima, que compreendem casas da Faixa 1 do Programa, o bairro conta, em menor quantidade, com construções das Faixas 1, 5 e 2. Estas, já em outro padrão de construção, estão localizadas em condomínios, verticais e horizontais, com o metro construído um pouco maior. Um ponto que chamou atenção foi o modo como a especulação imobiliária reproduz sua lógica em si mesma, haja vista a grande quantidade de lotes vagos presentes no bairro e anúncios de futuros empreendimentos na região, tanto residenciais quanto comerciais, ou seja, aguardando a valorização fundiária do bairro, cujo planejamento e construção são frutos dessa mesma especulação.

**Fotografia 8** – Apartamentos construídos no Residencial Pequis, pertencentes à Faixa 2 do PMCMV, ao lado de grande lote vazio. Uberlândia-MG, 2023.



Fonte: Ribeiro (2023).

Também é importante apontar e ressaltar como, no caso do Residencial Pequis especificamente, o PMCMV também produz a lógica de distanciamento e segregação socioeconômica a partir dos modelos habitacionais construídos: pessoas cuja condição



financeira é mais debilitada, embora tenham uma ótima condição para a aquisição dos imóveis (com subsídeos chegando a 95% do imóvel), têm suas moradias com dimensões muito pequenas (45m<sup>2</sup>) e ainda ficam com a responsabilidade de “terminar” a moradia, tendo que construir muro, calçada e áreas externas cobertas (garagem, varanda etc.) na residência. Ao mesmo tempo, pessoas que possuem condição financeira um pouco melhor (Faixas 1, 5 e 2), e, ainda assim, muito baixa, já se enquadram em outro tipo arquitetônico de residência, que são os condomínios fechados, reforçando a lógica neoliberal e individualista que baseia a qualidade de vida a partir da condição financeira das pessoas.

**Fotografia 9** – Apartamentos construídas no Residencial Pequis, pertencentes à Faixa 2 do PMCMV, com logomarca, na caixa d’água, da construtora responsável pela construção. Uberlândia-MG, 2023.



Fonte: Ribeiro (2023).

De acordo com Gabriel Augusto da Silva Chaves<sup>30</sup>,

---

<sup>30</sup> Mestre em Geografia com ênfase na segregação socioespacial urbana pela Universidade Federal de Uberlândia (2020). É especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade Católica de Uberlândia (2013). Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia (2011). Atuou como professor de Ensino Médio e Pré-Vestibulares na rede particular de ensino de Uberlândia (MG) e região por 10 anos. Também possui experiência na ministração de aulas de Geografia para alunos do ensino fundamental da rede

A Lei Federal nº 6.766 de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, os define como aqueles que oferecem serviços públicos relativos à educação, cultura, lazer, saúde e similares, e que devem ser implementados pelo poder público de acordo com a densidade populacional prevista para os loteamentos que serão criados, seguindo as diretrizes estabelecidas pela referida lei. Conforme previsto no Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, foram projetados alguns equipamentos sociais para atendimento das demandas dos moradores (Chaves, 2020, p. 91).

Quanto aos equipamentos públicos, o bairro Residencial Pequis foi entregue com cinco escolas, sendo três de Educação Infantil, EMEI's, e duas de Ensino Fundamental, além de uma Unidade Básica de Saúde (UBSF).

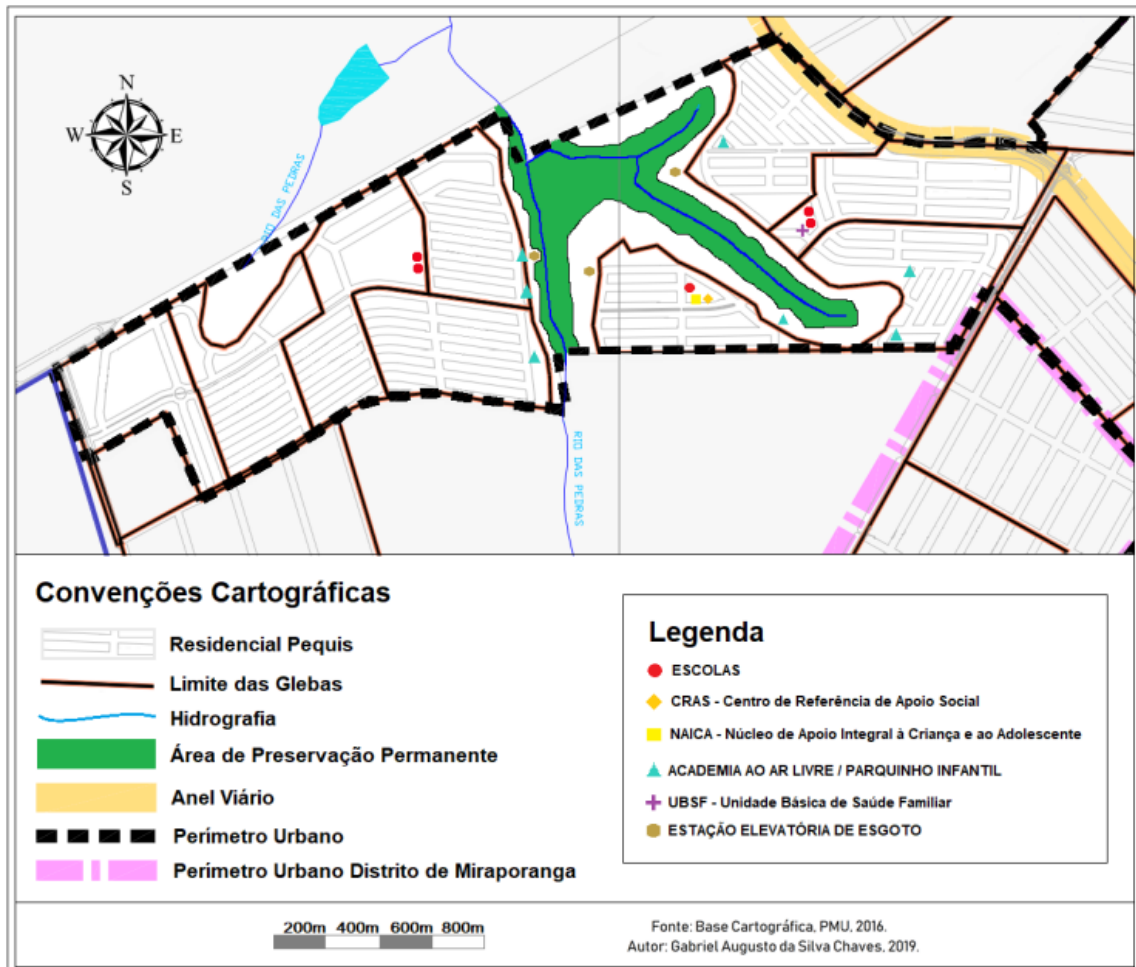
Na área da educação, nada mudou entre 2017 e 2023, o bairro continua apenas com essas escolas, gerando um grande problema quanto à disponibilidade de vagas para as crianças e jovens locais, sobretudo na área do Ensino Fundamental II, que atende de 6º a 9º ano, e cuja única escola que oferece tal modalidade no bairro é a Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes. As reclamações de pais e, inclusive professores, são recorrentes quanto à ampliação de oferta de vagas nas escolas do bairro, sobretudo devido à grande distância que há entre o bairro e as demais escolas da cidade, em regiões mais centrais.

Na área da saúde as reclamações têm sido constantes também, pelo mesmo motivo: há uma alta demanda que não consegue ser atendida, unicamente, com a UBSF presente no bairro; junto disso, moradores reclamam e apontam a dificuldade em se deslocar para outras unidades de saúde, devido à distância.

No âmbito da Assistência Social, o bairro passou a contar com um Núcleo de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente (Naica) e um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), apenas em 2019. Trata-se, o Naica, de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de um espaço que atende, em caráter preventivo, crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos. No local, eles participarão de dezenas de atividades diárias, como informática, dança de rua, artesanato, capoeira, musicalização, percussão, instrumentos musicais, artes, teatro e maquiagem. Ainda de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o objetivo é propiciar um espaço seguro às crianças enquanto seus pais possam trabalhar. Em 2018, quase mil crianças e adolescentes integraram os espaços. Já o Cras, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em reportagem do Portal G1 Triângulo, auxilia as famílias da região, orientando o que elas devem fazer em todos os sentidos para serem

encaminhadas para a rede, seja da criança, do idoso, da mulher. As famílias são acompanhadas até que elas saiam da situação da vulnerabilidade (Prefeitura..., 2019).

**Mapa 2** – Equipamentos comunitários em funcionamento no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2019.



Fonte: Chaves (2020).

Outro ponto notável no bairro é a falta de praças e espaços públicos para lazer. Há, na verdade, alguns pontos, com espaço bem pequeno, no bairro com bancos, chão concretado, pergolatos e as chamadas “academias ao ar livre”, mas que estão longe de serem classificadas como uma praça. Não há, efetivamente, espaços projetados com infraestrutura (pista de caminhada, banheiros, quadras esportivas, bancos, arborização, etc.) para a população do bairro, nem ao menos unidades poliesportivas a fim de fomentar a prática de esporte ou mesmo lazer aos moradores e às moradoras. Há uma grande Área de Preservação Permanente (APP), que possui duas nascentes do córrego Rio das Pedras, e um projeto de criação de um parque

linear; contudo, tal projeto é uma promessa desde a criação do bairro, sendo que, até a escrita deste trabalho, as obras sequer foram iniciadas. Abaixo (Fotografias 10 a 13), ficam registradas imagens das “praças” e da APP.

**Fotografia 10** – Espaço com bancos e pergolado no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2023.



Fonte: Ribeiro (2023).

**Fotografia 11** – Espaço com bancos e pergolado no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2023.



Fonte: Ribeiro (2023).

**Fotografia 12** – Espaço com bancos e pergolado no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2023.



Fonte: Ribeiro (2023).

**Fotografia 13** – APP onde se localiza uma das nascentes do córrego Rio das Pedras no Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2023.



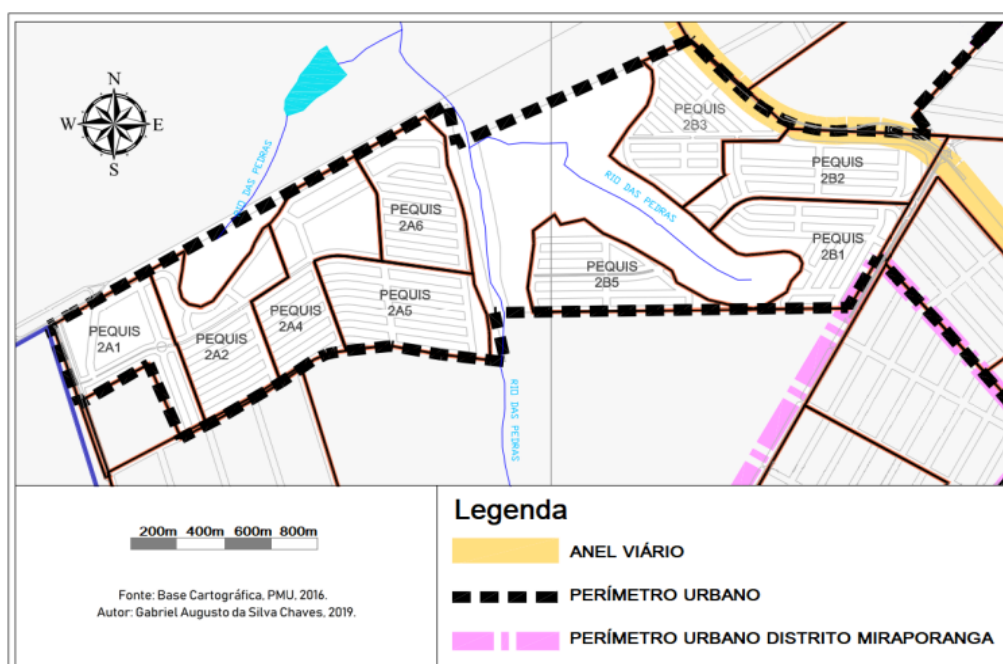
Fonte: Chaves (2020).

Embora seja um programa habitacional de iniciativa e subsídio públicos, o PMCMV conta com grande influência do setor privado, sobretudo das grandes construtoras e empresas do setor imobiliário que realizam as obras. Prova disso está na própria construção do Pequis que, segundo Chaves (2020):

As 3,2 mil residências foram divididas em nove glebas com casas construídas e entregues em períodos diferentes entre 2016 e 2017. Essa divisão do loteamento em várias glebas tomou-se comum nos grandes empreendimentos do PMCMV como estratégia das empreiteiras em conluio com o poder público municipal para ‘burlar’ a legislação do programa. De acordo com a portaria n. 660 do Ministério das Cidades, há um limite máximo de 500 unidades habitacionais por empreendimento com o intuito de evitar a instalação de enormes conjuntos residenciais com grande quantidade de famílias com baixos salários. Contudo, “as empresas adotam a estratégia de desmembrar uma gleba em várias menores, elaborando um projeto para cada. Assim, a CEF aprova o empreendimento, mesmo que contíguo a outro” (Silva, 2013, p. 117). Essa situação desvela o grande poder de atuação e decisão que as empresas do setor imobiliário possuem em detrimento da legislação e até do próprio Ministério das Cidades. Ao assegurarem a instalação de uma grande quantidade de casas em uma mesma área, as empreiteiras têm reduzidos seus custos, o que por consequência permite que haja majoração de seus lucros (Chaves, 2020, p. 85).

No mapa a seguir, é possível enxergar melhor as divisões das glebas:

**Mapa 3** – Residencial Pequis e sua divisão por glebas. Uberlândia-MG, 2016.



Fonte: Chaves (2020).

Isso fica expresso no crescimento urbano que expulsa a população pobre de regiões centrais para regiões periféricas sem nenhuma infraestrutura e equipamentos públicos: na prioridade de investimento em infraestrutura para transportes individuais em vez do transporte público; da precariedade no sistema de saúde, ao passo que grandes *lobbies* desse mesmo setor recebem cada vez mais investimento; na prioridade de investimento e melhoria de equipamentos e espaços públicos em regiões nobres, ao passo que bairros pobres e periféricos estão sem asfalto, água ou energia; da precariedade das escolas públicas periféricas, se comparadas, até mesmo, a escolas públicas de regiões centrais ou mais nobres; e, também, na mercantilização da educação pública, a partir de acordos políticos que a terceirizam e precarizam ainda mais.

Todavia, cabe ressaltar, conforme Déa Fenelon (1999), que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político. Pois ela é sempre o lugar da pluralidade e da diferença e, por isto, representa e constitui muito mais do que o simples espaço de manipulação do poder.

### **1.3 A administração da educação pública em Uberlândia: “estímulo à participação da sociedade” ou omissão do Estado?**

Tal qual na cidade, na escola, também, há a necessidade de organização da vida social, ou seja, a necessidade de gestão da produção coletiva. Essa produção se refere ao conhecimento, crítico, reflexivo e plural; à formação educacional, ética e moral de indivíduos; à constituição de cidadãos e cidadãs. O que nos remete a algo além de sua existência material: sua existência política.

Cabe ressaltar, todavia, que essa gestão da produção coletiva pode acontecer – e acontece – (1) de forma vertical, quando analisado sob o prisma da administração e coordenação da política educacional a partir do Estado, passando por planejamentos, financiamentos e execuções de políticas públicas; e (2) também de forma horizontal, quando analisado sob o prisma do cotidiano escolar e suas dificuldades, decorrentes, em sua grande maioria, da omissão do poder público e de um projeto educacional neoliberal. Em ambos os casos, tal gestão da produção coletiva se dá partir de (e) por diferentes grupos e classes sociais, que atendem diferentes interesses. Ponto focal da discussão a ser districada.

A educação no bairro Residencial Pequis se torna um ponto de grande relevância e preocupação a serem discutidos, visto que o planejamento e a implementação, analisados e

executados pelo poder público – ou seja, o projeto político – para as escolas não condiz com a demanda e a realidade dos sujeitos que ali vivem. Na verdade, o único ponto que parece ter sido muito bem pensado e elaborado pelo poder público no planejamento e na execução do programa habitacional é o fato de o bairro fazer jus ao nome *Residencial Pequis*. É notória a construção, quase que exclusiva, de casas, um “mar de casas” que se perdem de vista no horizonte do cerrado uberlandese, sendo quase impossível pensar um nome que não *Residencial*. Escolas com boa infraestrutura, praças, parques, arborização, quadras de diversas modalidades esportivas, transporte público de qualidade e mobilidade urbana parecem não compor, segundo o projeto habitacional apresentado, o rol de direitos e necessidades dos sujeitos da classe trabalhadora. O programa habitacional está muito mais para habitat, do que para habitar.

Não se trata de uma questão de deslegitimar e tirar toda importância e necessidade de programas habitacionais, mas, sim, de questionar e problematizar o projeto de programa habitacional, pautado, como o caso do Residencial Pequis, em uma lógica de racionalidade do capital e sua preocupação de reprodução e lucro, e não pela racionalidade que atenda as necessidades humanas. Ainda que, nesse caso, o programa, enquanto política pública de governo tenha por objetivo facilitar a aquisição da tão sonhada casa própria para pessoas de muito baixa renda, seja para saírem do aluguel ou mesmo para saírem de condições precárias de moradia (como a rua ou mesmo assentamentos urbanos), atenda parcialmente essa necessidade da classe trabalhadora, em última análise ele continua subordinado ao movimento maior do capital. Nicholas Davies<sup>31</sup> faz uma reflexão pertinente, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), perfeitamente cabível aqui: “assim, por mais bem concebido e intencionado que seja um plano, suas possibilidades de realização serão necessariamente limitadas e truncadas dentro da ordem capitalista” (Davies, 2002).

O bairro Residencial Pequis, hoje, no ano de 2024, possui cinco escolas, quatro delas administradas por Organizações da Sociedade Civil (OSC's), sendo elas Missão Sal da Terra e Fundação Filadélfia. A outra escola é a Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, administrada pela própria prefeitura de Uberlândia, que oferta os anos de Ensino Fundamental I e II, diferentemente das outras quatro, que ofertam apenas o Ensino Fundamental I.

---

<sup>31</sup> Professor titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1983), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1991) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1999). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em política educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: financiamento da educação, Fundef, Fundeb, orçamento da educação, público/privado, legislação educacional, livro didático e ensino de história.



### A Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes:

Foi criada pelo decreto Municipal nº 1687 de 1979 e teve seu funcionamento autorizado pela Portaria nº016/80 de 25 de Outubro de 1980 da Secretaria de Estado de Educação (...) No dia 23 de Abril de 2003, foi criada a 8282, que revoga a denominação existente de Escola Municipal Presidente Costa e Silva, para denominação atual. De acordo coma Portaria 987/2003, de 27 de Agosto de 2003, ficou autorizada a mudança da denominação da escola, que passa a se chamar Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes (Escola..., 2020).

Um interessante fato a se atentar é o de a escola, criada ainda no período da Ditadura Militar, em 1979, e ter tido seu primeiro nome homenageando Costa e Silva, um dos ditadores que governaram o país no período de maior violencia e censura da Ditadura. Felizmente, posteriormente, teve seu nome alterado para a primeira professora da escola: a própria Maria Regina Arantes Lemes, que, nascida e criada em Uberlândia, de família católica, estudou no Colégio Inconfidência, frequentando o curso Normal-Magistério e concluindo os cursos de Secretariado e Telefonia, em 1971:

Com iniciativa, esforço persistente e a ajuda de fazendeiros da região, fundou a escola, inicialmente em sua própria residência e, posteriormente na área construída na Fazenda Douradinho, ao lado de sua residência, com o nome de E. M. Presidente Costa e Silva, num sinal de empenho e boa vontade para ajudar as crianças de sua comunidade rural (Escola..., 2020).

O interesse por tal fato se dá para trazer a reflexão sobre a importância da memória, bem como sua disputa entre diferentes sujeitos na constituição de espaços, na cidade e para a cidade. A cidade de Uberlândia ainda preza por dar nomes de torturadores, bandeirantes, reis, princesas e assassinos de mulheres a locais públicos, como ruas, praças, terminais rodoviários etc. Ou seja, é uma cidade que, assim como várias outras, preza e enaltece uma história hegemônica, sob a perspectiva dos colonizadores, homens, cis, brancos, europeus e cristãos, em sua quase totalidade; e não do povo, das trabalhadoras e dos trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+. Há, de fato, de se reconhecer a importância na troca de nome de tal escola, que outrora relembrava e normatizava, em seu nome, um ditador assassino.

A escola possui uma sede, localizada na zona rural, e atende, prioritariamente, estudantes da zona rural; e, também, seu anexo, que se trata da unidade localizada na zona urbana e que atende, majoritariamente, estudantes moradores do bairro Pequis e também

atende estudantes dos bairros Monte Hebron e Novo Mundo, mas em quantidade significativamente inferior.

Vale ressaltar que, quando o bairro foi inaugurado (2017), o anexo ainda não estava pronto, fazendo com que vários estudantes da zona urbana tivessem que se deslocar à sede, localizada no perímetro rural. Todavia, em 2019:

Devido às precárias condições da rede física da unidade escolar [...] a Escola passou a funcionar provisoriamente no prédio da futura Escola Municipal Nelson Bonilha, no bairro residencial Pequis, enquanto o prédio localizado na zona rural, passava por reformas [...] Em 2.020, a Escola passou a funcionar em seu prédio de origem, na zona rural, pós reforma, apenas no turno matutino, atendendo os alunos residentes na zona rural da região e o prédio da Escola Municipal Nelson Bonilha, passou a funcionar como anexo, atendendo nos turnos matutino e vespertino, os alunos residentes nos bairros Monte Hebron, Residencial Pequis, Residencial Lago Azul e adjacências (Escola..., 2020).

Antes de adentrar nas diferenças entre as escolas de administração terceirizadas e a Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, vale ressaltar as diferenças que existem entre a própria sede e seu anexo, em termos de infraestrutura. A sede conta com salas de aula mais espaçosas; espaço de lazer (como pátio e quadra esportiva); sala de informática; menor quantidade de matriculados, possibilitando, assim, uma melhor distribuição de estudantes por sala e flexibilizando mais as demandas dos professores e professoras; e maior área para possíveis e futuras melhorias. O anexo conta com uma péssima e preocupante infraestrutura: a unidade conta com cerca de onze salas de aulas, sendo duas delas em estruturas de *containers*, o que, como se pode imaginar e segundo professores, não é certamente apropriado, nada adequado para a oferta de conteúdo e, muito menos, confortável, principalmente no verão, tendo em vista a grande quantidade de estudantes. O anexo conta, ainda, com cantina; banheiros; sala de informática também com espaço nada adequado e equipamentos debilitados; estacionamento descoberto. Não possui biblioteca, sala de leitura e nem quadra esportiva. No anexo, os locais recreativos para os estudantes são áreas de comum convivência, que não as salas de aula, além de espaço conhecido como “terrão”, uma área razoavelmente grande, descoberta e de solo terroso, onde jogam bola e brincam com outras atividades.

Atualmente, em 2024, quase oito anos depois da inauguração do bairro, com o aumento do número de moradores e, conseqüentemente, da demanda por vagas nas escolas da região, a Prefeitura de Uberlândia anunciou a reforma e ampliação da escola. Segundo a Secretaria de Educação e a Secretaria de Obras, a estrutura ganhará um novo bloco, contituído

por refeitório, quatro salas de aula e dois banheiros, além de uma quadra poliesportiva coberta e nova pintura interna e externa. A previsão de conclusão das obras é de até seis meses desde o início das obras.

A própria descrição da estrutura da escola em seu Projeto Político Pedagógico evidencia a precariedade do ambiente, bem como a inadequação de vários equipamentos e ambientes, até o presente momento (antes das reformas anunciadas):

No anexo, unidade urbana, a escola possui, 11 sala de aulas, arejadas e amplas, com boas condições de uso, banheiros adaptados e comuns em boas condições de uso, uma biblioteca conjugada com laboratório de informática, sendo um espaço inadequado para atender as duas demandas e ainda aguardando novos equipamentos de informática, dificultando o atendimento nos dois espaços que se realiza de acordo com o agendamento dos professores; uma sala para atendimento do AEE com banheiro adaptado, apesar do espaço físico ser pequeno, consegue-se fazer o atendimento dos alunos que se realizada durante 100 semanalmente, necessitando de ampliação deste espaço; uma sala para atendimento da direção e das analistas pedagógicas, com banheiro, mas infelizmente este espaço é inadequado, muito pequeno atrapalhando o trabalho de atendimento das duas demandas; secretaria com dois banheiros e arquivo, adequados ao atendimento, sala dos professores com dois banheiros adaptados, um depósito de material e equipamento de limpeza adaptado inadequado para atender as necessidades da escola; cozinha pequena e depósito de alimentos inadequado adaptado; refeitório e pátio inadequado ao atendimento e não há quadra esportiva para realização das atividades de educação física e lazer para os alunos (Escola..., 2020).

**Fotografia 14** – Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes do Nascimento no bairro Residencial Pequis. Uberlândia-MG, 2024.



Fonte: *Site* da Prefeitura de Uberlândia (2024).

Ao nos depararmos com a realidade socioespacial e educacional do bairro Pequis, é possível deduzir, ou melhor, afirmar, que o poder público trata questões sociais complexas como fórmulas matemáticas simples: criança + escola = educação plena e de qualidade. Ora, a escola, enquanto espaço físico, e político, não é algo pronto, acabado e definido a partir desses “dois fatores” simples da equação acima, mas, sim, um ambiente constituído por e para sujeitos complexos, plurais e de diferentes realidades. É, portanto, além de um espaço de aprendizagem, um espaço dinâmico que transforma e é transformado por aqueles e aquelas que são sujeitos da classe trabalhadora e que, sobretudo, estão na construção cotidiana desse ambiente (e não apenas na construção macro, na Fotografia do Estado) como alunas e alunos, professores e professoras, auxiliares pedagógicos, profissionais da limpeza, diretores e diretoras, mães, pais e demais responsáveis das crianças, ou seja, de toda a comunidade escolar.

Todavia, não podemos, aqui, cair em discursos e reflexões que transfiram toda a responsabilidade pela educação à comunidade. Tal lógica, neoliberal, que acaba diminuindo a responsabilidade do Estado ao passo que convida à participação de entidades da sociedade para suprir deficiências a partir de acordos e vantagens econômicas, está pautada, apenas, na racionalização do lucro; nesse caso, a partir da privatização das escolas. Vemos, então, que o Estado neoliberal, a partir do uso da máquina pública para atender aos anseios e às necessidades da classe burguesa e de setores privados, socializa a miséria (nesse caso, a educacional) ao descentralizar as responsabilidades e não descentralizar as decisões maiores, como utilização de recursos, avaliação dos currículos, definição de prioridades educacionais etc.

A Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes difere das demais escolas presentes no bairro, sobretudo no aspecto de infraestrutura, na forma administrativa e, também, na qualidade de trabalho ofertado aos professores e às professoras, que reflete diretamente na qualidade de ensino ofertada aos estudantes. As cinco escolas pertencentes ao bairro são públicas, porém administradas de forma diferentes: quatro são de administrações terceirizadas (via OSC's) e uma de administração pública. A qualidade do ensino está diretamente ligada a esse fator. O interessante é que toda estrutura foi planejada, financiada e construída a partir de e pelo município, não só a estrutura como também a infraestrutura (mesas, cadeiras, quadros, computadores etc); mas a administração da instituição e a responsabilidade de educar são comercializadas a grupos (denominados OSC's) para que estes possam oferecer e manter a educação municipal no bairro Pequis.

Essencialmente, o Estado se exime de seu dever em oferecer a educação ao povo, com a justificativa de dar estrutura e infraestrutura a alguém (OSC's) que eles acreditam oferecer melhor e, claro, a pessoas e grupos que apoiarão e financiarão politicamente pessoas que pleiteiam cargos políticos. Dentre várias problemáticas que abarcam essa situação, a que mais cabe destaque é o fato de que nem sempre (quase nunca, na verdade) essas organizações e entidades atendem as necessidades do povo e/ou representam o interesse público, visto que são íntimas e agem, em sua grande maioria, em prol de interesses privatistas e religiosos. Isso evidencia o que foi colocado antes: a lógica e os discursos neoliberais de “enchugar a máquina pública” e descentralizar responsabilidades, que acabaram sendo potencializados via Lei das Terceirizações (Brasil, 2017 b), da Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017 a) e que corroboraram ainda mais no desmonte da educação pública, gratuita e de qualidade.

Em artigo de 2018, o *site* da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) trouxe a discussão e problematização sobre a terceirização da gestão das escolas do bairro Residencial Pequis, em Uberlândia. Na ocasião, Olgaíses Maués, 3º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), afirmava:

O ANDES-SN é contrário a essas parcerias, pois é princípio inalienável que o fundo público vá para as instituições de ensino públicas. A terceirização elimina o concurso público, que é uma exigência de ingresso de trabalhadores nas instituições públicas. O professor não será mais um servidor público e, por isso, não terá mais a equivalência salarial de um professor concursado da Educação Básica. Não haverá um plano de carreira, pois cada escola poderá contratar uma empresa que terá as suas próprias regras de férias, de horas de trabalho e a aposentadoria especial estará comprometida. Esse quadro aumenta a precarização desses professores, pois hoje você tem uma carga horária definida por lei, e como terceirizados, esses profissionais estarão sujeitos a jornadas mais extensas como já acontece com os trabalhadores terceirizados de outros setores (Em Minas..., 2018).

E também trazia outras problemáticas:

A diretora do Sindicato Nacional cita também outros aspectos negativos da terceirização, como o pedagógico e o sindical. ‘Quem vai gerenciar essa parte pedagógica, em questões como currículo, material didático, formação continuada de professores? E sobre as exigências de ingresso desse professor? Será exigido que ele tenha curso superior ou simplesmente será adotado o que a reforma do ensino médio já aprovou, a possibilidade de contratar professores com base no ‘notório saber’? Sabemos que, quanto menor a qualificação, menor será o salário’, ressaltou. ‘E nas questões sindicais? Esses professores terceirizados conseguirão se organizar sindicalmente?’, questionou a diretora do ANDES-SN, conclamando todos

os docentes dos estados e municípios, da educação básica à superior, a lutarem em defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada (Em Minas..., 2018).

A gestão do então prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão Carneiro (PP), que sempre se declarou enquanto governo do povo e democrático, não debateu, nem sequer consultou a sociedade, o Conselho Municipal de Educação e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a respeito da implementação do terceiro setor nas escolas públicas municipais. Ainda na publicação do *site* da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Maria Antunes, professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e presidente do Conselho Municipal de Educação de Uberlândia, denunciava:

Marina Antunes, professora da UFU e presidente do Conselho Municipal de Educação de Uberlândia, conta que desde dezembro de 2017, o prefeito, sem nenhum debate com a sociedade e com os conselhos Municipal de Educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sancionou as leis que criaram as escolas. Em janeiro, publicou um decreto que altera as regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil e dá outras providências. E, neste mês, criou os projetos de transferência de recursos (Em Minas..., 2018).

Em mais uma situação, é evidenciada a forma neoliberal de gerir a educação: no âmbito das tomadas de decisões “maiores”, relativas à política educacional e, aqui especificamente, a quem vai administrar uma escola de educação básica. O Estado, na Fotografia do município, planeja e executa a terceirização de escolas públicas sem nenhuma consulta e participação da sociedade e demais agentes públicos envolvidos com a área educacional. Vale ressaltar que essa questão sobre o Estado descentralizar decisões maiores, bem como responsabilidades e deveres constitucionais, não advém de agora, mas, sim, de um longo e gradual processo de flexibilizações de medidas legais, apoiadas e financiadas, especialmente, por setores burgueses do país, que favorecem interesses privatistas e religiosos, a partir do uso da máquina pública. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, tal debate já se mostrava intenso no meio político, e foi, sobretudo, nos governos dos ex-presidentes da República Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso que tais discussões ganharam amparo legal a passaram a se constituir em solo fértil. Em relação ao governo de Fernando Collor de Melo, esse processo foi analisado por Rafaela Costa Vidal,

que, em sua pesquisa, aborda a organização do debate sobre Educação durante a Assembleia Nacional Constituinte (Vidal, 2020).

A Constituição Cidadã, como a Constituição de 1988 foi denominada, ficou marcada, dentre outros fatores, pela participação popular, que trouxe novas vozes e questões (raciais, regionais, trabalhistas etc.) a um ambiente institucional marcado pelo tradicionalismo e pelo elitismo. Desde 1985, com a formação do “Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte”, diversas propostas de movimentos populares foram chegando e sendo pautadas, através de muitas lutas e reivindicações, no Congresso Nacional, tendo por objetivo o envolvimento da população nas discussões políticas, pressionando e exigindo interesses do povo. O tema da educação, sobretudo o direito à educação, é uma discussão recente na história do Brasil e nas constituições, tendo em vista que a educação sempre foi negada ao povo pobre e preto do país, ao passo que era disponibilizada à alta sociedade branca, masculina e cristã. E, nesse debate, há um tema central de discussão: o dinheiro. De onde vem e para onde vai o dinheiro?

Rafaela Costa Vidal menciona estudo de Natércia Micheletti Viana:

Os primeiros debates acerca da educação, observou-se a predominância de 3 grandes temas: a necessidade de se ampliar os recursos para a área; o embate entre escola pública e escola privada; e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino (Viana, 2013, p. 35 *apud* Vidal, 2020, p. 28).

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, o tema da educação acabou compondo as temáticas sobre cultura e esporte, formando a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. Uma das principais discussões girava em torno de quanto e como o dinheiro seria gasto, sobretudo a verba federal: seria apenas à educação pública ou pública e privada? Segundo Maria das Graças Medeiros Tavares, também mencionada por Vidal:

[...] desde o início do processo constituinte delineavam-se algumas divergências referentes a definição de educação, os deveres do Estado com o ensino, os critérios de distribuição dos recursos públicos, os princípios de organização da Universidade, dentre outros pontos. Mas a polêmica maior se daria com respeito à utilização dos recursos público exclusivamente para as escolas públicas versus verbas públicas também para o setor privado (Tavares, 2003, p. 16 *apud* Vidal, 2020, p. 28).

Vale ressaltar que, nesse momento, a Educação era pautada e apresentada a partir de uma perspectiva política de interesse público, ou seja, sendo um direito a todo cidadão brasileiro a escola pública e, no caso da falta de vagas, o Estado deveria financiar os estudos em escolas privadas através de bolsas (Raposo, 2005 *apud* Vidal, 2020, p. 30). A partir de a

educação ser determinada enquanto um direito social, cabe, obrigatoriamente, ao Estado ser responsável pela promoção da condição humana dos sujeitos resguardados pela Constituição, através do ensino. No âmbito do Direito, a educação é posta enquanto direito fundamental por se tratar de algo inerente à existência humana, como aponta Luciana Câmara: “Desta forma, os direitos sociais consagrados no preâmbulo da Constituição de 1988 são indissociáveis do princípio da dignidade da pessoa humana” (Câmara, 2013, p. 13 *apud* Vidal, 2020, p. 30).

Todavia, não é possível, muito menos cabível, tratar de tais discussões fora da materialidade social: a sociedade capitalista de classes. Embora os problemas educacionais sejam, sim, consequências de políticas governamentais neoliberais, o caráter elitista e de exclusão socioeducacional presente no país não é de caráter conjuntural, mas, sim, da estrutura desigual que foi sendo construída no Brasil com a chegada e a exploração pelos povos europeus. Uma sociedade pautada na lógica mercantilista escravagista por mais de trezentos anos, a qual sempre negou acesso e direito às mulheres, ao povo preto e à população pobre (três esferas sociais que sempre se interseccionaram), ao passo que era construída pela e para a elite branca e latifundiária do país, através de uma política de privilégios, heranças, exploração e subserviência a países europeus e aos Estados Unidos.

Tal adendo se faz necessário para que retomemos as limitações das políticas governamentais dentro do capitalismo, ainda que em um sistema democrático. Nicholas Davies aborda graves problemas vivenciados na educação escolar. Entre esses problemas, aponta a evasão e repetência nas escolas:

Ainda que possam e devam ser combatidas por governos reformistas dentro da origem burguesa, a evasão e a repetência tem suas raízes na estrutura social e política que subjaz a tais governos e impõe limites a quaisquer ações reformistas. Isso não significa que tais reformas não possam contribuir para minorar os problemas educacionais, *mas é um equívoco pensar que possam saná-los, uma vez que são sobretudo de natureza estrutural, não conjuntural* (Davies, 2001, grifos do autor).

E que se complementa com o que Harvey discute a respeito da questão dos direitos humanos no âmbito das sociedades capitalistas:

Vivemos em uma época em que os ideais dos direitos humanos passaram para o primeiro plano tanto política quanto eticamente. Dedicam-se muita energia política na promoção, defesa e articulação de sua importância na construção de um mundo melhor. Na maior parte, os conceitos em vigência são individualistas e baseados na propriedade, e, como tais, em nada contestam a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal. Afinal, vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa



de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar (Harvey, 2014, p. 27).

Essa prática de terceirizar a educação, que vem sendo discutida desde a Assembleia Nacional Constituinte, como vimos, surge em consonância com o que vem a ser chamado de “terceiro setor”, que consiste em um conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucros (na teoria), as chamadas, OSC’s.

Segundo o glossário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização da Sociedade Civil (OSC) é definida como um grupo de pessoas, legalmente constituído, que organizam uma entidade sem fins lucrativos e que exerçam atividades de interesse público sem visarem o lucro. A denominação OSC é um sinônimo para o que conhecemos como ONG (Organização Não-Governamental), e, a partir dela, também temos a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), um título que garante a legalidade de alguns benefícios para as organizações, principalmente a possibilidade de fomentos estatais, além de permitir que as doações realizadas por empresas sejam descontadas no imposto de renda; e a Organização Social (OS), também qualificação jurídica dependente da aprovação do poder público, mas que, ao contrário da OSCIP, possui uma função específica para atuação. As entidades qualificadas como OSs podem substituir e absorver as funções de entidades e órgãos extintos pela administração pública, em um processo chamado de Publicização (OSCs..., 2023).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), as políticas neoliberais tiveram grande avanço, sobretudo no âmbito educacional, exemplificadas nas discussões e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Foram lançados planos, diretrizes e normas que abriram espaço para o financiamento público no ensino privado, bem como a entrada de agentes do segmento privado na esfera pública educacional, como as ONG’s e, OSC’s.

As parcerias público-privadas ajudaram as ONG’s e, OSC’s a cooptar para si áreas e setores públicos tidos como direitos fundamentais e, portanto, de dever e responsabilidade do Estado, tais quais saúde, segurança e, claro, educação. É o que se vê nos termos da Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências” (Brasil, 1999). Essa lei qualifica as OS’s e OSC’s em OSCIP’s, como terceiro setor de interesse público.

Segundo um documento apresentado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que discute a definição do terceiro setor:

[o terceiro setor] coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e com o segundo setor, que é o mercado. Difere do primeiro porque suas entidades são de natureza privada e do segundo porque não visa ao lucro nem ao proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos (Leite, 2003).

Por mais que, na teoria, sejam entidades sem fins lucrativos, as OSC's possuem proprietários, diretores, *CEO's*, que agem em benefício de interesses privados – não só pessoais e/ou individuais, mas, sobretudo, políticos e coletivos. Um breve, e simples, exemplo é o fato de a Missão Sal da Terra estar inscrita na plataforma *Inteligen*<sup>32</sup>.

Estamos falando, portanto, de uma organização, “sem fins lucrativos”, que é cadastrada em uma ferramenta de Inteligência Artificial cuja finalidade é analisar e oferecer a “viabilidade de um negócio e até mapear concorrentes” (Quem somos..., 2024). e que foi escolhida para administrar uma escola pública municipal de ensino infantil.

Ainda assim, o chamado terceiro setor, em sua regulamentação, é classificado como algo que “não visa ao lucro nem ao proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos”. Ora, aqui não se trata e não se resume apenas a interesses particulares e/ou individuais, mas, sim, a toda uma rede e articulação de interesses políticos que se aproveitam de brechas legais (criadas intencionalmente) para tomar frente à gestão e à administração educacionais.

Tanto a Missão Sal da Terra quanto a Fundação Filadelfia consistem em OSC's que administram escolas no Residencial Pequis e provém de grupos religiosos evangélicos. As OSC's em Uberlândia, que administram, sobretudo, áreas como saúde e educação, estão diretamente ligadas a grupos religiosos. Principalmente de cunho evangélico.

Há várias problemáticas a serem questionadas e apontadas nesse modelo de administração educacional, mas três ganharam mais atenção neste trabalho.

A primeira problemática diz respeito ao município, no governo e na gestão de Odelmo Leão Carneiro, vale enfatizar, a partir de políticas neoliberais, eximindo-se de deveres e

---

<sup>32</sup> “Plataforma gratuita que visa entregar informações precisas e estatísticas confiáveis para empreendedores. Com base em uma extensa análise mercadológica impulsionada por inteligência artificial, a ferramenta oferece dados essenciais, desde a análise de viabilidade de um negócio até o mapeamento de concorrentes [...]. A missão da Inteligen é transformar o vasto mar de dados disponíveis na internet em inteligência acessível e aplicável para empreendedores. Ao se tornar uma referência em informações estatísticas, a plataforma não só auxilia na criação de empresas mais robustas e bem-posicionadas, como também potencializa o sucesso de negócios ao oferecer insights baseados em dados concretos, consolidando-se como o parceiro essencial para todo empreendedor brasileiro” (Quem somos..., 2024).

repassando-os a setores privados a fim de manter influência e laços de poder com grupos religiosos e burgueses/pequeno burgueses.

A segunda problemática envolve o município desobrigando-se da responsabilidade, na Fotografia do poder executivo e do poder legislativo, de órgão fiscalizador na questão de contratos e concessões/parcerias públicas e a (não) separação administrativa entre Estado e Igreja.

A terceira problemática reúne ambos os casos, quando contribuem, cada vez mais, para a precarização do ensino e serviço públicos, ao passo que o ensino privado recebe mais atenção e passa a alimentar uma imagem de serviço de melhor qualidade, mais estruturado e superior. O bem público não é “pior” por ser público, assim como o privado não é “melhor” por ser privado, mas, sim, por um receber mais atenção e investimento em detrimento do outro, devido aos diferentes agentes e interesses políticos envolvidos nessa relação. Odelmo, Zema e Bolsonaro nunca deixaram dúvida sobre quais e para quem são seus interesses políticos.

A relação política entre esses setores (Prefeitura e OSC's que administram as escolas do Pequis) é tão íntima e amistosa que sequer necessita de transparência das verbas enviadas para as OSC's, bem como quando e onde elas são aplicadas. Tudo é na base da boa e velha confiabilidade, paternidade e coronelismo. Não foi possível trazer o detalhamento financeiro e a comparação de destinação de valores em relação às escolas de administração públicas, devido à dificuldade de mapear e encontrá-las, seja no próprio *site* da prefeitura, seja no *site* das organizações responsáveis pelas escolas.

Em entrevista realizada com o vereador Fabio Dias Queiroz Zavitoski (Solidariedade), conhecido como Fabão, foi questionado a respeito do dinheiro público repassado pela Prefeitura a essas Organizações da Sociedade Civil (Entrevistado Fabio Dias Queiroz Zavitoski, 2024).

Um fato que veio a ganhar repercussão na cidade, em 10 de junho de 2022, foi uma denúncia, recebida e apurada pelo vereador, sobre o Centro Educacional Margareth Guitarrara Crozara, escola do Residencial Pequis, administrada pela OSC Missão Sal da Terra (Zavitoski, 2022). A denúncia apontava que essa escola estava sendo utilizada como depósito de vários itens de buffet, como louças em porcelana, aço inox, talheres, saladeiras, guardanapos de tecido, dentre outros itens, que estavam escondidos em diversos locais da escola, desde a despensa até no forro da laje. Além disso, constatou-se que havia notas fiscais desses itens em nome da própria escola. Segundo o vereador, a versão da diretora foi que ela estaria preparando uma festa de fim de ano para os estudantes da escola e que, para tal,

utilizaria esses itens na festa. O vereador afirmou ter levado o caso ao Ministério Público, mas a promotoria arquivou o caso.

Ainda sobre os contratos firmados entre a Prefeitura e as OSC's que administram as escolas no Pequis e a denúncia abordada acima, foi perguntado ao vereador durante a entrevista realizada para esta pesquisa:

**Marcos Paulo:** Nessa questão do dinheiro que a prefeitura passa a essas OSC's, tem alguma transparência por parte dessas organizações? O dinheiro que eles recebem, onde é aplicado exatamente?

**Fabão:** Não. [...] Essas peças de reposição [referência aos itens de buffet localizados na escola], ao que tudo indica, parece que eram compradas com subsídios da escola e enquanto não dá nada, não dá nada. Porque Uberlândia é uma cidade muito coronelista, muito coronelista. É como se você gritasse mas não fosse ouvido. Então você vai, você pede informação à Prefeitura e eles não te passam. Vou te dar um exemplo: gastos com publicidade. Os vereadores têm uma ferramenta que é o pedido de informação; o prefeito é obrigado a responder um pedido de informação, sob pena de crime de responsabilidade. Então, eu falei: Prefeitura, onde foram aplicados os R\$27 milhões de publicidade? A prefeitura responde: a gente já está fiscalizando isso. Aí eu replico: não. O poder legislativo tem essa prerrogativa de fiscalizar. Nós precisamos saber. Não, já foi respondido. Fica por isso (Entrevistado Fabio Dias Queiroz Zavitoski, 2024).

O vereador afirma não ter conseguido maiores esclarecimentos dos contratos entre prefeitura e OSC's, bem como documentos para serem analisados e estudados, mas essa entrevista evidenciou o tamanho das articulações políticas entre o governo local, na gestão de Odelmo Leão, e setores privados, articulações que se mantêm em torno da mercantilização de áreas e setores públicos da cidade, sobretudo em áreas que atendem, principalmente, camadas mais pobres de Uberlândia. Continua-se, então, com “as oligarquias locais tirando proveito da aplicação discriminatória da lei, utilizando-a de forma ambígua e arbitrária” (Maricato, 2015, p. 87).

Retomando Davies, que faz uma reflexão coesa e precisa sobre a implementação do Plano Nacional da Educação, e abre espaço para o debate a respeito das fragilidades contidas na Constituição, nos planos de educação e currículos educacionais, por exemplo, dentro do sistema capitalista, podemos evidenciar o Novo Ensino Médio (NEM), pautado sob a Lei Nº 13.415/17 (Brasil, 2017 a), implementada em 2022, ainda no Governo Bolsonaro. Dentre várias promessas, tal reforma chegou com argumentos como: diminuir a defasagem de conteúdo; diminuir as desigualdades regionais de ensino; preparar o estudante tanto para a faculdade quanto para o mercado de trabalho; oferecer flexibilidade para os estudantes

aprofundarem seu conhecimento de acordo com as áreas de interesse. Todavia, na prática, os efeitos do Novo Ensino Médio proporcionam ainda mais desigualdades, bem como a continuidade de desmantelamento do serviço público e a privatização da educação.

Um primeiro ponto que evidencia tal movimento está na diminuição de carga horária de disciplinas como história, filosofia e sociologia, não à toa disciplinas que propõem a reflexão e criticidade dos e das estudantes, enquanto sujeitos que vivem em sociedade. Além disso, no NEM, há uma diminuição de aulas expositivas e aumento da carga horária geral, fazendo com que haja menos contato com essas disciplinas e áreas do conhecimento, ao passo que, também, não garante um aprofundamento do conhecimento com o aumento de carga horária. Tais elementos, ao contrário do que dizem governistas e empresários que os defendem, precarizam ainda mais o ensino público, mitigando cada vez mais o direito de jovens a uma boa formação educacional, crítica e reflexiva, assim como forma trabalhadores e filhos da classe trabalhadora para um trabalho precarizado e cada vez mais pautado na noção neoliberal de empreendedorismo. O que esperar de uma educação que substitui disciplinas como história, filosofia e sociologia, por itinerários formativos como “brigadeiro caseiro”, “projeto de vida”, “o que rola por aí?”, “empreendedorismo” e tantas outras matérias sem conteúdo?

Há, na verdade, o que se esperar e imaginar com tal medida: a entrega, cada vez maior, “de recursos públicos para as empresas de consultoria, gestão de negócios e materiais didáticos da Fundação Lemann e demais empresas corruptas” (Unificar..., 2023). Ao passo que, em meio a uma grande onda de calor falta climatização adequada nas escolas; professores estão sem plano de carreira e com baixos salários, devido a uma forte política de arrocho fiscal por parte, principalmente, de prefeituras e governos estaduais; faltam vagas em creches; contratos temporários precarizados substituem concursos públicos; prefeituras se eximem de seu dever para com a educação enquanto entregam dinheiro para a rede privada a partir convênios e concessões (como no caso das OSC’s); governantes confiam a melhoria da qualidade da educação brasileira no “brigadeiro caseiro”. As consequências disso já foram anunciadas, em 1986, por Darcy Ribeiro: “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (Ribeiro, 1978).

Vale ressaltar que o Novo Ensino Médio sofreu grande pressão e enfrentou forte resistência por parte de setores da educação. Sindicatos de professores e técnicos, movimentos estudantis, grêmios, estudantes independentes (não organizados em movimentos) e demais setores. Todavia, devido, também, a uma não condução de um verdadeiro plano de lutas

organizado por centrais sindicais e o movimento estudantil, o caminho para a aprovação dessa e outras reformas acabou ficando aberto. No atual governo Lula (2023-2026), com muita reivindicação e pressão da sociedade e setores da educação, a população tem conseguido dar um breve suspiro, após o presidente anunciar a suspensão, e posterior revisão, do Novo Ensino Médio. E assim se faz necessário continuar: estudantes, professores, técnicos e a sociedade como um todo devem se manter em alerta e, quando necessário, tomar as ruas pela revogação integral do NEM. A lei do Novo Ensino Médio compõe um leque de ataques ao serviço público, junto das “contrarreformas trabalhista, da previdência, a terceirização irrestrita, o teto de gastos, privatizações de empresas estatais, cortes nas áreas sociais e um orçamento anual que destina metade da riqueza do país para o pagamento da dívida externa e interna, ou seja, aos banqueiros” (Unificar..., 2023).

Mariana Nolte, diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), e Danilo Bianchi, do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), ambos membros da Corrente Socialista de Trabalhadores e Trabalhadoras (CST), trazem importe reflexão na revista *Combate Socialista*:

É um projeto de educação que atende os interesses dos patrões, que querem trabalhadores sem direitos e menos críticos. É nesse sentido que não basta manter o NEM e revisar um ponto ou outro, como sustenta o governo Lula-Alckmin, por meio de seu ministro Camilo Santana (PT), uma política de atender aos interesses dos patrões e das fundações e empresas que lucram com a implementação do NEM. Por isso, precisamos exigir através da mobilização a revogação completa do NEM e da BNCC. E, para ‘não voltar ao que era antes’, como diz demagogicamente o próprio MEC, é necessário recompor todo o orçamento da educação cortado nos últimos governos e ampliá-lo, deixando de pagar a dívida aos banqueiros e taxando os bilionários, para destinar recursos para os salários, planos de carreira e formação inicial e continuada dos profissionais de educação, concursos públicos para todas as funções e fim das terceirizações, infraestrutura das escolas, desde o saneamento básico e cobertura de quadras de esporte até laboratórios, internet e equipamentos eletrônicos etc. (Nolte; Bianchi, 2023, p. 5).

Vemos, então, que na ação do Estado, seja em nível macro ou micro, há inúmeras contradições. Suas ações sempre vão favorecer determinados grupos ou segmentos da sociedade, mas nunca de forma definitiva, visto que há sempre uma disputa, ou melhor, a luta de classes, pela apropriação do poder. Neste trabalho, retratado na forma do espaço urbano. O Estado, enquanto espaço utilizado a favor dos interesses burgueses e contra a classe trabalhadora, expressa as forças e interesses do primeiro grupo, ao passo que “se choca” e é

contestado por este segundo, voluntária ou involuntariamente, quando reafirmamos que nossos desejos e interesses se pautam no “valor de uso da cidade condição necessária de vida para a classe trabalhadora”, diferentemente daqueles que tem e querem manter o valor de troca, da cidade mercadoria. A educação, enquanto vista, ensinada e formulada como mercadoria, portanto como privilégio, atendendo aos interesses de grandes empresários e políticos que assim se beneficiam, sempre irá favorecer e ajudar na construção e manutenção da cidade mercadoria.

Ir contra essas medidas e leis estabelecidas por sujeitos que não representam a classe trabalhadora e, portanto, nossos interesses, tais quais as citadas anteriormente (Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e do Novo Ensino Médio) é reafirmar nossa luta, nossos desejos, a cidade e sociedade que queremos para nós e nossos sucessores. É reafirmar a nós mesmos, enquanto sujeitos histórico-sociais e fazem e são responsáveis pela própria história, que resistem e lutam contra um modelo de cidade e sociedade capitalista, ao passo que sonhamos, mas também buscamos mudar e constituir novos espaços, novas cidades e novas sociedades. O território não há de ser privilégio de poucos, bem como não deve ser usado enquanto mercadoria que favorece e enriquece esses poucos. Esse grande negócio chamado cidade, cujo motor central é a renda imobiliária, deve ser superado junto do sistema que engendra tudo isso: o capitalismo.

## Capítulo 2

### **Fazer história enquanto sujeitos histórico-sociais: constituição e resistência do e no espaço escolar da periferia**

#### **2.1 Projeto Político Pedagógico (PPP): uma experiência para constituição do espaço**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade educacional em que a escola se encontra. O PPP sistematiza, organiza e integra - de forma contínua e, portanto, nunca definitiva - o processo de planejamento democrático e participativo da escola, definindo a ação educativa que se quer realizar. [...] O PPP é o nosso plano global da escola. Ele apresenta um conjunto de diretrizes organizacionais, operacionais e pedagógicas da escola, que expressam e orientam suas práticas, documentos e demais planos - como o Regimento Escolar, Planos de Ensino-Aprendizagem e Projetos Escolares. [...] Pretendemos, ainda, com o nosso PPP, ampliar o senso de pertencimento e o engajamento de toda a comunidade escolar (gestores, professores, demais profissionais da escola, pais, alunos e comunidade) em torno de um projeto educativo comum: a aprendizagem de nossos estudantes. [...] Este PPP foi elaborado com a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas (Escola..., 2020).

Essa é uma parte da definição de PPP que consta na Introdução do Projeto Político Pedagógico elaborado pela Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, no ano de 2020. Logo no primeiro parágrafo, é feito um importante apontamento: a finalidade de intervir e mudar a realidade educacional na qual a escola se encontra. A escola, enquanto ambiente sociopolítico de disputa, está inserida em um espaço que a compõe, contorna, constitui e, também, nela interfere: a cidade, em nível macro; e o bairro, em nível micro. Espaço igualmente marcado por disputas e interesses políticos. A realidade educacional, portanto, está diretamente ligada às condições que a cidade cria e oferece aos sujeitos que moram em suas diferentes regiões e possuem distintas realidades sociais, raciais, de gênero e econômicas. Ou seja, é importantíssimo ressaltar que, embora o PPP exerça grande influência na realidade escolar, este fica dependente, direta e indiretamente, de políticas e decisões do Estado – na figura da prefeitura de Uberlândia, no caso de escolas municipais – para que tais mudanças e objetivos possam ser alcançados, expandidos e, sobretudo, materializados.



Os problemas educacionais, portanto, são interseccionados com demais problemas sociais que, por sua vez, afetam a esfera educacional diretamente, tais como desemprego, baixos salários, falta de habitação, saúde, transporte e cultura. Daí a importância de o PPP ser organizado, sistematizado e integrado de “forma contínua e, portanto, nunca definitivo”, uma vez que a escola acaba lidando não só com os problemas no âmbito da educação, mas, também, com todos os outros que a cercam no bairro, sobretudo um bairro de periferia pobre, e, assim, na cidade. Um bom ponto para exemplificar isso está em como e por quem o PPP é constituído. Ainda que haja, segundo o documento, uma “participação democrática de toda a comunidade escolar”, na prática existem fatores, estruturais e conjecturais que acabam minando a participação de parte dos sujeitos que compõem tal comunidade.

É interessante pensar em como a elaboração do PPP parte de uma coletividade da comunidade escolar para sua constituição e que, sem tal engajamento e senso de pertencimento, seria muito difícil construir um projeto educativo que contemplasse a realidade concreta dos sujeitos que ali estão, pois, como diz Paulo Freire: “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo pragmático da educação ou da ação política” (Freire, 2022, p. 119). Nesse caso, de ambas. Além disso, pensar a constituição do PPP, enquanto documento norteador que busca intervir e mudar a realidade educacional é pensar na ação do ser humano enquanto sujeito ativo e histórico, portanto, que não é apenas constituído pela sociedade em que vive, mas, sim, que ajuda e se faz presente na estruturação social. “Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais” (Freire, 2022, p. 128).

Ao longo de um ano existem dias escolares destinados à discussão do PPP e de outros documentos, como o Plano Municipal de Educação, além de analisar e discutir, também, as ações que foram realizadas naquele ano. As reuniões são feitas, via de regra, com professores, professoras e demais trabalhadores e trabalhadoras da comunidade escolar<sup>33</sup>, mas, também, há o dia em que as famílias são chamadas para a discussão do documento. Segundo relato de professores da escola, a participação de pais e responsáveis costuma ser muito baixa, até mesmo no Conselho Escolar, o qual conta, apenas, com a participação de dois pais. O registro das famílias, para convocação e participação desses momentos, se dá a partir das matrículas na secretaria, como, por exemplo, famílias que recebem o benefício do Programa Bolsa Família, público majoritário que mora no bairro Residencial Pequis. Muitos pais acabam

---

<sup>33</sup> Na página 111 do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes está a relação da equipe de elaboração do documento (Escola..., 2020, p. 11).

recorrendo à escola, a partir da vice-diretora e via *Whatsapp*, para saber e tratar de assuntos diversos, mas não chegam a participar das reuniões presenciais e potencialmente de maior profundidade.

No entanto, ao analisarmos a participação efetiva de determinados sujeitos na elaboração desse PPP, como no caso de pais e demais responsáveis pelos estudantes, notou-se que ela depende de outras questões sociais, como mencionado anteriormente: desemprego, baixos salários, falta de habitação, saúde, transporte etc. É sabido que a participação de pais em reuniões escolares, sobretudo de escolas periféricas e de bairros com baixas condições econômicas, é baixa. Cabe aqui, então, a problematização dessa baixa adesão que, muitas vezes, acaba sendo relacionada, pelo senso comum, ao simples e mero desinteresse por parte destes, sem, no entanto, saber a origem desse desinteresse ou, e aqui dando mais ênfase, a disponibilidade e realidade em que esses pais e responsáveis estão inseridos: falta de tempo devido estar trabalhando grande parte do dia, falta de tempo por ter que se deslocar de transporte público a regiões e locais muito distantes na cidade, problemas de saúde, desestrutura familiar, insegurança financeira; insegurança alimentar etc.

A realidade em que esses pais, responsáveis e estudantes estão envolvidos é a realidade da classe trabalhadora que (sobre)vive em um bairro periférico, sob uma política discriminatória, cuja segregação é latente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte da prefeitura de Uberlândia.

Aqui está um ponto importantíssimo para notar como a constituição da escola varia e, em certa medida, depende da constituição da cidade. Mais importante ainda é reafirmar que não se trata de qualquer escola e qualquer lugar da cidade, mas, nesse caso, de uma escola construída e que se constitui na periferia pobre de Uberlândia. Sendo assim, os moradores que compoem e constituem esse espaço sempre estarão sujeitos a vulnerabilidades e problemas sociais que irão impactar todas as esferas de suas vidas, como a da educação. Ao mesmo tempo, estes resistem e lutam frente às desigualdades e vulnerabilidades que fazem parte de seu dia-a-dia através de reivindicações populares de melhoria e transformação do bairro; seja na e pela escola ou outros espaços de lutas, como associações de moradores.

No próprio documento já ficam expostas tais dificuldades que pais, mães e demais responsáveis têm em serem mais presentes no cotidiano escolar. Após um levantamento realizado pela própria escola e exposto no PPP para medir o nível de atuação de sua comunidade escolar, o qual, em uma escala de 0 a 10, 0 significa “muito inativa” e 10

significa “muito ativa”, a nota atribuída pela escola foi 7<sup>34</sup>. Embora não seja uma nota baixa, cabe analisarmos e problematizarmos as questões que fizeram chegar a esse valor, sobretudo quando levamos em conta que os motivos, em sua quase totalidade, se dão devido a fatores externos, relacionados à condição de vida precária que a classe trabalhadora vive, como é exposto no PPP:

Levando em consideração os pais e/ou responsáveis que participam ativamente da vida escolar do estudante, é nítido que os mesmos não participam mais ativamente, não por falta de interesse, mas devido a sobrecarga de trabalho, a falta de tempo, falta de transporte e por motivos de saúde física e psicológica (Escola..., 2020, p. 33).

Vale ressaltar que a participação de pais e responsáveis na educação dos filhos, tanto em casa quanto na escola, é, sim, algo fundamental e de grande importância. Entretanto, não podemos cair no discurso neoliberal de retirar, cada vez mais, responsabilidades e deveres do Estado e atribuir para outros setores da sociedade, como a família e a comunidade escolar. Ademais, fica evidente, mais uma vez, que planos, projetos e políticas sociais desenvolvidas dentro da racionalidade do capital acabam ficando truncadas e limitadas ao atender as necessidades humanas. Isso se torna visível, também, nos diagnósticos e planos de ações analisados e elaborados neste PPP, a fim de atenuar e ou mitigar situações e cenários de desestruturação a que a escola acaba ficando sujeita, mas que, na sua grande maioria, não se trata de problemas advindos da dificuldade de aprendizagem do ou da estudante, propriamente dito, e sim, devido à sua realidade social e às dificuldades materiais que refletem no ambiente escolar: transporte público de má qualidade, pai e mãe (ou ambos) ausentes no dia-a-dia e/ou vida do ou da estudante, insegurança alimentar, necessidade de trabalhar muito cedo para ajudar financeiramente a família, altos índices de criminalidade/violência no bairro, dentre outros fatores.

Este Plano conta com nove itinerários, baseados no diagnóstico realizado para aqueles sujeitos que compõem a escola e vivem a realidade de um bairro periférico pobre: objetivo da ação; os resultados esperados; como medir e analisar os resultados; o que, como, quando e por quem será feito; e os riscos para o sucesso dessa ação. São propostos: reforço escolar a fim de tentar diminuir a defasagem de aprendizado; relações interinstitucionais – família, comunidade e sociedade – a fim de fortalecer e estreitar os laços entre família e escola;

---

<sup>34</sup> O documento não deixa explícito quais são os critérios adotados para tal levantamento, além de soar um tanto quanto contraditório, visto que ele expõe uma realidade de baixa participação, mas, nesse levantamento/avaliação, recebe uma nota consideravelmente alta.

diversidade e inclusão na aprendizagem a fim de melhorar a articulação e integração dos professores do Atendimento Educacional Especializado; impacto da violência nas expectativas de aprendizagem a fim de combater o *bullying* e a violência no espaço escolar, dentre outros (Escola..., 2020, p. 76).

Para melhor visualização e compreensão, deixo abaixo a esquematização de um dos itinerários, o Itinerário 8 – Ambiente Participativo”, cujo objetivo é “Estimular a participação do grêmio estudantil nas atividades culturais, políticas e de interesse da juventude” e tem como nome da ação “Grêmio Ativo”.

**Imagem 1** – Itinerário 8 do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes: Ambiente Participativo.

Qual o objetivo e os resultados esperados para essa ação:

Estimular e promover ações de participação do grêmio estudantil em atividades culturais, políticas e de interesses da juventude, no espaço escolar e extra escolar.

Como podemos medir os resultados:

Aumento da participação do grêmio estudantil nas diversas ações desenvolvidas no espaço escolar.

O que será feito:

Promover reuniões com o grêmio estudantil para incentivar a sua participação nas atividades culturais, políticas e de interesse da juventude, a fim de torná-lo, mais participativo e envolvido nessas questões.

Como será feito:

Será realizado reuniões com a coordenação de um a dois professores que serão responsáveis por toda ação e movimentação do grêmio estudantil.

Quando será feito:

Será realizado durante o ano letivo a partir do mês de março até dezembro.

Por quem será feito:

Por um ou dois professores coordenadores, com perfil para esta atividade, analistas pedagógicos e equipe gestora.

Quais são os riscos para o sucesso dessa ação:

Falta de envolvimento dos alunos e professores.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes (Escola..., 2020).

**Imagem 2** – Quadro de Planejamento do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes.

Atividade tarefa	Estimular e inserir a participação do grêmio estudantil, no planejamento e execução das atividades festivas e culturais e projetos desenvolvidos na escola.
Responsável	Professor responsável com perfil para este trabalho e analistas pedagógicas.
Data início	10/04.
Data fim	30/11.
Descrição de insumos	Material de uso individual do aluno Ata de registro das atividades e decisões do grêmio.
Valor total de insumos	O insumo não possui custo, levando em consideração, já existência dos mesmos na escola.
Classificação de insumos	Bens de custeio.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes (Escola..., 2020).

Este itinerário, pelo menos ao que se propõe em princípio, é de grande importância no ambiente escolar, a fim de estabelecer princípios de convivência e coletividade para estimular os estudantes a se tornarem sujeitos participativos e ativos na construção, não apenas, “da sala de aula”, mas também do ambiente escolar como um todo, valorizando-os enquanto agentes de sua própria história. Evidenciar e reafirmar os direitos e deveres, com suas respectivas responsabilidades no dia-a-dia escolar, dos e das estudantes, a partir de suas demandas, inquietações e desejos, faz com que, de fato, uma comunidade escolar seja construída entre professores(as), estudantes, diretoras(es), profissionais da cozinha, da limpeza etc. e, assim, seja desenvolvida uma aprendizagem e um relacionamento humano crítico, coletivo e solidário; apontando e reafirmando que o ato de conviver é, antes de tudo, uma ação em equipe. Todavia, há de ser reiterado que, para tal, a escola deve contar com condições básicas de estrutura e infraestrutura para que ações e atividades como esta sejam pensadas, desenvolvidas e, claro, materializadas.

Além disso, o discurso e as boas intenções perdem sua validade caso permaneçam apenas no papel (tal qual foi debatido a respeito do Plano Diretor). A escola é, muitas das vezes e infelizmente, um ambiente vertical nas discussões, no planejamento e na tomada de decisões, e, dessa forma, acaba colocando os estudantes enquanto sujeitos subordinados, imaturos, incapazes e até apolíticos. Um itinerário que já traz em seu título o “ambiente

participativo” deve ser efetivado em todas as esferas, tanto passiva quanto ativamente, ou seja, não apenas “estimular e promover ações de participação do grêmio estudantil”, mas também escutando e atendendo as necessidades do corpo estudantil, valorizando o conhecimento, a individualidade e a coletividade dos e das estudantes. Infelizmente, essa segunda parte das propostas dos itinerários, ou seja, sua aplicação (ou não aplicação), fica um pouco mais difícil de ser analisada, haja vista a dificuldade de conversar com os profissionais da escola, sobretudo a diretora e estudantes.

Outro itinerário que vale destacar é o 7 – “Impacto da violência nas expectativas de aprendizagem”, que tem como objetivo “Promover projeto de combate ao *bullying* e violência no espaço escolar, enfatizando a cultura de paz, cooperação e a gentileza.”

Um assunto de grande importância e muita presença em escolas públicas, sobretudo em bairros periféricos e mais pobres, é a violência. Além de estar presente na realidade desses sujeitos e seu debate ser importante, este é um tema de grande complexidade e que atravessa e é atravessado por outros temas, como racismo, violência de gênero, sexual etc., todos presentes no ambiente escolar.

Todavia, o Itinerário 7 acabou resumindo e simplificando o assunto apenas a uma esfera e modalidade de violência – *bullying*<sup>35</sup> –, que também tem sua importância e é rotineira nas escolas.

O Itinerário 7 também aponta ações e tarefas de combate que se configuram mais genéricas, para não dizer disciplinadores. É sabido que, no interior das escolas, atos racistas, velados ou não, violência e discriminação de gênero são fatores que se relacionam diretamente com a saúde mental dos e das estudantes, interferindo em suas relações interpessoais, no aprendizado e na permanência nas escolas<sup>36</sup>. Além disso, vale reiterar que muitas vezes essas violências não acontecem apenas entre estudantes, mas chegam a envolver toda a comunidade escolar.

---

<sup>35</sup> O *bullying* consiste em um conjunto de violências que se repetem por algum tempo e contra uma pessoa, esse ato pode ou não estar relacionado com a raça, sexualidade, etnia e condição financeira da pessoa.

<sup>36</sup> Vale destacar que a violência é um dos fatores que interfere, de diferentes maneiras e graus, no aprendizado e na permanência de estudantes nas escolas, mas que não é a causa motriz de toda a problemática da educação pública. Aqui, fica apenas um adendo e observações de uma tema que poderia ter sido mais bem pensado e desenvolvido no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes.

**Imagem 3** – Itinerário 7 do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes: Impacto da violência nas expectativas de aprendizagem.

ITINERÁRIO 7: IMPACTO DA VIOLÊNCIA NAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

Melhoria dos projetos que enfatizem a cultura de paz.

Nome da ação: Paz na Escola

Qual o objetivo e os resultados esperados para essa ação:

Promover projeto de combate ao bullying e violência no espaço escolar, enfatizando a cultura de paz, cooperação e a gentileza.

Como podemos medir os resultados:

Através de trabalhos expositivos, peças teatrais, e manifestações comportamentais de interação e cooperação.

O que será feito:

Desenvolver atividades com a proposta da Cultura de paz. Incentivar e propor formação de professores para o enfrentamento de tais situações. Sistematização dos registros e acompanhamento das situações de violência.

---

98

Como será feito:

O projeto envolverá toda a escola, que trabalhará o tema uma vez por mês, desenvolvendo atividades e momentos para reflexão, conscientização e aprendizado da Cultura de Paz, com novos hábitos para o dia a dia.

Quando será feito:

Iniciará em marco, com término previsto para novembro do ano letivo, com um dia específico de cada mês para trabalhar o tema.

Por quem será feito:

Equipe gestora, analistas pedagógico, professores e demais funcionários da escola.

Quais são os riscos para o sucesso dessa ação:

Falta de envolvimento da equipe.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes (Escola..., 2020).

A proposição de tarefas e resultados esperados, objetivando “trabalhar conceitos de paz e virtudes que promovam a paz no ambiente escolar” e a “redução de indisciplina”, apresenta muito mais um caráter disciplinador do que reflexivo e crítico acerca das raízes que envolvem essas violências, bem como os grupos que praticam e são afetados por ela.

Cabem ser trabalhados o contexto e a realidade em que os estudantes estão inseridos enquanto moradores de um bairro periférico pobre e, mais ainda, o questionamento acerca dos motivos que os levam a viverem tais circunstâncias e realidade. A educação antirracista, antiviolença de gênero e a educação sexual são temas necessários a serem abordados e aprofundados em toda a comunidade escolar, mas, sobretudo, com os(as) jovens que ali estão se formando, possibilitando “a cada pessoa se definir como ser inacabado, que procura se educar, criar espaços de participação consciente na edificação da sociedade, na busca do bem comum e da liberdade social” (Uberlândia, 2003).

A Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes se propõe analisar e identificar dificuldades e defazagens de aprendizado (que, como dito anteriormente, partem de um problema estrutural que se molda e alimenta a partir da exploração da classe trabalhadora). A partir de debates e da elaboração coletiva de um Projeto Político Pedagógico com os membros da comunidade escolar, se dedica a propor “ações concretas de melhoria e transformação da realidade” dos e das estudantes. Isso, por sua vez, quando visto sob a perspectiva de (luta) classes, se trata de mais uma forma de resistência e luta concreta de sujeitos frente às desigualdades presentes em sua realidade. Note que lutar e resistir não se resume ou simplifica apenas sob formas “organizadas”, mas, também, com as “formas surdas” de resistência, ou seja, aquelas que, quando analisadas de maneira superficial e pelo senso comum, se tornam apenas ações corriqueiras e “normais” no dia-a-dia do ser humano, da vida do trabalhador e da trabalhadora, quando, na verdade, são verdadeiras áreas e ações de resistência social, essenciais para a compreensão, a construção e a modificação da sociedade. Sendo assim, embora haja limitações em determinados planos e políticas sociais dentro da racionalidade capitalista, a luta e a resistência da classe trabalhadora não são limitantes.



## 2.2 Contexto e conjuntura política na elaboração do PPP: as lutas em meio ao retrocesso na educação pública municipal

Na página 13, no tópico de “Marco Referencial” e “Marco Situacional”, o PPP contextualiza “*o momento de crise socioeconômica e sanitária que o país passava*”<sup>37</sup>, bem como as consequências na condição da família, que “priorizava a subsistência em detrimento à formação moral e educacional, que se refletiu na educação de crianças e adolescentes.” E aponta outras situações que passaram a ser corriqueiras no cotidiano brasileiro, sobretudo de estudantes:

Manipulação do pensamento pelo excesso de informações e a facilidade de encontrá-las, informações contraditórias, fontes de informações e conhecimentos não confiáveis, distanciamento das relações humanas (sócio afetivas), deterioramento das relações familiares, aumento da intolerância e discriminação, inversão dos valores éticos e morais, falta de fortalecimento e gerenciamento das inteligências emocionais, ausência, falta de apoio e acompanhamento dos pais (Escola..., 2020, p. 13).

Os diagnósticos e a contextualização feitos no PPP remetem a uma série de decisões políticas tomadas em nível federal, estadual e municipal que afetaram o cotidiano de uberlandenses, governados, na época (2020), pelo prefeito Odelmo Leão Carneiro (PP), pelo governador estadual Romeu Zema (NOVO) e pelo presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido naquele momento).

O texto é revelador de como, a partir das políticas neoliberais que marcaram e marcam as gestões desses governantes, a escola planejou se manter, se estruturar e sobreviver. O contexto crítico de crise financeira e sanitária que vivenciamos entre 2020 e 2022 evidencia, e muito, como a área educacional foi ainda mais sucateada, bem como nossas necessidades foram colocadas em cheque, frente aos interesses de empresários e grupos políticos que os atendem. A decisão tomada pelo município de Uberlândia, a partir do Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid-19 juntamente à Secretaria de Educação, sobre a retomada das aulas presenciais, demonstra muito bem o descaso com estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar, que tiveram a vida colocada em risco, chegando até mesmo a casos de óbito, em decorrência da Covid.

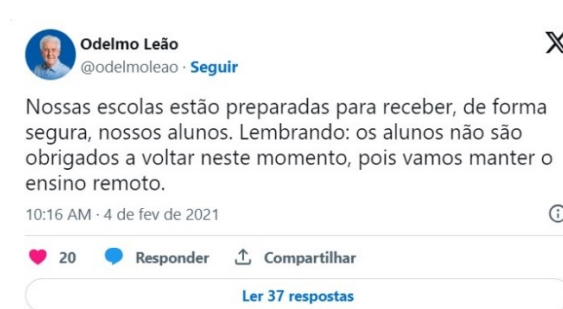
---

<sup>37</sup> Grifos meus.

Durante a fase mais crítica da epidemia de Covid-19, todo o ano de 2020, o país vivenciou um longo período de relativização, menosprezo e descaso com a pandemia, bem como uma série de asneiras e argumentos desprovidos de senso crítico, materialidade e embasamento científico a respeito das vacinas, por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, e seu governo. Romeu Zema e Odelmo Leão seguiram a mesma lógica e o mesmo discurso. Essa relativização, esse menosprezo e esse descaso resultaram na morte de mais de 693 (seissentos e noventa e três) mil pessoas<sup>38</sup>. Após esse longo período, o Brasil começou a receber as primeiras doses do imunizante do coronavírus.

Mesmo sendo discutida e comprovada a necessidade de aplicação de mais de uma dose da vacina, a fim de promover maior eficácia imunológica e trazer mais segurança a população, a falácia neoliberal de “não podemos ficar mais parados” e “devemos voltar à normalidade” foi avançando junto a discussões a respeito do retorno presencial das atividades escolares. Tanto no Estado, com Romeu Zema, quanto no município de Uberlândia, com Odelmo Leão e seu governo, fora aprovado o retorno às aulas presenciais, sem nenhum debate e participação com e da comunidade escolar (Natálio, 2021).

**Imagem 4** – Prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, anuncia que escolas estão prontas para receber os alunos. Uberlândia-MG, 2021.



Fonte: Jomal Diário de Uberlândia (Natálio, 2021).

Neste contexto, vale destacar o intenso combate de professores e professoras que lutaram no âmbito estadual, através do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE), contra o retorno das atividades presenciais naquele momento. Antes de receber a autorização do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMJ), no mês de junho de 2021, os professores e as professoras travaram uma longa luta, pautando discussões e consequências muito importantes sobre este assunto, no poder judiciário, contra Zema e as

<sup>38</sup> Dados obtidos através do site do Ministério da Saúde para divulgar o monitoramento da Covid-19 no Brasil (Brasil, s/d).

decisões políticas tomadas por seu governo. Ao ser estabelecido a decisão acerca do ensino híbrido, professores e professoras deliberaram, através do Sindicato, uma greve sanitária, a fim de lutar contra a medida do Tribunal de Justiça e alertar para os riscos que a comunidade escolar, como um todo, correria (#Emdefesadavida, 2021). A greve durou cerca de uma semana, até a justiça suspendê-la. O fato que vinha sendo alertado por estes profissionais, bem como por cientistas especialistas e infectologistas, aconteceu: nas primeiras semanas do “retorno às aulas” em plena pandemia, ao longo do mês de agosto de 2021, as notícias de escolas sendo fechadas e aulas suspensas eram rotineiras em todo o Estado e em Uberlândia devido ao grande número de contaminações que passou a acontecer no ambiente escolar.

**Fotografia 15** – Pais e profissionais da educação fazem manifestação contra retorno das aulas presenciais. Uberlândia-MG, 2021.



Fonte: Jornal Diário de Uberlândia (MERLIN, 2021).

**Fotografia 16** – Servidores da educação se manifestam contra retorno das aulas presenciais, em frente à Prefeitura. Uberlândia-MG, 2021.



Fonte: Jornal Diário de Uberlândia (MARTINS, 2021).

Após pouco mais de um mês do retorno às aulas presenciais na cidade, em julho de 2021, professores e professoras da rede municipal denunciaram as condições precárias e fora dos padrões de biosegurança estipulados por agentes e setores da saúde, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no ambiente escolar. Dezesete profissionais da educação, em doze escolas diferentes da cidade de Uberlândia, foram diagnosticados com coronavírus. Quanto aos estudantes infectados, o número não chegou, contudo, a ser divulgado pela prefeitura à época.

O retorno ao formato presencial se deu antes mesmo de os profissionais da educação estarem com o esquema vacinal completo (todas as doses da vacina tomadas) e em meio a um cenário epidemiológico em que Uberlândia tinha 97% dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ocupados, ou seja, em situação crítica e próximo de um colapso. O município chegou a declarar que as escolas municipais haviam recebido materiais de biosegurança suficientes, tais como papel toalha, sabonete líquido, álcool em gel, equipamento para medir temperatura etc. (Balanço..., 2021). Mas vários profissionais relataram ter recebido poucos materiais, como máscaras e demais Equipamentos Individuais de Proteção (EPI's), denunciando, ainda, que os poucos materiais recebidos estavam em péssimas condições de uso.

Além disso, a realidade e a estrutura das escolas públicas não condizem com os padrões de biosegurança exigidos para que pudessem ocorrer aulas e demais atividades na escola com o mínimo de segurança. Com salas de aula pequenas, sem ventilação, janelas emperradas e até casos de escolas que possuem um único banheiro para todos os alunos, todos os profissionais e estudantes estiveram sob grande risco e exposição. Uma professora, que não quis se identificar, em entrevista para o jornal *Brasil de Fato*, denunciou: “Nas creches, na educação infantil e nas séries iniciais é impossível os profissionais da educação manterem o distanciamento necessário, já que é preciso trocar fraldas, dar banho, trocar roupas, amarrar um cadarço, dar colo para as crianças” (Borba, 2021). Ronaldo Ferreira, professor em duas escolas rurais do município, complementa a situação:

Recentemente, perdemos uma grande profissional da educação que foi acometida em trabalho pelo vírus da covid. Isso a secretaria não fala, não divulga. E mesmo quando eu testei positivo, tive contato com meus colegas dentro da van, no ambiente escolar e nenhum foi afastado preventivamente. Eles seguem trabalhando normalmente (Borba, 2021).

Outro ponto importante a ser destacado é o quanto o nível de trabalho de professores e professoras aumentou durante a pandemia, fazendo referência, especificamente, às escolas públicas.

Além de toda a realidade insalubre, do ponto de vista sanitário, a que foram submetidos, docentes tiveram que lidar com uma carga extra de trabalho, como a implementação dos *tablets* (materiais doados pela prefeitura, juntamente com um *chip* de dados móveis, a estudantes de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família) nas salas de aula. A carga extra de trabalho envolvia ensinar questões e noções de informática aos estudantes e a substituição de conteúdos no horário de suas disciplinas pelas explicações sobre o manuseio dos equipamentos de informática, precarizando, ainda mais, o trabalho docente.

E essa carga extra de trabalho também envolveu a produção de material didático para os estudantes, para evitar a utilização de um novo e precário dispositivo de ensino criado pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais em substituição ao livro didático durante o período de ensino remoto e/ou híbrido: os Planos de Estudos Tutorados (PET). Na rede municipal de ensino de Uberlândia, os professores e as professoras tinham autonomia de elaborar os próprios PET's. Tendo em vista o conteúdo superficial que o material do Estado trazia, foi muito comum, e por vezes necessário, a produção de um material mais completo, crítico e reflexivo. Essa “autonomia”, na prática, significou carga extra de trabalho e de horas trabalhadas.

O Projeto Político Pedagógico elaborado pela Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, traz sua definição para o PET:

Instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da escola, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma auto instrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular (Escola..., 2020).

Nas escolas estaduais, as apostilas (PET's) já vinham elaboradas e prontas para uso. Também nas escolas municipais, se assim desejassem. Todavia seus conteúdos traziam temáticas muito superficiais e acríticas, sobretudo para nós, professores historiadores. Esse conteúdo foi observado *in loco*, através das experiências nas disciplinas de Estágio Supervisionado III, IV e V do Curso de Graduação em História.

Na análise do material produzido para a disciplina de História, Volume 3 do Plano de Estudo Tutorado de 2021, evidencia-se a carência de fundamentos teóricos, bem como a

carência de qualquer tipo de discussão que implique debater e criticar a lógica dominante, as temáticas abordadas fugiam das contradições, conflitos e complexidades, tão ricas e importantes para os debates e a formação crítica dos estudantes, bem como para a construção do conhecimento histórico<sup>39</sup>. A análise permitiu perceber uma organização de conteúdo forma simplista e falha, deixando assuntos importantes fora da discussão e, quando trazidos, surgiam de forma maniqueísta e superficial.

Cabe ressaltar que a responsabilidade de trazer determinados assuntos, aprofundar e criticar outros, é do professor e da professora, mas que, mesmo assim, o livro didático, por exemplo, é ferramenta de suma importância e utilidade no processo educacional e na vida do estudante. Mesmo com críticas que devem ser feitas a determinados autores de livros didáticos e aos conteúdos ali presentes.

Fato é que o PET veio com tamanha padronização e simplicidade, pelo menos acerca dos conteúdos da disciplina de História, que a capacidade de reflexão dos estudantes foi ainda mais prejudicada, o que exigiu do professor mais tempo e energia para o trabalho de organizar atividades e conteúdos alternativos a fim de preencher ou reduzir essa nova lacuna.

Em entrevista com a professora Letícia Siabra da Silva<sup>40</sup>, professora de História na Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, questionei como ela observou o aprendizado dos estudantes no período pandêmico e no contexto do ensino remoto. Em resposta, ela afirmou:

E respondendo a terceira questão, como foi o aprendizado. É um consenso, entre os estudantes hoje, e a gente até conversa a respeito, que a gente sofreu bastante. Não vou mentir pra você não. Os meninos viram também que o ensino remoto é muito difícil. A gente tem enorme distrações e não é a mesma coisa que o presencial, não chega nem aos pés do presencial. Então, o aprendizado, nesse período, pra gente... a gente perdeu muita coisa. Mas a gente foi tentando, sabe? Tentando ver o que que funcionava, o que que não funcionava... Eu tinha as aulas com meus estudantes... Do meio do ano pra

---

<sup>39</sup> Vale destacar que embora seja, também, comum nos livros didáticos, conteúdos históricos abordados de forma maniqueísta e homogênea, nos PET's isso acabou se intensificando.

<sup>40</sup> Possui Graduação (Bacharelado e Licenciatura) em História pela Universidade Federal de Uberlândia, (2010), Mestrado em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (2013). Ministrou aulas de História para Ensino Fundamental e Médio na rede estadual de Educação de Minas Gerais. Trabalhou como professora de História no programa de TV (e plataforma *online*) Escola em Casa, da Prefeitura Municipal de Uberlândia/CEMEPE, pesquisando, elaborando, gravando, editando e apresentando videoaulas de história para 6º ano regular e 6º período da Educação de Jovens e Adultos (2021). Atualmente, é professora de História na rede municipal de educação em Uberlândia-MG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história; história e memória; experiências de comunicação; cultura e cidade.

frente, eu continuei no Programa Escola em Casa<sup>41</sup>, em 2021. Só que eu voltei, também, para a escola, então eu tava com o trabalho tanto no programa de TV da prefeitura, quanto na escola. E aí eu tive o contato mesmo com meus alunos, mesmo que pelo remoto. É... O aprendizado deixou muito a desejar, a gente sofreu bastante, sabe. Os meninos reclamam até hoje. (Entrevistada Leticia Siabra da Silva, 2023).

A professora Leticia continua respondendo o questionamento sobre quais foram os resultados obtidos na escola com a implementação do PET. Vale lembrar que, nas escolas municipais, professores e professoras tinham autonomia para elaborar o próprio material, diferentemente das escolas estaduais:

A escola fez a implementação do Plano de Estudos Tutorado. Fez. E aí, o que acontece... O PET, ele foi uma determinação estadual. Todas as escolas municipais seguem a legislação estadual, a SRE, Superintendência Regional de Ensino. A Secretaria Municipal de Educação é subordinada à Secretarial Estadual. E aí, o que o governo de Minas Gerais determinava com os PET's a gente fazia.

Os PET's tinham uma situação que era a seguinte: no começo, a gente tentava, né? Fazia busca ativa do aluno. Tentava: entregava os PET's impressos; os pais podiam ir; a escola mandava o *Whatsapp* pro grupo que tinha os pais, pros pais que quisessem ir buscar; a gente também disponibilizava o *link* dos PET's, que eram feitos no *Googleforms*, no formulário. Eu, particularmente, tenho uma facilidade com essas ferramentas, né, mas a gente sabe que não é a realidade de todo mundo. E assim, muitos professores tinham dificuldade também, mas a gente fazia.

E aí o governo do estado... Aí, isso é uma questão estadual mesmo. E eu até eu acho que eu até tenho esse memorando guardado. Chegou o momento que o governo do estado falou: se o aluno só assinar o nome, é pra considerar. Entendeu o que ele fez? Então, o aluno não precisava fazer o PET, ele só precisava assinar o nome!

E o PET era muito complicado, porque como é que a gente vai fazer uma atividade para esse estudante? E sem saber como é que está a situação do aprendizado, sem saber, né? Uma coisa padronizada. Se a gente for pensar... Mas a gente não sabe como é que tá a situação desse aluno. Então, muitas vezes, o PET deixa a desejar. A gente fazia o nosso. Isso em relação ao Estado. Tem uma questão, assim, que é importante salientar, porque, na prefeitura, a gente tinha essa autonomia para fazer o nosso. No Estado, já vinha pronto. Então, [...] eu peguei esses dois momentos. Ter que aplicar um PET já pronto, que já vinha pelo Estado (Entrevistada Leticia Siabra da Silva, 2023).

O empenho, a luta, a resistência, o compromisso e a dedicação de professores e professoras foram fundamentais para o prosseguimento das atividades escolares naquele formato e naquele contexto vividos entre 2020 e 2021. Não busco dizer isso caindo em um

---

<sup>41</sup> O Programa Escola em Casa foi lançado pelo governo municipal de Uberlândia, em 2020, e definido pela Prefeitura como ferramenta de apoio educacional, com “o objetivo de garantir que os estudantes mantenham uma rotina educacional durante o período de suspensão temporária das aulas” (Prefeitura..., 2020).

discurso maniqueísta e “romantizante”, afinal a precarização do trabalho docente, bem como da educação de modo geral, aumentaram bastante no contexto de pandemia.

Talvez ainda seja cedo para avaliar os impactos da pandemia, junto com a implementação do ensino remoto/híbrido no processo de aprendizagem de milhares de estudantes de escolas públicas, mas fato é que o trabalho de professores e professoras, naquele momento, se voltou muito mais a uma questão de “manter” os laços, afetivamente falando, entre escola e estudante do que para o ensino e a aprendizagem propriamente ditos. Inúmeras estratégias foram traçadas, diariamente, pelos profissionais, a fim de mitigar o impacto desse modelo educacional (remoto/híbrido) precário e excludente na vida de crianças e jovens.

### **2.3 O meio urbano enquanto experiência pedagógica: como as crianças veem a cidade?**

Para além de Planos (Diretores) e Projetos (Políticos Pedagógicos), a compreensão e a transformação da cidade se dá a partir de seus sujeitos e das inquietações que os movem. Para tanto, quando nos referimos a esses sujeitos enquanto crianças, suas inquietações podem e, sobretudo, devem, ser ouvidas, aprofundadas, exploradas e, também, atendidas, de forma crítica e reflexiva. Fazer isso, antes de qualquer coisa, é entender e reafirmar as crianças enquanto sujeitos de seu tempo e sua localidade, portanto, agentes de suas próprias histórias, responsabilidades, direitos e deveres. Há, em nossa cultura, o hábito de tratar e apontar as crianças enquanto sujeitos incapazes, até mesmo irracionais, colocando-os enquanto sujeitos limitados e acrílicos, ou seja, sujeitos apenas passivos. Isso é notável tanto no ambiente familiar quanto no escolar. E é sobre esse último que o presente item irá se debruçar, buscando contrariar tal narrativa, reafirmando a necessidade de tratar as crianças enquanto sujeitos ativos, bem como trazer a importância de suas visões de mundo e inquietações.

Entendendo cidade e escola enquanto ambientes transformadores e transformáveis, é necessário compreender a primeira enquanto um universo muito maior do que a última – o que não significa dizer que a escola tenha menor importância ou influência na vida das crianças – e, assim sendo, composta, influenciada e construída por uma gama muito maior de sujeitos. A escola é, portanto, um dos pontos de referência para o (re)conhecimento da cidade. Assim sendo, a educação enquanto *práxis*, enquanto potencial experiência transformadora do *status quo*, pode e deve mostrar a seus estudantes os dois lados desses dois ambientes – cidade e escola; transformador e transformável –, a fim de que sejam capazes de dar contorno e sentido a suas inquietações e, assim, decidir se vale à pena conversar ou transformar a sociedade em que vivem.



É fato que nos últimos anos tenha sido cada vez mais difícil construir, desenvolver e aprofundar uma educação reflexiva, crítica e, sem fugir do horizonte, revolucionária no Brasil. Devendo-se levar em consideração, sobretudo, a (contra)reforma neoliberal do Ensino Médio “iniciada”<sup>42</sup> no governo Temer e aprofundada no governo Bolsonaro; os vários cortes na pasta da educação e a sistemática precarização e desmonte da educação pública do Brasil. A disputa por essa área está longe de acabar. Após 2023, com o retorno de Lula à presidência da República, há uma expectativa, em alguns setores da esquerda, de que esse quadro seja revertido, todavia, sequer o NEM foi revogado em sua integralidade. Há, na verdade, uma intensa disputa no Congresso Nacional para que a lei da reforma do Ensino Médio seja mantida em sua quase totalidade, além de não haver nenhuma mobilização em massa e nas ruas contra essas negociações.

A respeito de como as crianças veem a cidade, sobre a importância da escola na formação de uma educação crítica na vida desses seres, há tarefas mais “simples” e que estão mais presentes no dia-a-dia de professores e professoras de escola públicas municipais e estaduais. Há vários trabalhos e discussões nesse sentido, como é o caso do livro *Como as crianças vêem a cidade*, de Arno Vogel, que “procurou fazer algumas crianças refletirem sobre a cidade a partir do que vêem e fazem no cotidiado” e, a partir da análise de cartas escritas por crianças de uma escola do Rio de Janeiro, contextualizou e sistematiza a produção da casa, escola, bairro e cidade, com suas complexidades, contradições e ações dos sujeitos (Vogel, 1995).

É neste sentido, de contribuir com trabalhos que reafirmem as crianças enquanto sujeitos ativos de suas histórias, bem como reforcem a importância do tripé acadêmico que reúne ensino, pesquisa e extensão, que um projeto de extensão foi realizado na Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, com o título “A escola, o bairro e a cidade: produção de cartas e imagens pelos estudantes da escola”<sup>43</sup>:

Consiste em um conjunto de atividades que promovam a integração entre o Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e uma escola de

---

<sup>42</sup> A reforma do Ensino Médio já vem sendo discutida e elaborada, pelo menos, desde 2013, ainda no governo da Presidenta Dilma. O projeto de lei é de autoria, inclusive, do então deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Contudo, sofreu várias modificações até o projeto ser aprovado (2017) e implementado (2018).

<sup>43</sup> Projeto de extensão “A escola, o bairro e a cidade: produção de cartas e imagens pelos estudantes da escola”, coordenado pelas Professoras Marta Emisia Jacinto Barbosa e Regina Ilka Vieira Vasconcelos do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e desenvolvido na Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, no bairro Residencial Pequis, em Uberlândia-MG, durante os meses de março e abril de 2024. O projeto conta com a participação da Professora Letícia Siabra da Silva, professora de História na escola, estudantes de 6º ano e 8º ano do Ensino Fundamental e também minha participação como estudante do Curso de Graduação em História. Registro SIEX Nº 31517.

Educação Básica do Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino de Uberlândia, a Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes, situada no bairro Residencial Pequis. A partir do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, busca articulações entre escola, cidade e história com destaque para o processo de construção de memórias na relação com experiências que configuram múltiplos lugares sociais. Trata-se da produção de uma cartografia de circuitos sociais que tome a escola como ponto de referência para o reconhecimento da cidade, com a produção de registros em diferentes formatos, a partir de percursos e experiências de estudantes e moradores do bairro onde a escola está situada. Cumpre experimentar, por parte dos agentes envolvidos nessa atividade, a prática de construção de memórias em torno de história, cidade e escola. Em interação dialógica com a professora de História no Ensino Fundamental e estudantes da escola, este projeto pretende materializar um processo de “leitura” da escola e da cidade, envolvendo a compreensão crítica de lugares de produção da memória (Instituto..., 2024).

É, então, a partir da análise e da compreensão dessas cartas e desenhos, que se torna possível enxergar como o projeto de urbanização da cidade foi e é capaz de afetar a vida desses estudantes e moradores do bairro Residencial Pequis.

A atividade se desenvolveu a partir de três temáticas colocadas aos estudantes: 1) Eu e minha escola; 2) Eu, meu bairro e meus amigos; 3) Eu e minha cidade. Estudantes de turmas do 6º ano e do 8º ano discorreram acerca de suas visões e percepções desses dois ambientes que os cercam e, também, são construídos por eles: a escola e a cidade. O texto e conteúdo escolhido e escrito pelos estudantes foi de livre expressão, não sendo colocados impedimentos ou barreiras na realização da atividade, nem mesmo limite máximo de linhas a serem escritas, para que eles ficassem mais à vontade, inclusive, para fazer possíveis reclamações.

O critério de escolha das cartas que aqui serão analisadas e expostas foi apresentar cartas produzidas tanto por meninas quanto por meninos, além, de apresentar cartas de estudantes de ambas as séries (6º ano e 8º ano). No processo de análise, foi importante considerar um apontamento de Arno Vogel(1995), a fim de não cair em idealizações e projeções vazias de sentido:

Os alunos reproduzem os mesmos pontos de vista encontrados por toda parte. Para quem estiver procurando o não-convencional, a contribuição inovadora absoluta, não há muito a oferecer. O mito romântico da pureza não tocada pela civilização aplica-se tão mal a crianças como aos selvagens de verdade, muito distintos dos fantasiados por Rousseau (Vogel, 1995, p. 134).

Adiante, vemos a carta de Marcela<sup>44</sup>, em que ela diz “eu entrei na escola em 2021 quando eu cheguei na escola era tudo diferente não tinha quadra agora eles estão fazendo quadra salas. Obrigada.”

Seguindo uma narrativa um pouco próxima à carta de Marcela, Ricardo diz: “quero que a quadra fique pronta logo pra brincar na educação física e também do com saudade de brincar com você aí na rua porquê você não veio estudar aqui na escola comigo para nós brincar aqui”.

Dois pontos se destacam nessas duas cartas.

Primeiro: o olhar e a percepção de Marcela acerca do ambiente escolar e suas mudanças. Aqui, Marcela aponta a mudança a partir de ausências que ela percebeu na escola: a falta da quadra e um menor número de salas de aula.

É importante dizer que a escola foi inaugurada apenas em 2018, ou seja, um ano após a inauguração do bairro, e, além disso, é a única que oferece o Ensino Fundamental II, ou seja, do 6º ao 9º ano. Dessa forma, a alta demanda na procura por matrículas nessa etapa de ensino, somada à pouca oferta de vagas, faz com que as famílias tenham que recorrer a escolas localizadas em outros bairros, sejam eles próximos ou não, ocasionando em mais gastos, tempo e deslocamento que poderiam ser evitados caso o bairro tivesse infraestrutura adequada. Somente em 2024, seis anos após a inauguração da escola e sete após a inauguração do bairro, a prefeitura está realizando uma reforma de ampliação do espaço com um novo bloco que conterá mais quatro salas de aula, dois banheiros, novo refeitório e uma quadra poliesportiva coberta (Prefeitura..., 2024).

Seguindo, o segundo ponto a ser observado é a falta de uma quadra na escola. Na verdade, ao se deparar com a escola, é nítido que não falta apenas uma quadra, mas toda uma série de equipamentos e espaços importantes para as crianças, pois os poucos que existem, como mencionados no próprio PPP, são inadequados.

Ainda sobre a quadra, é um tanto quanto inconcebível pensar uma escola sem uma quadra. Além de sua importância e necessidade para as próprias aulas, como Educação Física, a quadra é um espaço que propicia o lazer, a dinâmica e a variedade de ambiente para as crianças; a quadra é o espaço onde se realizam comemorações e datas festivas, como festas juninas; apresentações culturais, teatrais e artísticas e, claro, sua principal finalidade: a prática de esportes.

---

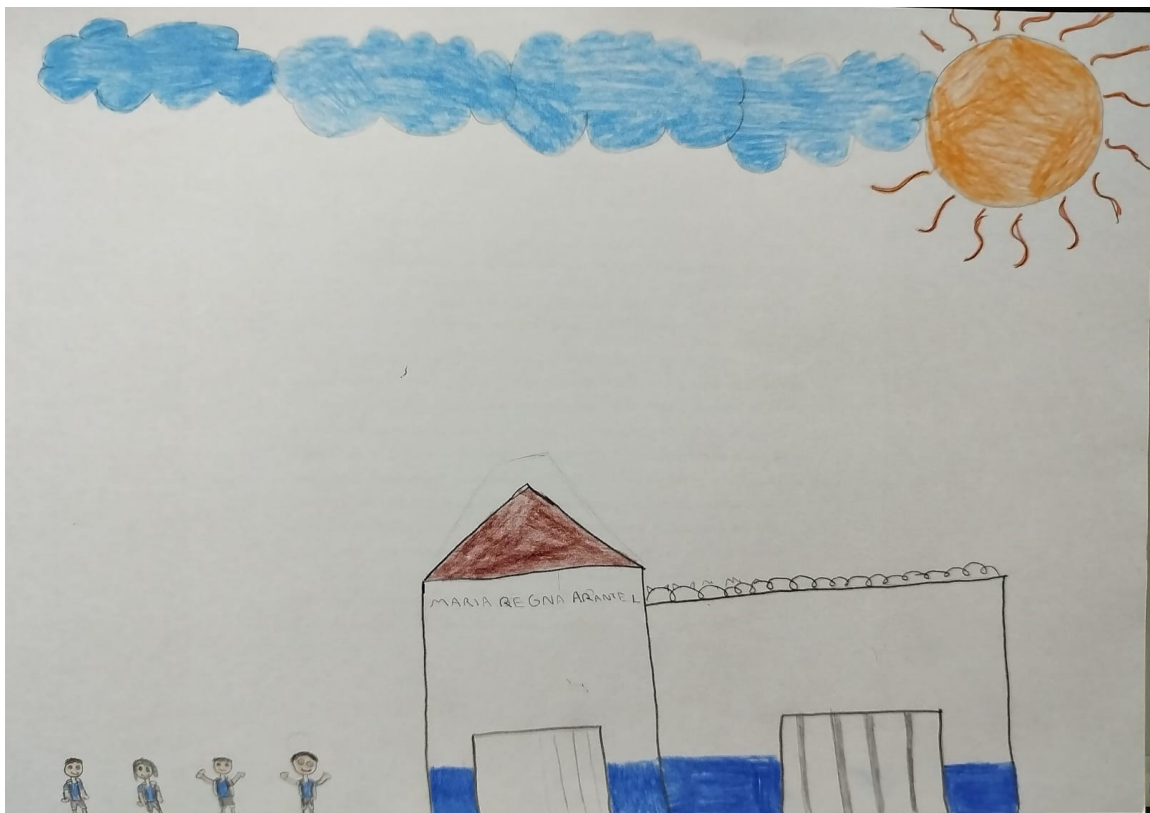
<sup>44</sup> Devido questões éticas e legais, por se tratar de crianças, todos os nomes utilizados aqui serão “fantasias”, ou seja, não correspondem ao nome verdadeiro dos e das estudantes.

Foi uma menção comum, em várias cartas, a falta que os estudantes sentem desse espaço na escola e as formas como eles a retratam a partir dos desenhos.

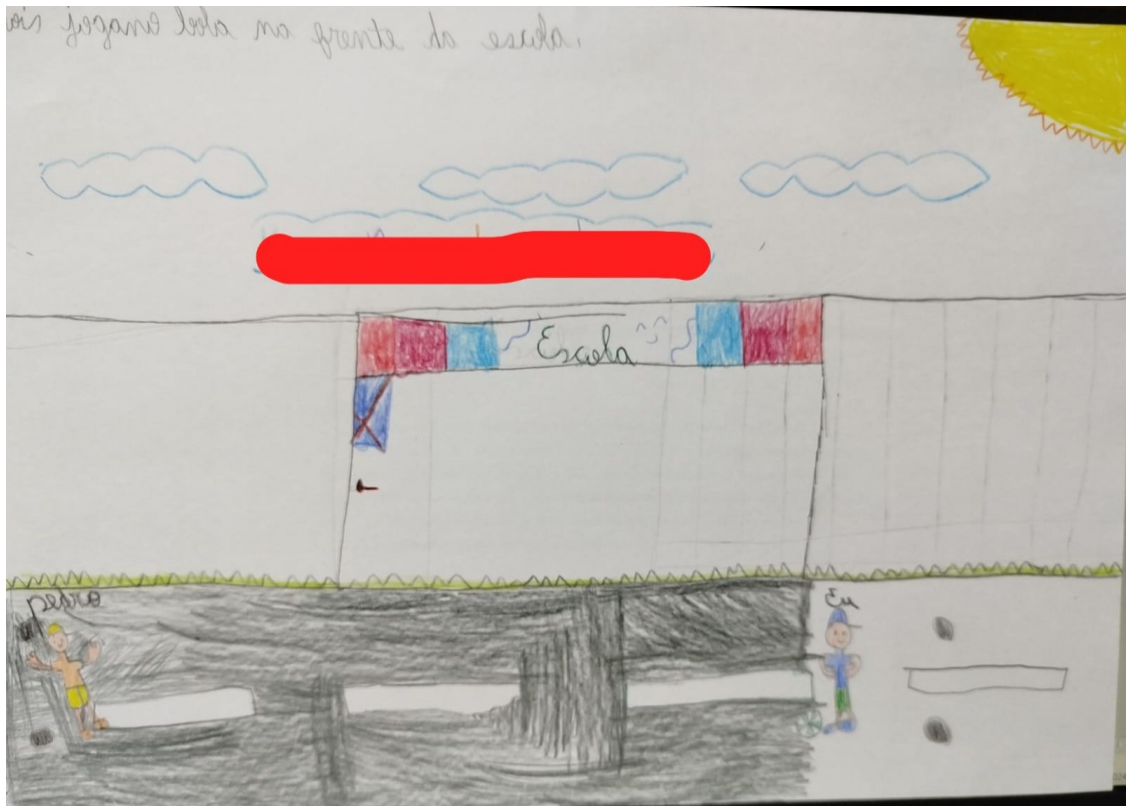
Alguns a representaram a partir de sua ausência, desenhando apenas um “quadrado marrom”: há uma área, um espaço vago, de terra, ao lado do estacionamento da escola, onde os alunos brincam. Outros retrataram a própria rua como espaço alternativo à quadra – provavelmente quando não estão na escola, visto que não podem sair das dependências da escola). E ainda outros que representaram sua imaginação a partir do que poderia ou pode vir a ser a quadra, desenhando uma quadra ou campo de futebol ao lado do estacionamento, mesmo a escola não possuindo quadra ou campo de futebol.

A seguir, as representações da escola, por Marcela, Ricardo e Bruno, respectivamente:

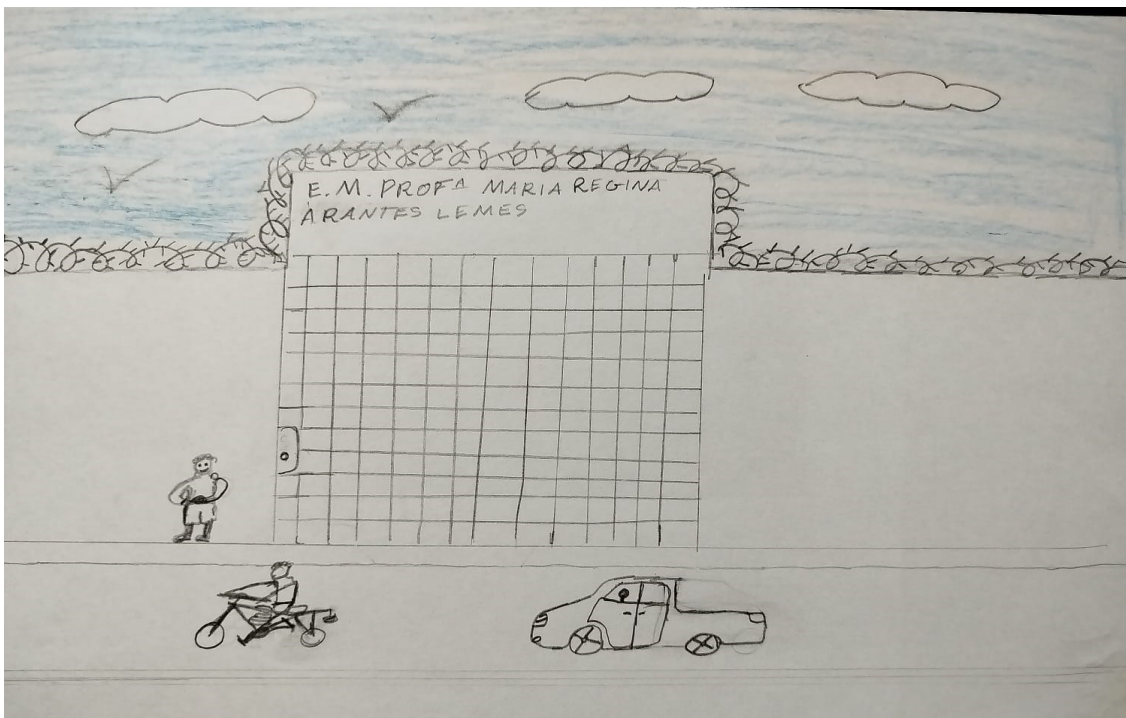
**Desenho 1** – A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Marcela.  
Uberlândia-MG, 2024.



**Desenho 2** – A escola, segundo Ricardo, Uberlândia-MG, 2024.  
(A tarja vermelha foi acrescentada para preservar o nome de estudantes).



**Desenho 3** – A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Bruno. Uberlândia-MG, 2024.



Ainda no aspecto estrutural da escola a partir das percepções de seus estudantes, Mônica diz:

Eu estudei do 1º ao 2º ano na Rosa Maria Melo era bom lá mas ao mesmo tempo chato. Eu fiquei os primeiros meses do 3º ano lá também e passei para Maria Regina Arantes Lemes e achei muito bom, mesmo que nos primeiros dias eu fiquei com medo mas, depois eu fui acostumando aqui e aqui eu te encontrei [...] eu também amo essa escola e acho bom ela estar evoluindo cada vez mais [...] todos esses anos agente se divertiu bastante e foi por causa da escola que eu te encontrei.

Mônica faz referência à sua melhor amiga, que conheceu na Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes. Devido ser a única escola a ofertar o Ensino Fundamental II no bairro Residencial Pequis, é muito comum ler cartas de estudantes que vieram de outras escolas, alguns relatando sentir falta de amigos e amigas que acabaram tendo que ir para outras escolas e, assim, se distanciando. Não parece ser o caso de Mônica, que se mudou ainda no 3º ano. Para ela, a mudança fez bem.

Note que a escola acaba tendo e ganhando sentidos e significados diversos, tal qual nossa casa, nosso bairro e nossa cidade. Aqui, Mônica atribui um sentido positivo à escola graças a melhor amiga que conheceu lá. A escola, enquanto ambiente transformador e transformável, se faz assim devido à gama de interrelações que proporciona, sendo a amizade uma das mais marcantes e significativas para as crianças. Afinal, quem nunca quis ir à escola, pelo menos um dia na vida, para encontrar com seus amigos?

A resposta pode até ser positiva para alguns, mas, enquanto ambiente social político, complexo e contraditório, a escola pode proporcionar, também, o oposto, ou, por outra perspectiva, há pessoas (crianças) que não encontram ou fazem amizades nesse meio, sendo, também, excluídas, em maior ou menor grau. É o caso de Fernanda.

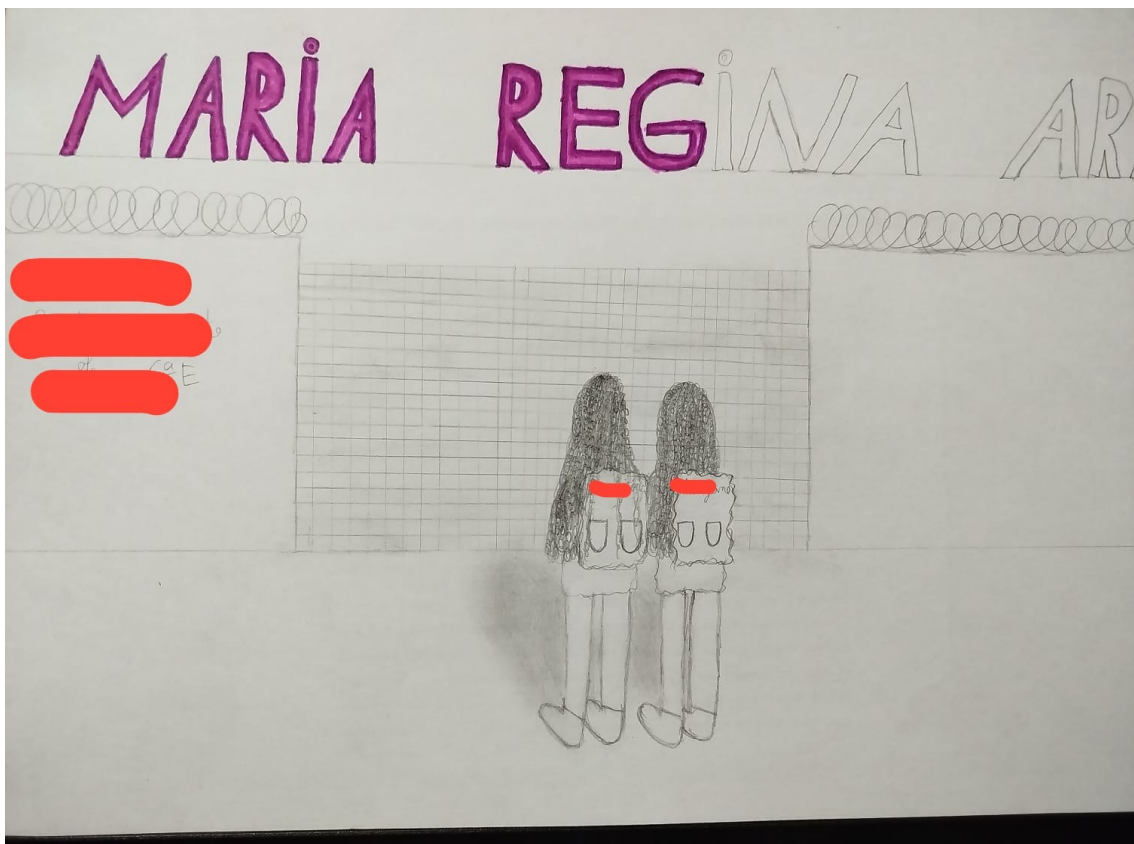
Em sua carta e desenho, Fernanda expõe a solidão, o tédio e a rotina cansativa a qual está submetida: “hoje meu dia na escola foi o mesmo de sempre... eu cheguei na escola e esperei o professor chegar na sala de aula e hoje eu fiquei com dor de cabeça como sempre”. Além disso, ela relata a falta de amigos e sua aflição. E, ao tentar normatizar e dizer que já se acostumou com tudo, ela deseja que tudo isso tivesse um breve fim: “bom... no recreio eu fico só. mais eu fico no meu canto... apenas esperando tudo acabar rápido. bom eu já me acostumei com minha rotina escolar. Eu espero que isso só acabe rápido”.

Esse relato, além de ser triste e levantar alerta para a necessidade de cuidado que se deve ter com as crianças, expõe outro fator de grande importância e carência nas escolas públicas: a saúde mental dos e das estudantes. Uma escola que levou seis anos para ter sua primeira quadra construída e a ampliação de suas salas de aula levará quanto tempo para contratar psicólogos(as) e psicoterapeutas para atender as crianças? É válido reforçar que o que estamos falando aqui não se trata nem das crianças com transtornos neurológicos (embora essa também seja uma questão importante e que já carece de Profissionais de Apoio Infantil nas escolas municipais), mas, sim, do fato de crianças, tendo transtornos neurológicos ou não, necessitarem de apoio e acompanhamento psicológico profissional nas escolas.

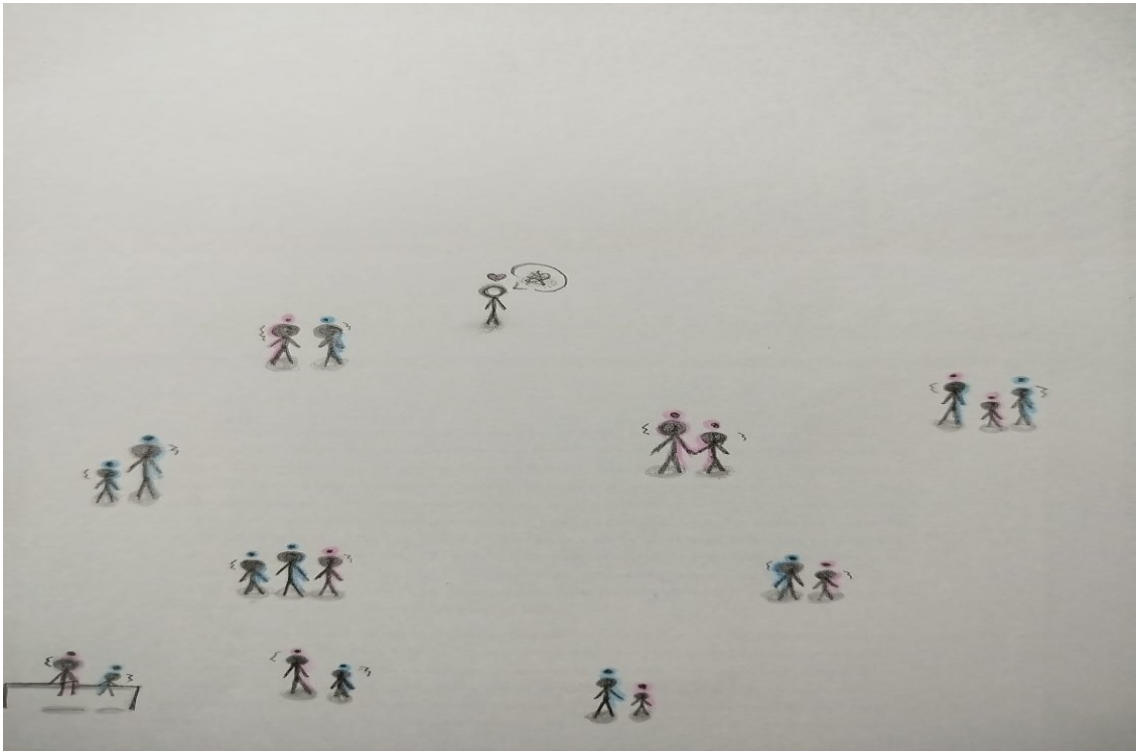
A seguir, estão os desenhos de Mônica e de Fernanda:

**Desenho 4** – A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Mônica.  
Uberlândia-MG, 2024.

(A tarja vermelha foi acrescentada para preservar o nome de estudantes).



**Desenho 5** – A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Fernanda. Uberlândia-MG, 2024.



Outro ponto de grande relevância está presente em quatro das cinco representações já expostas: é como as crianças veem a escola a partir de sua arquitetura. Embora ninguém tenha expressado em palavras e pelas cartas, todos seguiram um certo padrão arquitetônico em seus desenhos, que apresentam muitas semelhanças com a edificação de um presídio: muros altos, grades e concertinas (arames).

Rosana, todavia, acabou fazendo um pouco diferente de seus amigos e suas amigas. Em sua carta, ela diz:

Querida mãe a minha escola eu não gosto muito dela eu acho que deveriam melhorar a comida e dar mais tempo de recreio e também deveriam pintar ela pois parece que e uma prisão porentro e por fora e eles poderiam pelo menos poderiam arrumar as portas mai meus “amigos ateque são aceitaves” e ter um ar condicionado em todas as salas.

E Rosana representa a “escola” da seguinte forma:



**Desenho 6** – A Escola Professora Maria Regina Arantes Lemes, segundo Rosana. Uberlândia-MG, 2024.

(A tarja vermelha foi acrescentada para preservar o nome de estudantes).



Note que, ao descrever a escola pela carta, Rosana traz a referência com a qual sua escola parece, não apenas por fora, mas, segundo ela, por dentro também: uma prisão. Sua inquietação e sua insatisfação são apresentadas junto da possível solução: pintar a escola, por fora e por dentro. A forma com que a estudante faz essa colocação remete a uma obrigação a ser feita (por quem?), assim como é retratada como um dos motivos pelos quais ela não gosta da escola.

A partir dos apontamentos de Rosana, percebe-se que, para ela, são vários os fatores que fazem uma escola ser boa, seja tendo uma boa estrutura e equipamentos (pintura nova; ar condicionado nas salas; novas portas) quanto à qualidade de seus serviços (melhorar a comida) e a mudança de suas regras, a fim de que atendam necessidades dos estudantes (aumentar tempo de recreio). Sendo assim, uma boa escola só é boa quando atende as necessidades e expectativas daqueles que a compõem, tal qual um bairro e uma cidade. Nesse caso, os estudantes.

Já no desenho, é interessante ver que Rosana não buscou representar a escola, por algum motivo, mas, também por algum motivo, ela representou tudo aquilo que não gostava na escola a partir da criatividade e ressignificação dados ao lugar: uma sorveteria. A correlacionarmos com a carta escrita, é possível perceber: a comida que deve ser melhorada; as cores que fazem a escola ser remetida a uma prisão ganharam vida e contorno com o amarelo, o azul e o vermelho da sorveteria; assim como o verde da grama e das árvores (que a escola não possui, de fato) ao lado da sorveteria. A escola, lugar que Rosana diz à mãe não gostar muito, acabou se transformando, talvez, em um lugar em que a garota prefira: uma sorveteria. As cores, características e arquitetura hostil de presídio ganharam outro sentido pela estudante a partir de suas inquietações e seus desejos transpostos na ponta do lápis de cor.

Ampliando a perspectiva e o ambiente, foram produzidas cartas de conteúdos diversos a respeito do bairro, com uma riqueza de histórias, pessoas, anseios, novidades, frustrações. Muitas crianças ressaltaram o quanto tem sido uma boa experiência morar no Pequis, sobretudo quando eles próprios fazem comparações com outros bairros onde moraram anteriormente, alavancando suas características, pontos positivos e negativos.

Aldair conta sua experiência da seguinte forma:

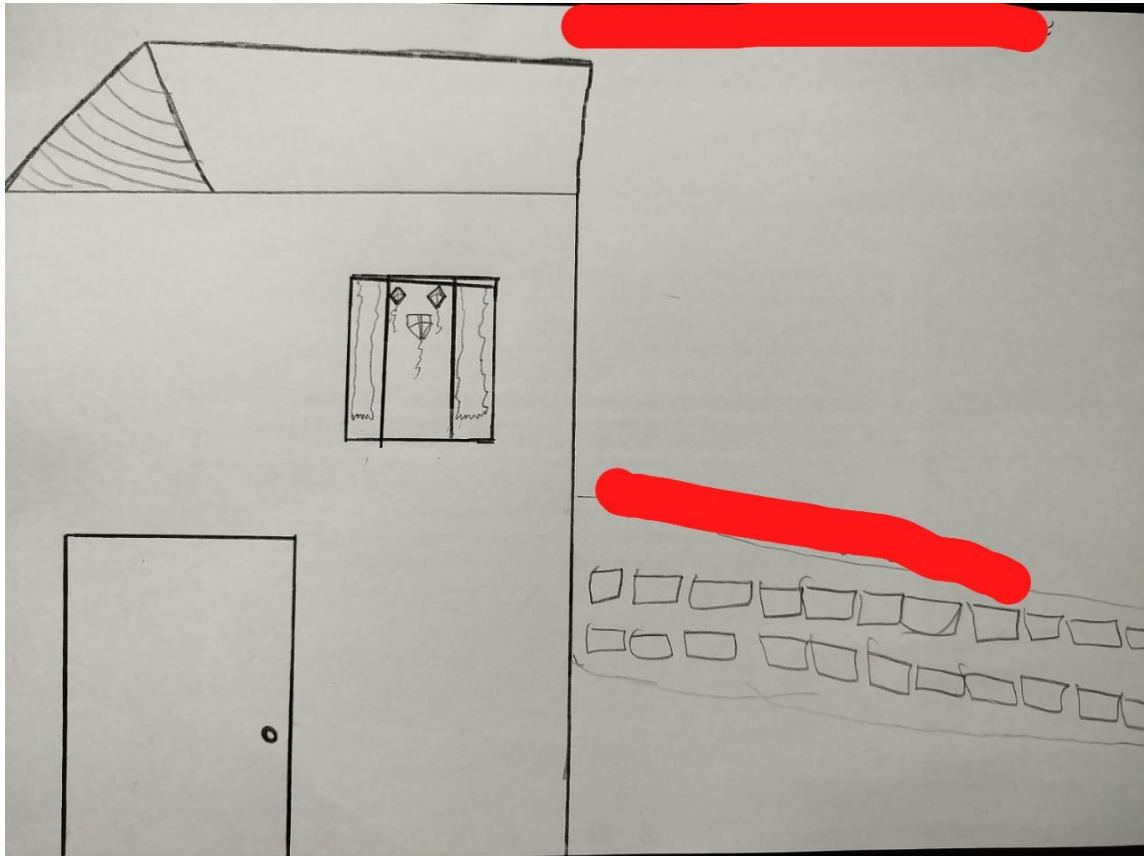
eu morava em um bairro chamado patrimônio ele era muito parado não tinha muitas crianças, depois eu me mudei para um bairro chamado martins, lá tinha muitas pessoas para brincar e meus primos moravam lá também em frente a minha casa era muito bom eu ia na casa deles e as vezes eles na minha casa, lá no martins eu morei 6 anos, depois eu mudei para o pequis onde eu moro agora aqui no bairro é muito bom aqui eu tenho vários amigos que eu considero até irmãos nois tira juntos emprestamos roupas um pro outro eu moro no pequis tem 7 anos eu amo esse bairro aqui eu conheci amigos que eu considero irmãos não é de sangue mais são meus irmãos.

Tal qual a escola, o bairro acaba sendo medido e qualificado, também, a partir das relações interpessoais que ele pode ou não oferecer. Note que Aldair não tem muito que dizer do bairro Patrimônio, a não ser o fato de ser muito parado e sem muitas crianças, ao passo que para o bairro Martins e, mais ainda, para o Pequis, ele transmite todo seu afeto e apreço, ressaltando o tempo em que brincava com seus primos no Martins e fez seus “irmãos” no Pequis.

O parâmetro de “bom” ou “ruim”, nesse caso, não foi atribuído aos lugares e espaços que esse território oferece ou deixa de oferecer, mas sim às pessoas que proporcionam a Aldair a possibilidade de viver experiências e criar memórias. A representação que ele traz de seu bairro, através do desenho, é um tanto quanto inquietante também. Ele coloca, em

primeiro plano, sua casa vista pelo lado de fora, mas, ao mesmo tempo, coloca a vista de uma de suas janelas também para fora, com o que parece serem pipas ao fundo. A partir dessa representação, o que ele demonstrou de mais importante e relevante são sua moradia e lazer.

**Desenho 7** – O bairro, segundo Aldair. Uberlândia, M- 2024.  
(A tarja vermelha foi acrescentada para preservar o nome de estudantes).



Gabryella e Diovana, assim como vimos em algumas cartas e desenhos sobre a escola, se remetem à qualidade do bairro a partir de ausências ou excessos de coisas ruins. Direta e objetiva, Diovana diz: “meu bairro é muito ruim é chato não tem nada de bom tudo estragado só tem mato e bicho. Povo fofoqueiro e velho”.

Além de não gostar de seus vizinhos, que parecem tomar conta não apenas de suas próprias vidas, dado o avanço da idade, Diovana aponta que seu bairro não tem nada e, embora a estudante não tenha mencionado o que ela queria que o bairro tivesse, a partir de suas vontades e necessidades ou por comparação com outros bairros, ela possibilita que se identifique pontos de carência do bairro, espaços e equipamentos públicos que proporcionem a seus moradores algo para além do habitar, da moradia. Sem praças, parques, teatro, biblioteca, poliesportivos ou algo assim, o que resta às crianças, muitas vezes, são os espaços

da própria escola, que dispõem de espaços de lazer, leitura, esporte, etc. ou, também, o deslocamento até outros bairros e regiões que possuem e oferecem tais modalidades, sejam elas públicas ou privadas.

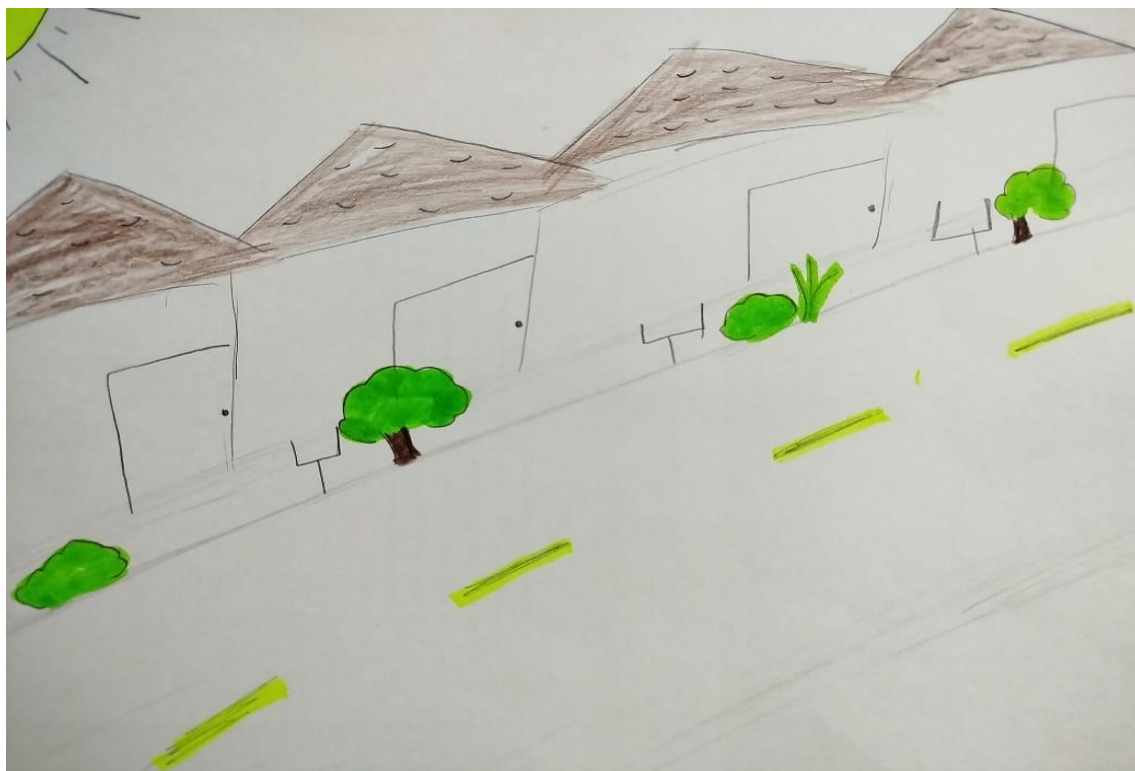
Já Gabryella traz outras questões, também inquietantes, a serem analisadas, a começar pelo destinatário da carta:

Querido prefeito, meu bairro, ele é até bom mas precisa de algumas coisas, tipo uma praça descente pois as praças daqui não tem um brinquedo é cheia de mato, mas tem coisas boas também tipo as lojas de roupas, as papelarias, as pizzarias é os mercado. Eu gosto de ficar na rua brincando com os meus amigos.

Até então, nenhum outro estudante havia endereço suas inquietações a alguém, muito menos a alguém que tenha o dever de atendê-las, como o prefeito. Estabelecer e atribuir suas inquietações ao prefeito evidencia que a consciência da criança e suas experiências urbanas (de escola, bairro e cidade) estão totalmente interligadas e, mais do que isso, podem e devem ser estimuladas crítica e reflexivamente, a fim de fazê-la compreender que a realidade em que vive é de tal forma devido a interesses e decisões políticas tomadas, quer ela goste, que lhes favoreçam ou não. E que suas inquietações, caso não sejam direcionadas e transformadas coletivamente em ações, em nada mudarão em seu entorno e realidade.

Outro ponto interessante são os lugares que Gabryella classifica como “bons”. Ao passo que aquilo que ela reivindica – melhores condições do espaço público e de lazer, a praça – seja responsabilidade e dever direto do Estado, o que ela coloca enquanto ponto positivo de seu bairro são estabelecimentos comerciais. Embora se deva considerar que crianças adoram ir a lojas de roupa, papelarias e pizzarias, estes ambientes acabam fazendo com que moradores de bairros periféricos e pobres fiquem reféns do setor privado, visto que o espaço público não é uma alternativa, já que sequer existe. Uma das grandes provas disso é o grande número de jovens e adolescentes periféricos que, aos fins de semana, recorrem aos shoppings enquanto espaço e possibilidade de lazer, todavia de forma limitada e limitante, visto que, para se ter lazer ali, é necessário pagar. Soma-se a isso o grande preconceito da classe média em relação a esse público frequentar esses espaços, expulsando-o e criminalizando-o. Nesse sentido, o Estado, tanto em sua presença, quanto em sua ausência, é responsável na segregação das camadas mais pobres.

**Desenho 8** – O bairro, segundo Diovana. Uberlândia-MG, 2024.



**Desenho 9** – O bairro, segundo Gabryella. Uberlândia-MG, 2024.



**Desenho 10** – O bairro, segundo Silvana. Uberlândia-MG, 2024.



Na grande maioria dos desenhos, percebe-se que a representação do bairro se dá, quase que exclusivamente, a partir de casas e comércios, não possuindo referência de outros espaços que sejam públicos, a não ser a rua. Afinal, fica difícil tomar por referência algo que, para alguns, não existe<sup>45</sup>. O que significa crescer, enquanto criança, em um ambiente assim, onde a única diversidade existente é a dos moradores que compõem o bairro, sem lugares para lazer, prática esportiva e cultura? Cabe, então, à escola, suprir todas essas demandas e necessidades? Ainda que coubesse, essas não seriam capazes devido à falta de estrutura.

---

<sup>45</sup> Tendo como referência os estudantes mais novos que, devido à idade, acabam tendo sua liberdade de circulação pela cidade um pouco mais restrita ou limitada, por dependerem de seus responsáveis, muitas das vezes, para irem a outros bairros e outras regiões da cidade.

## Considerações Finais

Trabalhar com uma pesquisa que possui fontes diversas é uma tarefa complexa. Analisar planos e projetos enquanto ferramentas legais e, sobretudo, enquanto experiência humana de transformação e conservação social é um caminho tortuoso e de grandes nuanes para nós, historiadores e historiadoras. Isso acontece, também, devido aos múltiplos temas diversificados de pessoas, lugares, funções, acontecimentos e exercícios de poder que a cidade oferece ao historiador e ao tempo, sendo ela, como diz Raquel Rolnik, registro de sua própria história.

A pesquisa, como dito anteriormente, não buscou trazer uma sistematização da história das cidades ao longo do tempo, mas, sim, dentre outras coisas, entender como, se e onde a cidade de Uberlândia adentra essa sistematização e historicização das cidades contemporâneas, bem como na maneira que os – diversos – sujeitos que a compoem atuam nesse processo. Para tal, houve a necessidade de me debruçar sobre fontes variadas, como planos diretores, projeto político pedagógico, imprensa, entrevistas, cartas e representações em desenhos, partindo do entendimento de que a luta de classes não acontece apenas nas práticas e atitudes, mas, também, em silêncios, inércias e na memorização.

Assim, analisando leis e artigos que norteiam, apontam direções e definem (ou não) ações de planejamento urbano, foi possível notar que, mais do que está no papel, vale o que, de fato, sai e se materializa dele. A intencionalidade não reduz o déficit habitacional, coloca comida à mesa, melhora a qualidade da mobilidade urbana, constrói escolas públicas de qualidade, casas populares dignas ou valoriza os professores; todavia, sem ela – intencionalidade – também não há mudança no *status quo*. Enquanto a participação popular se mantiver tímida frente às tomadas de decisões acerca do modelo de cidade que se constrói, continuaremos a ter periferizações dos pobres, escolas que se parecem com presídios, professores e professoras desvalorizados e crianças sem o direito à cidade.

Além disso, soma-se o fato de a Prefeitura de Uberlândia possuir um histórico nada modesto de gestões conservadoras e elitistas e que, quando teve sua primeira experiência em um governo mais progressista e à esquerda, este foi impedido de criar um planejamento urbano pelo povo e para o povo, em várias instâncias, devido às articulações e os poderes do meio

institucional e agrário-empresarial da cidade. O que evidencia que a disputa política não se baseia ou resume em questões individualistas ou por mera vontade, mas, sim, a partir da correlação de forças entre os grupos que a disputam. E, em Uberlândia, o setor agro-empresarial e imobiliário tem conseguido, muito bem, manter suas articulações, influências e poderes, a partir do planejamento urbano.

Ao mesmo tempo em que sujeitos têm seu direito à cidade negado, tanto em sua construção e planejamento quanto em seu usufruto, formas de luta e resistência são constituídas nas periferias do meio urbano, através de diversas experiências, seja por associações de moradores, em movimentos sociais, de forma independente ou no meio escolar.

Dentre tantas formas, possibilidades e experiências, escolhi o ambiente escolar para reafirmar sua importância e potencialidade de transformação dos e das estudantes, assim como seu meio, a partir de um conhecimento que os enxergue e reconheça enquanto sujeitos ativos de suas próprias histórias. Além de trazer a discussão de como a área da educação pública é, sistematicamente, precarizada e vendida, não por ser ou parecer insignificante, mas, justamente pelo contrário, como citado acima. Precarizar as escolas públicas a partir, também, da terceirização, é dar, ou manter, aos agentes hegemônicos o poder e a tutela de ensinar e formar, ou melhor, reproduzir, mão de obra para a conservação e manutenção do capitalismo, acabando com a formação crítica, reflexiva e plural de sujeitos e sociedades.

Consultar e compreender, enquanto historiador, esses pontos sensíveis de desigualdade social, espacial e educacional na cidade é uma das formas que busquei para pensar e explicar a história de Uberlândia. Uma história real, diferente da que é contada nas televisões, jornais e propagandas da prefeitura. Uma história de sujeitos reais que vivem relações de dominação e subordinação em todas suas relações sociais e que, ao mesmo tempo, escancaram as várias formas de resistência e luta. Mais do que apontar dados e soluções, essa pesquisa teve como fio condutor a experiência humana no planejamento urbano de Uberlândia, colocando-os enquanto sujeitos que, a partir das relações sociais determinadas, mostram e vivem suas complexidades, contradições, necessidades, interesses e antagonismos.



## Fontes

### Artigos e notícias veiculados na imprensa e em sites

ALEIXO, Caroline. Escolas do Pequis e Monte Hebron em Uberlândia começam a funcionar em 2018. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/escolas-do-pequis-e-monte-hebron-em-uberlandia-comecam-a-funcionar-em-2018.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2019.

ALEIXO, Caroline. Escolas dos bairros Pequis e Monte Hebron serão terceirizadas em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 11 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/escolas-dos-bairros-pequis-e-monte-hebron-serao-terceirizadas-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2019.

ALEIXO, Caroline. Criação da estrutura administrativa de novas escolas municipais é aprovada em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/criacao-da-estrutura-administrativa-de-novas-escolas-municipais-e-aprovada-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2019.

BALANÇO sobre a primeira semana de volta às aulas na rede municipal de ensino. **Uberlândia**, Prefeitura Municipal. Notícias. Uberlândia, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2021/06/21/prefeitura-apresenta-balanco-sobre-a-primeira-semana-de-volta-as-atividades-presenciais-na-rede-municipal-de-ensino/>. Acesso em: 9 out. 2023.

BARRADAS, Igor. Bolsonaro corta 98% do orçamento para programas de moradia. **A Verdade**, São Paulo, 15 set. 2022. Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/09/bolsonaro-corta-98-do-orcamento-para-programas-de-moradia/>

BORBA, Débora. Em Uberlândia (MG), professores denunciam contaminação de covid-19 em escolas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://brasildefatorj.com.br/2021/07/28/em-uberlandia-mg-professores-denunciam-contaminacao-de-covid-19-em-escolas>. Acesso em: 9 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. Brasília, [s/d/]. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

CÂMARA de vereadores faz análise de projeto do Plano Diretor de Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 7 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/11/camara-de-veredores-faz-analise-de-projeto-do-plano-diretor-de-uberlandia.html>

DOIS anos após conclusão de obra, prefeitura de Uberlândia inaugura unidade de saúde do bairro Pequis. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/03/29/dois-anos-apos-conclusao-de>

obra-prefeitura-de-uberlandia-inaugura-unidade-de-saude-do-bairro-pequis.ghtml. Acesso em: 10 out. 2019.

EM MINAS, prefeitura de Uberlândia terceiriza escolas municipais. **Associação dos professores da UFRP**, Curitiba, p. 1, 19 fev. 2018. Disponível em: <https://apufpr.org.br/em-minas-prefeitura-de-uberlandia-terceiriza-escolas-municipais/>. Acesso em: 27 set. 2023 <https://apufpr.org.br/em-minas-prefeitura-de-uberlandia-terceiriza-escolas-municipais/>

#EMDEFESADAVIDA: Sind-UTE/MG delibera pela realização de Greve Sanitária por tempo indeterminado, a partir do dia 2 de agosto, onde houver convocação presencial. **Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE)**, Belo Horizonte, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://sindutemg.org.br/noticias/emdefesadavida-sind-ute-mg-delibera-pela-realizacao-de-greve-sanitaria-por-tempo-indeterminado-a-partir-do-dia-2-de-agosto-onde-houver-convocacao-presencial/>

LEMOS, Vinicius. Educação vai terceirizar escolas do Pequis e do Hebron. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 11 jan. 2018. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/15146/educacao-vai-terceirizar-escolas-do-pequis-e-hebron>

MARTINS, Igor. Servidores e escolas municipais anunciam paralisação das escolas em Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/27759/servidores-e-escolas-municipais-anunciam-paralisacao-de-atividades-em-uberlandia#:~:text=A%20categoria%2C%20conforme%20noticiou%20o,suspens%C3%A3o%20da%20retomada%20nas%20escolas.>

MERLIN, Bruna. Pais e profissionais da educação fazem carreata contra retorno das aulas presenciais. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/27680/pais-e-profissionais-da-educacao-fazem-carreata-contra-retorno-das-aulas-presenciais>

NATÁLIO, Fernando. Prefeitura confirma retorno de aulas municipais e particulares para 8 de fevereiro. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/27653/prefeitura-confirma-retorno-de-aulas-municipais-e-particulares-para-8-de-fevereiro>. Notícia do jornal *Diário de Uberlândia* a respeito do retorno às aulas na cidade. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/27653/prefeitura-confirma-retorno-de-aulas-municipais-e-particulares-para-8-de-fevereiro>.

OSCs, OSCIP e OS: o que são e como se diferenciam? **Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social**, São Paulo, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www.idis.org.br/oscs-oscip-e-os-o-que-sao-e-como-se-diferenciam/>

PREFEITURA cria projeto para ampliação da área urbana de Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 22 maio 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/05/prefeitura-cria-projeto-para-ampliacao-da-area-urbana-de-uberlandia.html>

PREFEITURA de Uberlândia inaugura dois novos equipamentos sociais no Bairro Pequis. **G1 Triângulo**, Uberlândia, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo->

mineiro/noticia/2019/02/22/prefeitura-de-uberlandia-inaugura-dois-novos-equipamentos-sociais-no-bairro-pequis.ghml

PREFEITURA lança programa “Escola em Casa” para apoiar estudantes. **Notícias**. Prefeitura Municipal. Uberlândia, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/04/06/prefeitura-lanca-programa-escola-em-casa-para-apoiar-estudantes/>

PREFEITURA viabiliza obra de reforma e ampliação de Emef do bairro Pequis. **Notícias**. Prefeitura Municipal. Uberlândia, 4 jan. 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2024/01/04/prefeitura-viabiliza-obra-de-reforma-e-ampliacao-de-emef-do-bairro-pequis/>

SECRETARIA de Educação define volta às aulas presenciais em Uberlândia para a próxima segunda (14). **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/28612/secretaria-de-educacao-define-volta-as-aulas-presenciais-em-uberlandia-para-a-proxima-segunda-14>

TORRES, Wallace. Novo Plano Diretor é reprovado. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 19 out. 2018. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/18518/novo-plano-diretor-e-reprovado>

TORRES, Wallace. Prefeitura irá ampliar área isenta de IPTU progressivo. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 22 out. 2017. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/13941/prefeitura-ira-ampliar-area-isenta-de-iptu-progressivo>

UNIFICAR a luta pela revogação do Novo Ensino Médio e da BNCC, valorização salarial e mais verbas para a educação. **Combate Socialista**, Rio de Janeiro, n. 164, p. 1-12, 20 mar. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/55349/Downloads/164.pdf> . Acesso em: 3 out. 2023.

QUEM SOMOS. **Inteligen**. [s.l.], 2024. Disponível em: <https://inteligen.com.br/institucional/quem-somos>.

ZAVITOSKI, Fábio Dias Queiroz (Fabão). **Apuramos nesta sexta-feira (10) uma denúncia recebida pelo vereador Murilo Ferreira referente ao Centro Educacional Margareth Guitarrara...** *Facebook*, 10 jun. 2022. Disponível em: [https://www.facebook.com/Fabaovereador/videos/apuramos-nesta-sexta-feira-10-uma-den%C3%BAncia-recebida-pelo-vereador-murilo-ferreir/379269190934609/?locale=ms\\_MY](https://www.facebook.com/Fabaovereador/videos/apuramos-nesta-sexta-feira-10-uma-den%C3%BAncia-recebida-pelo-vereador-murilo-ferreir/379269190934609/?locale=ms_MY)

## Entrevistas

Entrevistada: Letícia Siabra da Silva. Entrevistador: Marcos Paulo Bruno Ribeiro. Minas Gerais: Uberlândia, 2023.

Entrevistado: Fabio Dias Queiroz Zavitoski (Fabão). Entrevistador: Marcos Paulo Bruno Ribeiro. Minas Gerais: Uberlândia, 2024.

## Fotografias

FERREIRA, Nathalia Santos; MENDES, João Victor Francisco Pereira. Registro da aula de campo “Trajetos e espaços urbanos na cidade de Uberlândia: identificação, compreensão e problematização: sujeitos, espaços, experiência, história e memória”, desenvolvida pelas disciplinas *História Regional e Local: Metodologia e Ensino e Projeto Integrado de Práticas Educativas II*, dos Cursos de Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, no dia 28 de outubro de 2017, pelas Professoras Marta Emisia Jacinto Barbosa e Regina Ilka Vieira Vasconcelos, e que contou a participação de dois professores do Instituto de Geografia da UFU, Professor Sergio Luiz Miranda e Professora Gláucia Carvalho Gomes. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 28 out. 2017.

RIBEIRO, Marcos Paulo Bruno. Registro da aula de campo “Trajetos e espaços urbanos na cidade de Uberlândia: identificação, compreensão e problematização: sujeitos, espaços, experiência, história e memória”, desenvolvida pelas disciplinas *História Regional e Local: Metodologia e Ensino e Projeto Integrado de Práticas Educativas II*, dos Cursos de Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, no dia 28 de outubro de 2017, pelas Professoras Marta Emisia Jacinto Barbosa e Regina Ilka Vieira Vasconcelos, e que contou a participação de dois professores do Instituto de Geografia da UFU, Professor Sergio Luiz Miranda e Professora Gláucia Carvalho Gomes. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 28 out. 2017.

RIBEIRO, Marcos Paulo Bruno. Registro de visita a bairro Residencial Pequis durante pesquisa de campo. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2023.

## Leis, documentos oficiais

BRASIL. **Presidência da República. Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, 19 de dezembro de 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16766.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASIL. **Presidência da República. Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, **23 de março de 1999.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19790.htm#:~:text=LEI%20No%209.790%2C%20DE%2023%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20de,Parceria%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm#:~:text=LEI%20No%209.790%2C%20DE%2023%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20de,Parceria%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs).

BRASIL. **Presidência da República. Lei N° 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 10 de julho de 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)

BRASIL. Lei N° 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm). Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Centro de Referência de Assistência Social** (2019). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras> . Acesso em: 23 dez. 2019.

BRASIL. **Programa “Minha Casa, Minha Vida”.** Disponível em: Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. (2017 a). Lei n° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União,** Poder Executivo, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. (2017 b). **Presidência da República. Lei N° 13.429, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei N° -6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, **31 de março de 2017**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm)

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia-MG.** Uberlândia, 5 de junho de 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar N° 78,** de 27 de abril de 1994. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Uberlândia. Uberlândia, 27 de abril de 1994. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/1994/7/78/lei-complementar-n-78-1994-dispoe-sobre-o-plano-diretor-do-municipio-de-uberlandia>

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar N° 432,** de 19 de Outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar n° 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências. Uberlândia, 19 de outubro de 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2006/44/432/lei-complementar-n-432-2006-aprova-o-plano-diretor-do-municipio-de-uberlandia-estabelece-os-principios-basicos-e-as-diretrizes-para-sua-implantacao-revoga-a-lei-complementar-n-078-de-27-de-abril-de-1994-e-da-outras-providencias>.

UBERLÂNDIA. Lei Nº 12.209, de 26 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação para decênio 2015-2025 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Uberlândia, 26 jun. 2015. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/plano-municipal-de-educacao/>

UBERLÂNDIA. Conselho Municipal do Plano Diretor. **Ata de Reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor**. Uberlândia, 29 ago. 2017.

UBERLÂNDIA. Conselho Municipal do Plano Diretor. **Ata de Reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor**. Uberlândia, 5 set. 2017.

UBERLÂNDIA. Conselho Municipal do Plano Diretor. **Ata de Reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor**. Uberlândia, 22 nov. 2017.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Projeto de Lei Complementar Nº 023/2017**. Dispõe sobre a revisão Plano Diretor do Município de Uberlândia, revoga a Lei Complementar nº 432, de 19 de outubro de 2006, e dá outras providências. Uberlândia, 1 dez. 2017. Disponível em: [http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/18270.pdf](http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/18270.pdf)

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento Urbano. **Plano Diretor**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/plano-diretor/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

## Projetos e planos

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA REGINA ARANTES LEMES. Projeto Político Pedagógico (2020/2024). Uberlândia, 2020.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Observatório do Plano Diretor de Uberlândia** (OPD UDI). Documento SIEX Nº 24502/2021. Registro SIEX Nº 24656/2021. Uberlândia: FAUeD/UFU, 2021. Disponível em: <http://www.ppgau.faued.ufu.br/acoes/impacto-na-sociedade/observatorio-do-plano-diretor-de-uberlandia>

INSTITUTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto A escola, o bairro e a cidade**: produção de cartas e imagens pelos estudantes da escola. Registro SIEX Nº 31517. Uberlândia: INHIS/UFU, 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Plano de Estudos Tutorados**. Ensino Fundamental. Anos Finais. 2021. Belo Horizonte, SSE-MG, 2021. Disponível em: [https://seliga.educacao.mg.gov.br/REANP-2021/ens-fund-anos-finais-2021\\_](https://seliga.educacao.mg.gov.br/REANP-2021/ens-fund-anos-finais-2021_)

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais – CEMEPE. Coordenação do Projeto Político-Pedagógico das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino. **Carta de princípios político-pedagógicos da rede pública municipal de ensino de Uberlândia**. Uberlândia: CEMEPE, 2003.

**Cartas e desenhos**

Cartas e desenhos produzidos por estudantes da Escola Municipal Professora Maria Regina Arantes Lemes. Uberlândia, 2024.

## Bibliografia

- ARANTES, Juliana Silva. **Análise do setor terciário em empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV):** um estudo de caso em loteamentos do bairro Shopping Park em Uberlândia-MG. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2018.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará:** imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. *In:* FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Org.). **Outras histórias:** memória e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- BONFIM, Laura Resende. **Centro Comunitário Residencial Pequis.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. *In:* OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade:** história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 16-35.
- CAMARA, L. B. A educação na Constituição Federal de 1988 como um direito social. **Direito em Debate**, Ijuí, v. 21/22, n. 40, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2013.40.27-45>. Acesso em: 24 out. 2020.
- CARVALHO. Carlos Henrique Ribeiro de. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil.** Texto para discussão. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 1-30. Disponível em: Acesso em: 4 abr. 2019.
- CHAUI, Marilena. **O ser humano é um ser social.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- CHAVES, Gabriel Augusto da Silva. **Segregação socioespacial e Programa Minha Casa, Minha Vida:** uma análise do Residencial Pequis em Uberlândia-MG. 2020 .Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. *In:* SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 25-34.
- COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 165-191, abr. 1997.



DAVIES, Nicholas. Plano Nacional de Educação: muito discurso, nenhum recurso. *Cadernos ANPAE*, São Bernardo do Campo, v. 1, n.1, p. 117-143, 2002.

DI MAURO, Claudio Antônio; GOMES, Gláucia Carvalho. Bases Legais e Institucionais de Planos Diretores Municipais: Exemplos no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n. 36, p. 47-62, 2017.

ELIAS, Maria Eliza Vieira. **Evolução do espaço escolar no Brasil**: referências ao planejamento urbano de Limeira-SP. 2006. Tese (Doutorado em área de Concentração em Organização do Espaço) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades (1845). *In*: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. *In*: FENELON, Déa Ribeiro. **Cidades**. São Paulo: PUC-SP; Olho d'Água, 1999. p. 5-13.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HARVEY, David. O direito à cidade. *In*: HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade e à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 27-66.

HARVEY, David. Os espaços de utopia. *In*: HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 181-238.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público**: OSCIPs. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, jun. 2003. Disponível em:  
[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre\\_escola/banco\\_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro\\_setor.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro_setor.pdf)

LIMA, Mayumi Souza Lima. **A cidade e a criança**. São Paulo: Livraria Nobel, 1989.

LÓPEZ, Nestor. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (Orgs.). **A Cidade contra a escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*. ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 121-188.

MARICATO, Ermínia. Em Uberlândia, o Estatuto da Cidade é letra morta. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, dez. 2017. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/04/artigo-or-em-uberlandia-mg-o-estatuto-da-cidade-e-letra-morta>. Acesso em: 2 dez. 2019.

MONTEIRO, Charles. Entre história Urbana e História da Cidade. **Oficina do Historiador: Questões em Debates**, v. 5, n. 1, p.101-112, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/11835/8320>. Acesso em: 5 set. 2019.

PIQUET, Rosélia. A moderna cidade-empresa. In: PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 31-45.

PÓVOA NETO, Helion. História e cartografia. Notas para uma leitura desconfiada da representação cartográfica e seu território. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 185-202.

RAPOSO, Gustavo de Resende. A educação na constituição federal de 1988. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 641, 10 abr. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6574/a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988>

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-22, 1978.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. Introdução. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben. **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

RODRIGUES, Sueli Nogueira. **Avaliação de acessibilidade e do atendimento espacial das escolas públicas em área urbana**. Estudo de caso na cidade de Fortaleza. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenho das Políticas Públicas de Caráter Social) – Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, Gaspar dos Reis. **Expansão urbana e vulnerabilidade socioambiental no Setor Oeste de Uberlândia: o caso do Residencial Pequis**. 2021. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SANTOS, Milton. A organização interna das cidades: a cidade caótica. In: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. cap. 11, p. 95-97.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Espaço e Economia Política. *In*: SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. cap. 5, p. 111-136.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta Curricular para o Ensino de História**. 1. grau. São Paulo: SE; CENP, 1989.

SILVA, Lázaro Vinícius Oliveira da. **Instrumentos de planejamento e produção de habitação de interesse social em Uberaba-MG**. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SILVA, Letícia Siabra da. **Cidade e experiências de comunicação** : cultura, memórias e estratégias de luta de moradores pobres no espaço urbano. Uberlândia (1990-2012). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SIMÕES, Guilherme. **MTST 20 anos de história**: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SILVA, Laira Cristina da. **O mapeamento das áreas verdes urbanas de Uberlândia (MG)**: análise da concentração de investimentos públicos. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia e Ordenamento do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. 1988. 234f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado**: imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 366f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 1995.

SOUZA, Antonio C. B. de; FALCÃO, Luiz F. Um olhar sobre a cidade: Uberlândia e seus espaços nos referenciais culturais de algumas memórias e histórias. *In*: SOUZA, Antonio C. B. de; FALCÃO, Luiz F (Orgs.). **Cidade médias do Brasil na historiografia contemporânea**. Campina Grande: EDUFCEG, 2012. cap. 9, p. 169-187.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Educação brasileira e negociação política**. Alagoas: EdUfal, 2003.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Cultura e memória: notas sobre a construção da lógica histórica na pesquisa audiovisual de história oral. *In*: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Org.). **Outras histórias**: memória e linguagens. São Paulo: Olho Água, 2006. p. 218-238.

VIANA, Natércia Micheletti. **Educação na Assembleia Nacional Constituinte: debates da Subcomissão de Educação e Cultura, sobre Ensino Médio de 1987 a 1988.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Processo Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2013.

VIDAL, Rafaela Costa. **As políticas neoliberais na educação no governo Collor (1990-1992).** 2020. 117f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

VIRGILIO, Luciane Mota. **Financiamento para habitações populares no Brasil e no México: uma análise comparada.** 2010. 98p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lucia de Oliveira; LEITÃO, Gerônimo E. de Almeida. **Como as crianças vêm a cidade.** Rio de Janeiro: Pallas; UNICEF, 1995

WILHEIM, Jorge. **Urbanismo no subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Saga, 1969.

**Anexos**

## Anexo A

### **Ata de Reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor – 29/08/2017**

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR – 29/08/2017

Às 15h15 do dia 29 de agosto de 2017, contabilizado o quórum de 22 (vinte e dois) representantes aptos ao voto em caso de deliberações, teve início a reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor para apresentação e discussão da revisão do texto referente às Políticas Públicas Sociais. A secretária municipal de Planejamento Urbano e presidente do Conselho, Denise Elias Attux, e o secretário municipal de Gestão Estratégica e membro titular do Conselho, Raphael Messias Leles, abriram a reunião cumprimentando os presentes. Raphael Leles fez uma breve introdução a respeito do processo de revisão do Plano Diretor, observando que teve início no ano passado, quando a antiga gestão apresentou o Plano na Câmara de Vereadores, que entendeu que o Plano não estava pronto para a aprovação. Continuou dizendo que com o início da nova gestão os trabalhos de revisão foram retomados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, com a colaboração de outras Secretarias, sempre atentas à questão da legalidade e da finalidade maior do Plano, que é um documento orientador, cujo planejamento não visa a ser executivo, argumentando que, para isso, há outros instrumentos na administração pública. Destacou a presença de secretários municipais e da procuradora-geral do Município, prontos para esclarecerem dúvidas e questionamentos referentes às respectivas pastas. Falou, em seguida, da forma de condução da reunião. Salientou que não se tratava de um Plano Diretor totalmente novo em relação àquele elaborado no ano passado e que, por isso, para tornar o trabalho mais objetivo, somente seria lido aquilo que eventualmente foi alterado. Em caso de questionamentos, pediu aos conselheiros que levantassem o braço, de modo que, ao final da leitura do artigo, pudesse-se discutir e sanar a dúvida. Acrescentou que, ao final da reunião, consolidar-se-ia tudo o que foi tratado e preparar-se-ia o documento de forma que as áreas sociais já pudessem ser finalizadas. Apresentou, em seguida um calendário de trabalhos a serem realizados até que o Projeto de Lei final seja enviado à Câmara Municipal para apreciação, incluindo nova reunião do Conselho no dia 05 de setembro de 2017, para tratar das áreas referentes a infraestrutura, a disponibilização do texto no Portal da Prefeitura de Uberlândia durante 07 dias, além da

realização de uma audiência pública. Acrescentou que, cumpridas estas etapas, a Procuradoria preparará o documento, de acordo com as normas técnico-legislativas, para que possa ser enviado para a Câmara de Vereadores. Por fim, Raphael Leles questionou se, até aquele momento, havia dúvidas quanto à metodologia apresentada. Nenhum membro se manifestou. Na sequência, Denise Attux explicou aos presentes a formatação do texto apresentado e reiterou que somente seriam lidos os artigos que sofreram alterações. Passou, então, à leitura do texto. Raphael Leles fez uma breve intervenção ressaltando que a reunião foi iniciada após atingido o quórum exigido no regimento interno do Conselho. Denise Attux deu prosseguimento à leitura. Sílvio Soares dos Santos, Diretor da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (Futel), solicitou a correção de termo “paraolímpico” por “paralímpico”. Denise Attux deu sequência à leitura. Francisco Barroso Filho, representante do Movimento Cidade Futura, pediu a palavra e sugeriu a instalação de um espaço para os ciclistas no Parque do Sabiá. Raphael Leles argumentou que, apesar de se tratar de uma boa ideia, que será analisada como ação de governo, precisa ser discutida em outro contexto, uma vez que não contempla os objetivos de um Plano Diretor. Denise Attux deu prosseguimento à leitura. Gustavo Malacco, representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental afirmou que o material em apresentação não havia sido disponibilizado com antecedência aos conselheiros e questionou se haveria alguma deliberação. Raphael Leles explicou novamente aos membros que chegaram após a início da reunião a metodologia adotada nos trabalhos de revisão, e reforçou que todos deveriam se sentir à vontade para solicitar pausas na leitura caso considerassem necessário discutir alguma questão. Falou mais uma vez sobre o cronograma de trabalhos e afirmou que a opção pela apresentação do material na própria reunião foi apenas uma escolha de metodologia, de forma presencial, democrática. Reiterou, ainda, a disponibilidade dos secretários municipais para colaborarem com a discussão em caso de dúvidas. Gustavo Malacco argumentou que a democracia não se faz apenas com representantes e que é complicado fazer a leitura e tecer considerações de forma imediata. Solicitou, mais uma vez, que o documento fosse disponibilizado com antecedência aos conselheiros. Ressaltou, ainda, que se há mudanças de mérito em relação ao que foi decidido no ano passado, é preciso haver uma discussão mais aprofundada. Raphael Leles reiterou que o documento será disponibilizado por sete dias na internet, e não significa que, após esse período, não será possível haver alterações, mediante sugestões que venham, inclusive, da sociedade como um todo. Ressaltou que as mudanças foram feitas levando-se em consideração critérios técnicos e estudos realizados nos últimos meses e que um cuidado na revisão do texto foi o de deixar o Plano dentro de uma concepção orientadora, e não como um

Plano de Governo, que deixasse a essa ou outra gestão que venha mais à frente a obrigação de executar. Reiterou que a sugestão dada por Gustavo Malacco seria acatada e que, ao longo da reunião, ele ficasse à vontade para discutir e debater qualquer questão. Denise Attux deu sequência à leitura. Cláudio Guedes, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbanístico, sugere uma pequena readequação textual no art. 44, VII, que falava em “preparação para desastres”. Decidiu-se alterar a redação para “preparação para enfrentamento de desastres”. Raphael Leles pediu aos secretários municipais que, aproveitando a qualificação e a representatividade do Conselho, ficassem à vontade caso julgassem necessário explicar algum item que não tivesse sido questionado. Gustavo Malacco fez uma intervenção, afirmando que havia mudanças de mérito no texto. Disse que vários incisos que continham verbos como “efetivar” foram alterados para “trabalhar, tentar, viabilizar...”. Voltou a dizer que o material deveria ter sido disponibilizado com antecedência aos conselheiros, pois considerou que houve mudanças substanciais. Denise Attux afirmou que a realidade do Município não é a mesma de quando o texto foi elaborado e que não é viável utilizar verbos como “construir, executar...”. Gustavo Malacco disse que o questionamento não era esse, e sim que houve um trabalho muito plural e democrático que foi feito no ano passado, durante seis meses. Afirmou que se houve mudanças por questões financeiras, o documento deveria ter sido enviado com antecedência para que a sociedade pudesse discuti-lo. Acrescentou que, com as mudanças de mérito, o documento apresentado à sociedade seria diferente daquele que foi aprovado pelo Conselho no ano passado. Denise Attux ressaltou que o trabalho não está fechado e ainda será apresentado em várias outras instâncias, como audiência pública e disponibilização na internet, e reiterou que tudo foi feito da melhor forma possível, de acordo com o momento pelo qual o Município está passando, que é muito diferente do anterior. Raphael Leles ressaltou a importância do trabalho de elaboração do Plano Diretor, citou a presença no Conselho dos vereadores Ronaldo Alves e Roger Dantas, que não participaram das discussões no ano passado, e que não entraria no mérito de por que o Plano apresentado no ano passado não foi aprovado pela Câmara, mas que o que se quer proporcionar agora é a oportunidade da discussão, do debate. Reiterou que o método escolhido foi de forma a organizar esses debates. Disse não considerar que se tratava de um erro, que era apenas um método proposto e que, se fossem necessárias alterações e o Conselho concordasse com elas, certamente seriam feitas. Acrescentou que, para ele, mais importante do que retificar qualquer tipo de procedimento, é chegar a um consenso em outro contexto e aprovar o Plano de modo que a cidade não seja prejudicada. Mais uma vez citou e explicou o cronograma de trabalhos proposto até que o Plano seja



apresentado à Câmara Municipal para apreciação. Colocou, mais uma vez, que, como os conselheiros estavam presentes, se achassem que essa metodologia deveria ser alterada e se manifestassem nesse sentido, não haveria problemas em fazê-lo. Denise Attux encerrou a leitura dos artigos 34 a 52, referentes às Políticas Públicas Sociais. Raphael Leles passou, então, ao registro das presenças e explicou que cada conselheiro, titular ou suplente, teria oportunidade de fazer considerações e dar opiniões sobre tudo o que foi apresentado, de modo a melhorar cada vez mais o processo. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi representada por seu suplente, Luciano de Salles Monteiro, que não fez considerações. Tereza Maria Siqueira Guimarães, membro titular da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB) elogiou a exposição e solicitou a disponibilização do material antes da próxima reunião. Questionou ainda quem fará o acompanhamento da implementação do conteúdo do Plano depois de aprovado, e Denise Attux respondeu que serão os responsáveis pelas pastas afins. A Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) esteve representada pelo suplente Ronaldo Pereira Borges, que sugeriu a justificação dos itens suprimidos. Raphael Leles disse que facilitaria muito o trabalho se as dúvidas fossem levantadas de maneira específica, para que as respostas fossem diretas, uma vez que justificar todos os artigos e incisos não seria produtivo, argumentando, ainda, que isso não prejudica o trabalho e a confecção do Plano em si. Francisco Barroso sugeriu que a convocação para as reuniões sejam feitas também pelo aplicativo Whats App. Raphael Leles disse que é uma ideia a ser pensada, mas que esse não poderia ser considerado um canal oficial. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU) foi representado por seu titular, Roberto Pereira Andrade, que não teceu considerações. Dentre as instituições da Sociedade Civil, não estiveram presentes representantes do Sindicato da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SINDUSCON), do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação de Imóveis (SECOVI), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), da Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia (ADVIUDI), da Ação Moradia, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA –MG) e da Central de Movimentos Populares (CMP). O Sindicato Rural de Uberlândia (SRU) foi representado pelo suplente Gustavo Galassi Gargalhoni, que não fez considerações. A Associação Profissional de Geógrafos do Triângulo Mineiro foi representada pelo titular Lázaro Vinícius Oliveira da Silva, que também não fez considerações. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) foi representada pelo titular Everton Magalhães Siqueira e também pelo suplente Efthimios Panayotes Emmanuel, que não fizeram considerações. O Movimento Cidade Futura foi representado pelo titular Francisco Barroso Filho, que disse que o Movimento trabalhou

muito no processo do ano passado para que fosse o mais participativo possível e considerou que a gestão anterior demorou muito para promover a revisão do Plano Diretor, além de ter errado na forma como foi organizado o Comitê Gestor. Afirmou que sabia que o Plano, como foi feito, não seria aprovado pela Câmara. Elogiou a metodologia dos trabalhos apresentada na reunião. Fez críticas aos diagnósticos divulgados pela Prefeitura que, segundo ele, não são verídicos, como, por exemplo, sobre as ciclofaixas. Criticou, ainda, o fato de o Movimento Cidade Futura ter sido retirado do Conselho no ano passado. Raphael Leles colocou as Secretarias competentes à disposição para conversar sobre esses diagnósticos. Dentre as cadeiras da Representação Territorial, não compareceram os representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores (SindUTE), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia (ABIU). Dentre os órgãos do Poder Público, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano foi representada pela titular e Presidente do Conselho, Denise Elias Attux, e pela suplente, Marcelange Maria Almeida Pereira Esper. Não houve considerações. A Secretaria Municipal de Educação foi representada pela titular, Maria Isabel Araújo, e pela suplente, Meire Virgínia Afonso Magalhães. Não houve considerações. A Secretaria Municipal de Obras foi representada pelo titular, José Franklin Moreira, e pelo suplente, Ivan Tavares Finzer. Não houve considerações. A Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes foi representada pela titular, Julieta Cristina Fernandes, que convidou Francisco Barroso, representante do Movimento Cidade Futura, para ir à Settran conversar sobre os diagnósticos, antes da próxima reunião do Conselho. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbanístico foi representada pela titular, Raquel Mendes de Carvalho e pelo suplente, Cláudio Guedes de Oliveira, que não teceram considerações. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo foi representada pelo titular, Dilson Dalpiaz Dias, que afirmou ser muito útil a metodologia aplicada, e pelo suplente, Rafael Lorenzo Porto. A Procuradoria Geral do Município foi representada pela titular, Daniela Almeida Campos, que não fez considerações. A Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento e Distritos foi representada pelo titular, Rodrigo de Souza Heitor, que não fez considerações. A Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas Defesa Social e Defesa Civil foi representada pela titular, Cícera Gonçalves Teixeira, e pelo suplente, Maurício Pereira Andrade Júnior. Não houve considerações. O Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) foi representado pelo titular Sérgio Vieira Attie, que parabenizou a metodologia escolhida e a Presidente Denise Attux pela condução do processo de revisão, assim como o representante da Secretaria de Gestão Estratégica, Raphael Leles, pela condução da apresentação. Afirmou ainda que, com base no que foi sugerido, gostaria de

justificar algumas coisas que foram retiradas do texto, uma vez que muitos artigos e incisos suprimidos não faziam parte de Plano Diretor, mas de plano de governo, por isso é importante falar. O suplente do DMAE, Alexandre Silva, também estava presente, mas não fez considerações. O Poder Legislativo Municipal foi representado pelo titular, Ronaldo Alves Pereira, que enalteceu a representatividade do Conselho e salientou a importância de se ouvir as ponderações feitas por Gustavo Malacco em relação à supressão de alguns trechos do texto anterior. Elogiou a responsabilidade daqueles que têm conduzido os trabalhos e afirmou que o prefeito Odeldo Leão tem sido muito aberto a discutir os projetos antes que eles cheguem ao Legislativo. Salientou que ainda há debates pela frente, além da audiência pública, até que o documento chegue à Câmara. O suplente do Poder Legislativo, Roger Dantas, também estava presente e afirmou que, como relator da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal, está pronto para colaborar com esse processo e que o melhor será feito por Uberlândia. A Secretaria Municipal de Governo foi representada pelo titular, Odeldo Nogueira Pinho, que não teceu considerações. A Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (FUTEL) foi representada pelo titular, Celso Luiz Tavares, e pelo suplente, Carlos Roberto de Faria, que não teceram considerações. O Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural (COMPHAC) foi representado pela titular, Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes, e pela suplente, Leciane Leandra Medeiros, que não fizeram considerações. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação foi representada pela titular, Juliana Degani Paes Leme, que não fez considerações. A Secretaria Municipal de Gestão Estratégica foi representada pelo titular, Raphael Messias Leles, que colaborou na condução dos trabalhos. O Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPOD) foi representado pelo titular, Gilmar Borges Rabelo, que reforçou a fala de Ronaldo Borges, da CDL, a respeito da necessidade de justificção dos itens suprimidos. Acrescentou que mesmo tendo sido considerados ações de governo, precisam ser esclarecidos, porque foram itens debatidos pelo Conselho, de modo que a explicação poderia trazer lucidez. Afirmou que também acha interessante que o texto seja disponibilizado com antecedência aos conselheiros. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) foi representado pelo titular, Gustavo Bernardino Malacco, que reforçou a necessidade de disponibilização do material com antecedência aos conselheiros. Ressaltou que o tema infraestrutura, particularmente, o Conselho se debruçou muito sobre ele, inclusive com um trabalho realizado na bacia do Rio Uberabinha. Afirmou que a metodologia e o calendário deveriam ser validados pelo Conselho. Em relação às justificativas, pontuou que pelo menos a versão aprovada no ano passado e essa versão que vai fechar os trabalhos deverão estar disponíveis

para que as pessoas vejam o trabalho do ano passado e o atual para que na audiência pública possam fazer o comparativo. Fez uma defesa às críticas de Francisco Barroso de que os trabalhos do Conselho no ano passado não foram democráticos. Reconheceu que houve problemas nas audiências públicas, concordou que houve falhas no diagnóstico, mas ressaltou que no âmbito do Conselho Municipal do Plano Diretor o debate foi muito democrático. Raphael Leles afirmou que o texto discutido na reunião seria enviado, já com as alterações sugeridas aos e-mails dos conselheiros, assim como os artigos que serão discutidos na próxima reunião. Reforçou que isso não foi feito antes apenas por questão de metodologia de trabalho, mas como houve solicitações nesse sentido, não haveria por que não fazê-lo. Ressaltou que ninguém do Poder Público criticou os trabalhos do Conselho do ano passado. Afirmou que, em relação à metodologia, a melhor forma de decidir por uma eventual mudança seria pela manifestação do Conselho. Pediu, mais uma vez, que, caso alguém não validasse a metodologia, se manifestasse, e se a maioria considerasse que deveria mudar, conforme o regimento do Conselho, a mudança seria feita imediatamente. Gustavo Malacco afirmou que não havia problema com a metodologia, mas com a não disponibilização do material. Raphael Leles salientou que a metodologia envolve muito mais do que a disponibilização do material e solicitou que alguém se manifestasse caso discordasse de algum outro ponto. Ninguém se manifestou. Em relação às justificativas sobre os artigos suprimidos, Raphael Leles pediu que as dúvidas fossem enviadas ao e-mail oficial [planodiretor@uberlandia.mg.gov.br](mailto:planodiretor@uberlandia.mg.gov.br) para que a presidência direcionasse às Secretarias responsáveis pela alteração e elas explicassem da melhor forma. Ressaltou que essa metodologia não é para pular etapas, mas para facilitar o trabalho, porque a cidade precisa do Plano aprovado o mais rápido possível. A Secretaria Municipal de Saúde foi representada pela titular, Tânia Berbert Ferreira Lima, e pela suplente, Ivanilda dos Reis Almeida. Não houve considerações. Raphael Leles perguntou se algum membro presente não havia sido citado. Ninguém se manifestou. Raphael Leles, então, reforçou o calendário dos trabalhos e reiterou que seria enviado aos conselheiros, por e-mail, o conteúdo, para que tenham a oportunidade de apresentar suas sugestões, críticas, questionamentos. Afirmou que, se necessário for, outras reuniões serão realizadas, caso contrário, já será feita a audiência pública e, da mesma forma, se for necessária outra reunião depois disso, será feita. Perguntou se algum dos presentes não validava essa metodologia. Ninguém se manifestou. A Procuradora-Geral do Município, Ana Carolina Abdala, afirmou que é preciso ter em mente que o Plano Diretor é uma norma de conteúdo programático, que fixa uma programação que se espera que se desenvolva, e não uma norma de conteúdo vedativo ou que estabeleça apenas e tão somente o que poderá ser

desenvolvido. Salientou que é importante que os conselheiros tenham isso em mente para que entenda que o fato de uma diretriz não constar expressamente no Plano não impossibilita que ela seja desenvolvida nos próximos dez anos. Acrescentou que isso é importante para que o Conselho não se atenha tanto às supressões, porque elas podem significar apenas que não são diretrizes obrigatórias, mas não veda que o Executivo venha a implementá-las nos próximos dez anos. Denise Attux finalizou agradecendo a participação de todos os Conselheiros Municipais destacando a importância desse processo para que se consiga aprovar esse importante documento que norteará o crescimento de Uberlândia pelos próximos dez anos. Raphael informou o e-mail oficial do Plano Diretor e pediu para que todos tomassem nota para que a comunicação se dê por meio dessa ferramenta. Nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 17h35

## **Anexo B**

### **Ata de Reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor – 05/09/2017**

Às 15h do dia 05 de setembro de 2017, contabilizado o quórum de 26 (vinte e seis) representantes aptos ao voto em caso de deliberações, teve início a reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor para apresentação e discussão da revisão do texto referente às áreas de infraestrutura. A secretária municipal de Planejamento Urbano e presidente do Conselho, Denise Elias Attux, e o secretário municipal de Gestão Estratégica e membro titular do Conselho, Raphael Messias Leles, deram início à reunião cumprimentando e dando as boas-vindas a todos os presentes. Raphael Leles explicou brevemente, como já havia sido feito na reunião anterior, a metodologia escolhida para os trabalhos de revisão que estão sendo adotados e salientou a presença do quórum necessário para que a reunião tivesse início, conforme determina o regimento do Conselho. Denise Attux citou as áreas que seriam apresentadas e deu início à leitura dos artigos. Raphael Leles agradeceu a presença do vereador Adriano Zago, ressaltando que a presença dos vereadores valida ainda mais os trabalhos, e lembrou que o Plano Diretor foi enviado à Câmara no ano passado, mas não foi aprovado. Gustavo Bernardino Malacco, representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), se disse preocupado com o prazo de três anos colocado em partes do Plano, uma vez que, caso o Plano seja aprovado no final deste ano, três anos se dará no final dessa gestão. Salientou que algumas legislações precisam ter um prazo menor para que sejam aprovadas ainda nesse governo. Raphael Leles afirmou que o prazo de três anos é máximo, e que a intenção é aprovar o Plano antes do final do ano, mas que nada que se refere a legislação será prejudicado em função de um eventual calendário. Denise Attux deu continuidade à leitura dos artigos. Gustavo Malacco pediu justificativa pela retirada dos incisos II e IV do art. 10, dizendo que no ano passado, quando o Plano foi aprovado pelo Conselho, foi destacada a questão da economia de baixo carbono. O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo e membro titular do Conselho, Dilson Dalpiaz Dias, explicou que os incisos citados foram substituídos pelo inciso XI, em uma redação mais ampla, e que quando trata de fontes renováveis e limpas, destacando inclusive energia fotovoltaica e de biomassa, em sintonia com as tendências mundiais de

desenvolvimento sustentável e eficiência energética, resguarda-se a questão do baixo carbono. Gustavo Malacco disse que envolve, de fato, economia de baixo carbono, mas não engloba tudo, e que achava o inciso que foi suprimido interessante porque falava de algo que não é muito trabalhado pelas administrações públicas municipais que são as parcerias público-privadas e com as instituições de ensino e pesquisa visando à economia de baixo carbono. Ressaltou que o inciso XI teve pequenas mudanças mas já constava no Plano de 2016 e insistiu na manutenção do inciso II no corpo do texto. Dilson Dalpiaz argumentou que se evitou ao máximo particularizar, uma vez que há atividades que mudam e procurou-se enfatizar isso no inciso XXIII do art. 11, salientando que quando se cria um arcabouço, não é necessário especificar determinado item. Gustavo Malacco insistiu que a economia de baixo carbono está incluída no capítulo de agricultura, que boa parte da economia mundial é direcionada nesse sentido e que se as cidades não se adaptarem a essa lógica, ficarão para trás economicamente. Afirmou que o inciso que foi acrescido é perfeito, mas que ainda falta no texto a referência à economia de baixo carbono. Dilson Dalpiaz sugeriu, então, que no inciso XI fosse acrescido o termo baixo carbono. Raphael Leles perguntou se alguém discordava dessa alteração. Ninguém se manifestou e o termo foi inserido no texto. Denise Attux deu prosseguimento à leitura dos artigos. Gustavo Malacco sugeriu a retirada do termo “utilização de recursos hídricos” em inciso incluído na revisão, argumentando que não faz sentido dizer que vai apoiar a utilização de recursos hídricos e depois falar em fotovoltaica e biomassa, pois fotovoltaico e biomassa não tem relação com recursos hídricos. Sérgio Vieira Attie, diretor-geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e membro titular do Conselho, argumentou que não há incoerência, pois quando se fala em fotovoltaico tem relação com o hídrico, uma vez que quando as placas fotovoltaicas forem instaladas junto à água, conforme já há estudos no mercado, a eficiência aumentará muito, de modo que o texto deveria ser mantido. Acrescentou que o futuro da energia fotovoltaica deverá ser dentro da água, principalmente em razão das enormes represas que existem na região. Gustavo Malacco disse que concorda em parte, mas que isso deixa uma brecha para a instalação de empreendimentos hidrelétricos, que são renováveis, mas não são limpos, como os de biomassa, solar e eólico. Acrescentou que se o entendimento é o de que a energia solar poderá ser aproveitada dentro da água, tudo bem, o que não pode é ficar a dúvida depois se Uberlândia não está privilegiando essa alternativa que já foi muito positiva, mas hoje não. Sergio Attie afirmou que uma grande saída que há em Uberlândia são as represas. Gustavo Malacco disse que concorda. Dilson Dalpiaz afirmou que o objetivo é dar a devida importância e o devido valor ao recurso hídrico, não no sentido da sua utilização puramente

na geração de energia. Raphael Leles sugeriu que ao ser apresentado um questionamento, todas as considerações fossem esgotadas no momento de cada fala e depois se abrisse para votação, para dar oportunidade de decisão a todos os conselheiros em cima das colocações feitas. Luciano de Salles Monteiro, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afirmou que a pessoa deve ficar livre para decidir se quer uma réplica e depois ter uma tréplica, talvez controlado por um tempo. Raphael Leles afirmou que a intenção era dar uma formatação para que uma discussão não se tornasse pontual e que às vezes o que foi explicado já dá elementos suficientes para que os conselheiros possam votar. Acrescentou que foi decidido não impor um tempo de fala porque às vezes a consideração exige um tempo a mais e a padronização poderia prejudicar o debate. Denise Attux deu continuidade à leitura. Dilson Dalpiaz solicitou o restabelecimento de um pequeno trecho de artigo que havia sido suprimido. Denise Attux continuou a leitura. Raphael Leles agradeceu a presença do vereador Felipe Felps. Denise Attux continuou a leitura. Gustavo Malacco sugeriu o acréscimo do termo “rios”, no art. 11, XXIX, porque já há atividades de rafting e é um potencial forte que a cidade tem. A sugestão foi aprovada. Denise Attux deu prosseguimento à leitura. Gustavo Malacco sugeriu que no inciso 14, II, “g”, fosse deixado somente “mosaico”, uma vez que o Ministério do Meio Ambiente define o que é mosaico. A sugestão foi acatada. Cícera Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil, afirmou estar havendo confusão entre diretrizes e ações. Raquel Mendes, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbanístico discordou. Lázaro Vinícius Oliveira da Silva, da Associação Profissional dos Geógrafos do Triângulo Mineiro, afirmou que o Plano Diretor de 2006 tem essa mesma divisão de diretrizes e ações, e já havia uma dificuldade nessa separação. Argumentou que do ponto de vista prático essa diferença não é importante, mas que do ponto de vista conceitual, sim. Acrescentou que essa é uma questão que pode ser superada na revisão final do texto. Ana Carolina Abdala Lavrador, procuradora-geral do Município, sugeriu, acompanhando o que foi dito por Lázaro Vinícius Silva, que essas questões fossem deixadas para a revisão final. As sugestões foram aprovadas pelo Conselho. Denise Attux prosseguiu com a leitura. Gustavo Malacco sugeriu a inserção do termo “do desenvolvimento ambiental” no art. 14, II, “I”. A sugestão foi aprovada. Denise Attux deu continuidade à leitura. Gustavo Malacco questionou se existe um Sistema de Informação Ambiental. Raquel Mendes afirmou que o sistema de informações está concentrado na Secretaria de Planejamento Urbano. Denise Attux afirmou que essas informações existem no banco de dados. Denise Attux continuou a leitura dos artigos. Gustavo Malacco sugeriu a alteração do prazo de três anos para dois anos para elaboração do Plano Municipal de Meio



Ambiente, que é um tema urgente. Ana Carolina Abdala afirmou que já constava o prazo de três anos no texto anterior, provavelmente considerando-se a dificuldade de implementá-lo em dois anos. Gustavo Malacco insistiu que antes estava três anos porque se imaginava que o Plano seria aprovado no final do ano passado. Raphael Leles abre para votação e o Conselho mantém o texto com o prazo de três anos. Denise Attux dá continuidade à leitura. Gustavo Malacco sugeriu que se mantivesse a redação no art. 15, III, uma vez que todas as áreas citadas haviam sido objeto de estudo e por isso suas citações tinham uma base técnica, que era o diagnóstico. Raquel Mendes afirmou que há outras áreas que estão no diagnóstico e não foram consideradas, e entende que esse detalhamento deve estar no Plano Municipal de Meio Ambiente. Além disso, segundo ela, no diagnóstico as áreas estão citadas, mas não estão delimitadas nem caracterizadas. Colocada em votação, o Conselho manteve a supressão. Denise Attux continuou a leitura. Lázaro Vinícius Silva afirmou que há uma sequência de artigos que tratam do Plano Municipal de Meio Ambiente que deveriam ser alíneas. Reforçou que é uma questão para se observar na fase final de formatação. Ana Carolina Abdala concordou e disse que faria as anotações para passar à Procuradoria no momento da formatação. Gustavo Malacco afirmou, em relação ao art. 15, II, que existe uma particularidade em relação à região sul de Uberlândia, tanto do abastecimento quanto em relação à biodiversidade, e é fundamental que o Município se debruce sobre essa questão, que poderá ser discutida na Câmara. Denise Attux deu continuidade à leitura. Gustavo Malacco solicitou justificativa para a retirada do inciso IV. Geraldo Sílvio de Oliveira, da Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Distritos, afirmou que a retirada do inciso se deu porque “promover mitigação de mudanças climáticas” é algo muito genérico, que não é possível promover. Já em relação à agricultura de baixo carbono, já foi contemplada em outro inciso. Gustavo Galassi Gargalhoni, do Sindicato Rural de Uberlândia, questionou por que não englobar tudo, no art. 16, III, ao invés de somente a agricultura familiar e o cooperativismo, se tudo está relacionado com o emprego na zona rural. Geraldo de Oliveira concordou com a mudança. A alteração foi aprovada pelo Conselho. Denise Attux deu prosseguimento à leitura. Lázaro Vinícius Silva afirmou que é necessário, na revisão final, articular o art. 16, X, ao Plano de Meio Ambiente para que não pareça, na análise do Plano, que a diretriz da interssetorialidade não foi observada, como se existisse uma separação legal entre agricultura e meio ambiente. Rodrigo Souza Heitor, representante da Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento e Distritos afirmou que, como no processo de revisão a Secretaria recebeu apenas a parte referente ao desenvolvimento rural, não sabiam que havia esse mesmo inciso também na parte de meio ambiente. Raphael Leles afirmou que Ana

Carolina Abdala fez esse registro para ser observado na revisão final. Denise Attux deu continuidade à leitura. Gustavo Malacco questionou sobre uma discussão do Conselho no ano passado em relação à expansão da cidade preferencialmente para oeste. Denise Attux esclareceu que foi considerado que deveria ser feito um estudo mais global, então o anexo que consta é o do perímetro urbano atualmente em vigência. Gustavo Malacco afirmou que havia ficado um apontamento para oeste, em razão de questões ambientais, etc., não restringindo outras regiões, como o sul, que, segundo ele, é prioridade dessa administração. Raphael Leles afirmou que a preocupação desta gestão não é apenas com o sul, é com toda a cidade, tanto a área urbana quanto a área rural. Denise Attux continuou a leitura. Gustavo Malacco sugeriu substituir o termo “entorno da área de contribuição” por “bacia de contribuição”. Geraldo de Oliveira, da secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Distritos, afirmou que são coisas muito diferentes. Gustavo Malacco questionou se não seria o caso então de colocar os dois termos. Geraldo de Oliveira afirmou que a bacia de contribuição é muito grande e que já há Lei federal e estadual que definem área de preservação permanente e reserva legal em todos esses entornos, além do que a bacia ultrapassa os limites municipais. Sérgio Attie afirmou estar havendo uma confusão, uma vez que estava sendo tratado o capítulo de desenvolvimento urbano, de modo que a redação está correta. O Conselho decidiu pela manutenção do texto. Denise Attux deu sequência à leitura. Gilmar Borges Rabelo, representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, solicitou que se mantivesse o prazo para implementação do programa de regularização de calçadas, pois, segundo ele, isso já é discutido há muito tempo e não tem havido avanços. Denise Attux sugeriu um prazo de até três anos. A sugestão foi aprovada pelo Conselho e inserida no texto. Denise Attux prosseguiu com a leitura. Gustavo Malacco afirmou que, a fim de preservar a preocupação que tinham no ano passado, inclusive do DMAE, sugeriria a seguinte redação para o art. 25, IV: “proibir a implantação de empreendimentos hidrelétricos, tanto à montante quanto à jusante da área urbana, diante do comprometimento da qualidade da água no Município, até que sejam apresentados estudos ambientais integrados da Bacia do Rio Uberabinha que comprovem que não afetarão a qualidade ambiental e os recursos hídricos do Município, devendo ser aprovados pelos Conselhos Municipais competentes”. Sérgio Attie argumentou que tudo o que foi falado já está no inciso: “exigir estudos ambientais integrados da bacia”. Complementou que qualquer coisa que se for fazer será exigido estudo e necessitará de aprovação do Município para implantação de novos empreendimentos hidroelétricos, de modo que a redação sugerida seria redundante. Gustavo Malacco disse achar importante manter ao menos o motivo, pois a proposta era mais abrangente no ano passado, proibindo tanto à montante

quanto à jusante, uma vez que qualquer barramento à jusante agrava o problema da qualidade do rio, então havia sido deixado bem claro o motivo dessa restrição. Acrescentou que se deve dizer, portanto, o porquê de se estar exigindo estudos integrados, que é não para comprometer a qualidade da água do Município. Raphael Leles ressaltou que ainda há o Cresan, um comitê que é mais uma ferramenta administrativa pela qual deverá ser aprovado qualquer projeto nesse contexto. Em seguida questionou se, diante do que foi colocado por Gustavo Malacco e Sérgio Attie, alguém concordava que a redação deveria ser alterada, seguindo a proposta feita por Gustavo Malacco. Ninguém se manifestou e a redação foi mantida. Denise Attux deu sequência à leitura. Gustavo Malacco afirmou que, da mesma forma que o Fundo Municipal de Urbanismo e de Habitação, o art. 25, IX, que propunha criar e regulamentar o Fundo Municipal de Recursos Hídricos, também havia sido uma proposta aprovada pelo Conselho no ano passado e sugeriu a manutenção do inciso. Ana Carolina Abdala questionou de quais tipos de recurso esse Fundo que foi discutido no ano passado seria composto. Gustavo Malacco respondeu que seria, por exemplo, de royalties de empreendimentos hidroelétricos, uma porcentagem que é remetida ao Município, e acrescentou que, da mesma forma que o governo do Estado possui um Fundo, recebendo uma parte dos royalties das hidroelétricas, o Município de Uberlândia também recebe uma porcentagem dos royalties das hidroelétricas que existem no entorno do Município, principalmente Capim Branco I e II, e parte desses royalties poderiam ser direcionados diretamente a esse Fundo. Salientou que existe um projeto em curso que provavelmente aumentará a porcentagem destinada aos Municípios que são atingidos pelos empreendimentos que tem reservatórios de geração de energia hidroelétrica. Explicou que é um projeto que está, salvo engano, no Congresso, bem avançado, e que aumenta substancialmente essa porcentagem para os Municípios, e nada mais legítimo do que democratizar um pouco esse recurso por meio de um Fundo. Ana Carolina Abdala afirmou que essa proposta merece um estudo melhor em um projeto de Lei autônomo, mesmo para delimitar melhor quais os recursos que comporiam esses recursos e se eles teriam, de fato, efetividade. Gustavo Malacco sugeriu, então, colocar “realizar estudos para verificar a viabilidade”, porque não se colocaria “criar e regulamentar”, mas daria ao Executivo o papel de elaborar um estudo para verificar a viabilidade. Marcelange Maria Almeida Pereira Esper, representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano afirmou que o Município já dispõe de um Fundo Municipal de Meio Ambiente, e que a função seria a mesma, por isso não seria necessário criar um outro Fundo, mas talvez alterar a Lei que trata do Fundo de Meio Ambiente, caso esses recursos entrem, e, por isso, ela concorda que estudos mais avançados seriam mais oportunos do que manter essa previsão. Gustavo Malacco afirmou que, se ainda

há dúvidas, apesar de ter sido aprovado pelo Conselho no ano passado, poder-se-ia elaborar um estudo para verificar a viabilidade da criação de um Fundo Municipal de Recursos Hídricos. Ressaltou não concordar que tem os mesmos objetivos que o Fundo de Meio Ambiente. O Fundo de Recursos Hídricos, segundo ele, teria uma única dotação, além do Ministério Público, etc., que seria os royalties das hidroelétricas. Raphael Leles perguntou se alguém concordava com a criação da diretriz sugerida. Ninguém se manifestou e não houve alteração. Ronaldo Alves, vereador e membro titular do Conselho, sugeriu deixar expresso, em relação ao descarte dos resíduos sólidos, a ampliação dos Ecopontos da cidade de Uberlândia, uma vez que há muito descarte de resíduos em locais inapropriados. Denise Attux informou que no inciso V do art. 27, já está contemplada esta diretriz. Raphael Leles fez uma intervenção, afirmando que embora não fosse pauta desta reunião do Conselho, por uma questão de transparência, gostaria de informar que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbanístico, juntamente com o Comitê gestor das Parcerias Público-Privadas (PPP), abriu um edital e alguns grupos manifestaram interesse de realizar estudos, que serão avaliados e aprovados pela Prefeitura, para revitalização de todo o parque de iluminação pública dentro do modelo de PPPs. Acrescentou que esse processo terá toda a lisura, transparência e responsabilidade que ele requer, que foi dada publicidade e vários grupos demonstraram interesse. Afirmou que as PPPs devem estar em consonância com o Plano Diretor, e que, inclusive, todos os estudos levarão em conta a viabilidade técnica, jurídica e operacional. Informou, ainda, que um pré-requisito básico, determinado pelo Prefeito, em relação a este trabalho, é no sentido de não onerar o contribuinte. Acrescentou que já há o custo que o Município despense em relação à manutenção da rede pública, e todo o trabalho está sendo desenvolvido de forma que o custo se mantenha dentro do que já está previsto. Afirmou, ainda, que isso estava sendo dito porque, como haverá outros momentos do trabalho de revisão, como a audiência pública, era preciso deixar claro que o tema iluminação pública está sendo observado considerando o Plano Diretor. Denise Attux deu seguimento à leitura. Raphael Leles reafirmou que o material que estava sendo lido será disponibilizado na internet durante sete dias e que todos terão oportunidade de acessar o documento na íntegra. Denise Attux fez referência ao Capítulo referente a demarcação urbanística para fins de regularização fundiária, que foi retirado porque já foi regulamentada em Lei Federal aprovada recentemente que trata do assunto. Denis Godoi, que acompanhava o representante do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação de Imóveis (SECOVI), afirmou que a Lei aprovada incide no aspecto de desapropriação de imóveis abandonados e sugeriu que se contemplasse dentro dos incisos referentes ao uso de imóveis abandonados o que já consta na

Lei Federal. Raphael Leles afirmou que esse é um tema técnico de sobreposição de legislação e que seria registrado pela procuradora-geral do Município para que a análise seja feita e submetida aos conselheiros caso haja necessidade de inserção. Denise Attux dá continuidade à leitura. Ao final da leitura dos artigos, Raphael Leles faz o registro dos conselheiros presentes, em conformidade com as assinaturas na lista de presença e informou os próximos trabalhos do processo de revisão do Plano Diretor. Ressaltou que as atas serão enviadas por e-mail aos conselheiros e que, se até o dia 11 de setembro, às 18h, não houver nenhuma manifestação, elas serão consideradas aprovadas. Disse ao vereador Ronaldo Alves que será feita uma solicitação oficial à presidência da Câmara Municipal para estabelecimento de uma data para que o Plano possa ser apresentando previamente aos vereadores já visando à formatação técnico-legislativa para o envio do documento para a Câmara. Solicitou que os conselheiros participem, se possível, da audiência pública que será realizada. Agradeceu a presença de todos. Denise Attux também agradeceu a presença de todos e se colocou à disposição dos conselheiros para qualquer dúvida que porventura possa surgir. Nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 17h48 e eu, Antonio Julio de Menezes Andraus Gassani, Secretário-Executivo do Conselho Municipal do Plano Diretor, lavrei esta ata

## Anexo C

### **Ata de Reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor – 22/11/2017**

Às 14h25 do dia 22 de novembro de 2017, no Auditório Cícero Diniz, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Uberlândia, na avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 600, bairro Santa Mônica, teve início reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor, para discussão e deliberação das sugestões apresentadas na audiência pública realizada no dia 31 de outubro de 2017 e por meio do e-mail oficial [planodiretor@uberlandia.mg.gov.br](mailto:planodiretor@uberlandia.mg.gov.br), como parte do processo de revisão do Plano Diretor 2017-2027, do município de Uberlândia. Raphael Leles, Secretário Municipal de Gestão Estratégica e membro titular do Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD), deu início à reunião confirmando a presença do quórum mínimo exigido pelo regimento, cumprimentando todos os presentes e fazendo um breve histórico do processo de revisão do Plano Diretor em 2017. Explicou que na audiência pública que aconteceu no dia 31 de outubro de 2017, com a presença de representantes da sociedade civil e entidades, surgiram sugestões, dando corpo ao caráter democrático das discussões, que seriam apreciadas e deliberadas pelo Conselho nesta reunião. Sugeriu que a metodologia da apresentação fosse a mesma utilizada nas reuniões ao longo do ano: a Secretária Municipal de Planejamento Urbano e Presidente do CMPD, Denise Attux, faria a leitura e os conselheiros poderia se manifestar a qualquer tempo, expressando sua dúvida, sugestão ou posicionamento. Os técnicos presentes fariam, então, suas considerações, e o ponto em discussão seria colocado em votação. Pontuou que as informações serão condensadas e o documento passará a ser o conteúdo de um Projeto de Lei. Ninguém manifestou objeção à metodologia sugerida. Denise Attux agradeceu a todos pela presença e deu início à leitura das propostas. As primeiras sugestões apresentadas foram de alteração do art. 4º. Denise Attux afirmou que a posição dos técnicos da Prefeitura é no sentido de manutenção da redação como estava antes, pois, segundo ela, a simplificação das leis de parcelamento do solo e de uso e ocupação do solo será feita à medida que essas legislações forem sendo revisadas. Em relação à proposta de redução do tempo de três anos para dois anos, Denise Attux afirmou que isso já havia sido objeto de discussão e votação na reunião anterior do Conselho. Foi aberta a votação. Leandro Cecílio, representante do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e

Administração de Imóveis (SECOVI) e Tereza Maria, representante da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB) se manifestaram a favor da mudança de redação. A redação foi mantida como estava antes. Tereza Maria manifestou dúvida em relação ao método de votação. Denise Attux esclareceu e ficou entendido. A próxima sugestão de alteração foi em relação ao art. 6º, VI. A equipe técnica considerou que a sugestão apresentada é um procedimento operacional da Secretaria de Planejamento urbano e, portanto, não deve ser objeto de Plano Diretor. Foi aberta a votação e decidiu-se pela manutenção da redação como estava antes. Leandro Cecílio, Tereza Maria e Pedro Moller, representante da Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia (ABIU) manifestaram-se pela manutenção da sugestão. Passou-se a análise de sugestão para o art. 9º, VIII. Foi aberta a votação e manteve-se a sugestão. Em seguida, apresentou-se a sugestão para o art. 11, XVI. Os técnicos da Prefeitura sugeriram que a ideia fosse inserida como um complemento no inciso XXIX, que tratava do mesmo assunto. Foi aberta a votação e a inserção no inciso XXIX foi aprovada. Passou-se à apresentação de sugestão para o art. 14, II, “g”. A sugestão foi aprovada. Analisou-se, em seguida, as sugestões referentes ao art. 14, III. Em relação à sugestão de inclusão no texto da ideia de “respeito às ocupações antrópicas já consolidadas”, Tiago Nascimento, advogado de meio ambiente, acompanhando o conselheiro suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Efthymios Panayotes, afirmou que isso é uma questão legal e que já existe dentro do CODEMA uma diretriz normativa que cuida dos casos antropizados. Ana Carolina Abdala, Procuradora-Geral do Município, afirmou que se já está previsto em Lei, é desnecessário constar no Plano Diretor, afinal, respeitar a Lei é obrigação do gestor público. Complementou que é complicado citar Lei porque se ela por acaso for revogada ou alterada e estiver citada no Plano Diretor, isso traz uma série de dificultadores. Cláudio Guedes, representante suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbanístico, afirmou que há Lei específica do CONAMA sobre consolidação de ocupações antrópicas, que diz que tem que ser de baixo impacto, tem que ser de até 5% da área total da matrícula e tem os parâmetros de interesse público e utilidade pública, então já está muito bem definido, sendo desnecessário constar no Plano Diretor. Foi aberta a votação e decidiu-se pela manutenção da redação como estava antes, sem a inclusão da sugestão. O representante da FIEMG votou contra a manutenção da redação como estava antes. Analisou-se, em seguida, a sugestão de complemento ao art. 14, V. Foi aprovada. A próxima sugestão foi para o art. 14, VI. Denise Attux esclareceu que na nova Lei de Parcelamento do Solo já consta uma diretriz diversa, e por isso a sugestão precisaria ser retirada. Raquel Mendes, representante titular da Secretaria de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Urbanístico, afirmou que, além da Lei de Parcelamento do Solo, há as condições para que se possa receber as áreas. Segundo ela, há muitos passivos ambientais em áreas de APP e o Município não pode receber esse passivo. Leandro Cecílio complementou que o Ministério Público também não vai deixar. Decidiu-se pela manutenção da redação como estava antes. Em seguida, analisaram-se duas sugestões de novos incisos no artigo 14. A equipe técnica da Prefeitura considerou que as duas propostas já estão contempladas no art. 14, II. Raquel Mendes acrescentou que para fazer essas restrições, é preciso, primeiro, identificar as áreas, por isso serão inseridas no Plano de Meio Ambiente todas as ações para poder compor o Plano, e uma delas é justamente identificar as áreas nas quais serão restritos o desmatamento e a implementação de empreendimentos. Foi aberta a votação o Conselho seguiu o entendimento dos técnicos. Pedro Moller e Marta Maria, representante da Central de Movimentos Populares, manifestaram-se pela manutenção dos incisos sugeridos. Passou-se, então, à análise das sugestões para o art. 15, III. Cláudio Guedes afirmou que a Cratera e a Cachoeira de São Salvador foram particularizadas porque estavam citadas no Plano anterior e, nesse período, não foi viabilizado. Houve um aterro no entorno, em projeto autorizado pelo Estado, e não há ainda um estudo sobre o quanto vai se gastar para se fazer esses Parques. Segundo ele, o estudo deverá dizer se isso é viável ou não e que, no caso do Uberabinha, não é preciso explicação, já que está ligado ao abastecimento de água da cidade, estava no Plano anterior e está sendo mantido. Davi Thomaz, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), questionou se isso não inviabiliza um PCH. Tiago Nascimento afirmou que o estudo traz o apontamento, porque, na forma como está no texto sugerido, restringe apenas a questão hidrelétrica, e quando se faz um estudo, consideram-se os usos múltiplos. Acrescentou que, dentro da disponibilidade hídrica, quem analisa é o Estado, vai dizer se é viável ou não e que, inclusive, a avaliação ambiental integrada dessa área da bacia do rio Araguari já está publicada, demonstrando diagnóstico e prognóstico da ocupação dessas áreas, caso venha a ocorrer um cenário de super-ocupação. Complementou que não há uma preocupação nesse sentido porque o estudo que será apresentado vai dizer se pode ou não ter algo ali. Davi Thomaz pontuou que o DMAE e a Prefeitura não têm competência para legislar sobre esse assunto. Tiago Nascimento afirmou que, como já existe essa diretriz no Plano Diretor, ela é desnecessária. Denise Attux salientou que o Plano Diretor anterior não está mais em vigência. Tiago Nascimento corrigiu, e disse que quis se referir ao Plano Municipal de Meio Ambiente. Acrescentou que entende que a ideia do Município é utilizar da melhor forma a Cratera e a Cachoeira, recuperá-las, mas que o estudo não vai fazer restrição de competência. Cláudio Guedes afirmou que, na margem



direita, o Município dispõe de 150 mil m<sup>2</sup> como reserva, logo abaixo fica o aterro sanitário, cujos estudos definiram que essa área seria posteriormente utilizada como um Parque, e, ao mesmo tempo, existe a indicação, no futuro, de implantação de um Parque Linear, mesmo abaixo do Anel Viário. Complementou que nada mais sensato do que estudar essa área para ver a possibilidade de unificação de tudo isso em uma grande área. Denise Attux afirmou que isso pode ser estudado no Plano Municipal. Cláudio Guedes concordou e afirmou que a proposta de inserir isso era não deixar sem resposta uma ação importante do Plano anterior que o Município não executou. Aberta a votação, o Conselho decidiu pela seguinte redação para o inciso: “estabelecer diretrizes especiais no entorno dos lagos das represas do Bom Jardim e Sucupira, em parceria com o Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, visando à proteção do sistema de abastecimento de água do Município”. Passou-se, então, à análise de proposta para o art. 15, VI. O entendimento técnico é o que bastaria incluir o termo “objetivos”, e a sugestão estaria contemplada. Foi aprovado desta forma. Em seguida, analisou-se a proposta de novo inciso para o art. 15. O entendimento dos técnicos da Prefeitura foi de que a sugestão já estava contemplada no art. 14, II. O Conselho seguiu o posicionamento técnico. Em relação à sugestão para o art. 16, VII, deliberou-se pela manutenção da redação como estava antes. Passou-se, então, à análise de sugestão de novos incisos no art. 17. Em relação à primeira, entende-se que é um procedimento da Secretaria de Planejamento Urbano que já é realizado, pois indicadores agropecuários estão no BDI. Em relação à segunda proposta, entendeu-se que já está contemplada no art. 19, XVI e no art. 20, VIII. Analisou-se, em seguida, proposta do Corpo de Bombeiros para prevenção de incêndios em áreas rurais. O novo inciso, aprovado pelo Conselho, foi inserido com a seguinte redação: “Incentivar a criação e treinamento de brigadas de incêndio nos Conselhos Comunitários Rurais, em parceria com o Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, no intuito da prevenção e combate inicial dos focos de incêndio em unidades de conservação e nas áreas rurais como um todo.”. Passou-se à análise de sugestão para o art. 19, V. Denise Attux afirmou que era importante que o texto original fosse mantido por ser muito importante que uma eventual ampliação do perímetro urbano seja debatida no CMPD e apresentada em audiência pública, o que não consta na sugestão apresentada. Leandro Cecílio afirmou que vai ficar engessado. O Conselho aprovou a manutenção da redação como estava antes da sugestão. Leandro Cecílio, Tereza Maria e Efthymios Panayotes votaram a favor da nova redação sugerida. Em seguida, passou-se à discussão de sugestão para mudança no texto do art. 19, VI. Denise Attux lembrou que essa proposta já havia sido levada à reunião anterior do Conselho, que, na ocasião, não a acatou. Mais uma vez, optou-se por manter a redação como

estava antes. Passou-se à análise de sugestão para o art. 19, VIII. Denise Attux afirmou que a diretriz sugerida é tema da mobilidade. Efthymios Panayotes afirmou que quando a Prefeitura sugere “manter”, ela tira a possibilidade de estudos futuros, porque, segundo ele, hoje, a rua 15 de novembro “rasga” o bairro Fundinho em duas partes, e há possibilidade de mudar para a rua Coronel Severiano, integrando o Fundinho em uma zona só, com um trânsito de pedestres mais adequado, e se o texto for colocado dessa forma, impede-se um futuro estudo de viabilidade viária nesse local. Denise Attux afirmou que esse inciso foi votado pelo Conselho, e não está havendo alteração nele. A única coisa que se está propondo, segundo ela, é um estudo para diminuição do trânsito de veículos pesados naquele local. Efthymios Panayotes questionou se não se poderia fazer sugestões de mudança no atual inciso VIII. Raphael Leles respondeu que sim. Complementou que, para otimizar e valorizar tudo o que já foi feito até o presente momento, por uma questão temporal, de cronograma, o que está sendo tratado são as sugestões da audiência pública, entretanto, se algum inciso tiver que ser alterado, estão presentes 23 conselheiros com direito a voto, e poderá ser votado. Ressaltou que, por uma questão de objetividade, estão se atendo às sugestões da audiência e que o que a Presidente Denise Attux está deixando claro é que essas questões já foram debatidas, votadas e aprovadas em outras ocasiões. Efthymios Panayotes afirmou que como se está aprovando ou desaprovando uma alteração, acha válida a defesa de uma ideia e a pertinência de aprovação ou não. Raphael Leles afirmou que estava concordando, que só estava chamando atenção, como sugestão, para a objetividade, pois, como os Conselheiros estão lá, as questões deveriam ser levadas a votação, quantas vezes fossem necessárias. Efthymios Panayotes fez a defesa de sua proposta de alteração do inciso. Segundo ele, a rua 15 de novembro “rasga” o bairro Fundinho em dois “ambientes”, impossibilitando que o pedestre possa atravessá-la com o trânsito intenso que ela tem. A rua Coronel Severiano poderia ser uma nova via de acesso ao Centro, permanecendo a 15 de novembro como um elo apenas para travessia de pedestres. Afirmou que não está defendendo fazer isso agora, aprovar isso agora, mas apresentando a possibilidade de um estudo. Acrescentou que quando se usa o termo “manter”, no art. 19, VIII, há uma impossibilidade deste estudo e, portanto, sugere a votação para que seja colocada a possibilidade do estudo nesse inciso. Julieta Cristina, representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes afirmou que a preocupação é muito importante, mas discorda que manter o bairro Fundinho como centro histórico e preservar a estrutura viária traga impedimento a essas preocupações, que são de todos. Acrescentou que existem no Plano de Mobilidade várias diretrizes priorizando os transportes não motorizados e o transporte coletivo, então a 15 de novembro ou qualquer via que tenha um viés de priorização do

pedestre vai ao encontro de várias diretrizes. Concluiu que preservar a estrutura viária não significa preservar a situação que existe hoje, de modo que não entende que seja necessário alterar a estrutura viária do bairro nesse momento, como apontam vários estudos. O Conselho decidiu pela manutenção do texto do art. 19, VIII, como estava e da inclusão da sugestão de estudos para redução do trânsito de veículos pesados na parte de mobilidade urbana do Plano. Efthymios Panayotes, Leandro Cecílio e Tereza Maria votaram pela mudança do texto do inciso. Passou-se à sugestão de alteração do art. 19, XV. Denise Attux afirmou que o entendimento dos técnicos da Prefeitura é o de que dever-se-ia manter a redação que prevê o estímulo a implantação de habitações de interesse social em todo o perímetro urbano. Leandro Cecílio afirmou que vão ficar e que a sugestão é um estudo melhor nas zonas que foram criadas para elas. Acrescentou que se pode fazer habitação de interesse social em todo o perímetro, se permitir, a questão é guiar para as áreas de zona especial de interesse social (ZEIS), que foram criadas especialmente para isso. Denise Attux afirmou que é importante estimular em todo o perímetro para que as habitações de interesse social não fiquem todas concentradas em um lugar só, para que haja diversidade. Marcelange Esper, representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, afirmou que a Lei do Minha Casa Minha Vida é um Plano de Incentivo exatamente para essa habitação existir nesse lugar, então essa legislação, dentro das ZEIS, já existe, e a proposta do Plano Diretor é para estimular em toda a cidade. O Conselho decidiu pela manutenção do texto como estava. Passou-se à análise da sugestão para o art. 20, V. A sugestão foi aprovada. Leandro Cecílio afirmou que o Ministério Público determinou que o Conselho seja composto por 60% de membros da sociedade civil e 40% governamental. Denise Attux afirmou que quando se for criar a Lei do Fundo, também se instituirá o Conselho. Em seguida discutiu-se a sugestão para o art. 20, VII. O entendimento técnico foi de que a região de contribuição abrange inclusive outros Municípios, e de que a redação anterior deveria ser mantida. Decidiu-se manter a redação como estava antes. Passou-se à análise da sugestão para o art. 20, XI, que foi aprovada pelo Conselho. Em seguida, analisou-se proposta para o art. 20, XII. Denise Attux afirmou que o entendimento técnico foi de que o aspecto sugerido deverá ser analisado quando da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Decidiu-se pela manutenção da redação como estava. Pedro Moller votou pela manutenção da sugestão. A sugestão do Corpo de Bombeiros para exigência de instalação de hidrantes públicos em condomínios fechados também foi considerado pelo Conselho como um tema a ser tratado na revisão da Lei do Código de Obras e de Parcelamento do Solo. Em seguida discutiu-se a proposta para o art. 21, I. O Conselho aprovou, atendendo à sugestão, a inclusão de um novo inciso com a seguinte redação: “fomentar a integração intermodal entre

bicicletas e veículos de transporte coletivo”. Em seguida, analisou-se sugestão de supressão do art. 22, II. Denise Attux afirmou que a Prefeitura entende que o inciso deve ser mantido porque envolve questão da acessibilidade nas calçadas de Uberlândia a construção de calçadas de 1,5m nos novos loteamentos. Leandro Cecílio afirmou que a preocupação é gerar um custo duplo para quem comprou, porque quando ela for fazer a obra dela, esse passeio será destruído, e os loteadores vão embutir o custo dessa calçada no custo do lote, então a população pagará duas vezes pela mesma coisa. Julieta Cristina afirmou que ninguém deixa de fazer o asfalto como infraestrutura no leito carroçável porque porventura terá que fazer algum corte e refazer esse trecho, e os técnicos entendem que essa calçada não vai ser demolida no todo, ela pode ser adequada ao acesso veicular, ao padrão de pavimento, mas entendem que o loteamento já vai trazer o perfil dele. Gilmar Rabelo, representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPOD), afirmou que é preciso pensar na mobilidade do pedestre, e quando um loteamento é construído e a ocupação vai se dar a longo prazo, nem todos os lotes estão ocupados e nem todas as calçadas estão executadas, casos em que o cidadão precisa andar na rua ao invés de andar na calçada, que seria o correto. O Conselho decidiu pela manutenção do inciso. Leandro Cecílio votou pela exclusão. Passou-se à leitura de sugestão pra o art. 22, XIII. Os técnicos da prefeitura resumiram a ideia e fizeram proposta de redação, que foi aprovada pelo Conselho. Em seguida, apresentou-se sugestão de nova redação para o art. 22, XIV. A sugestão dos técnicos da Prefeitura, após análise da proposta, foi de estabelecer a seguinte redação: “atualizar e implementar a rede cicloviária integrada”. A nova redação foi aprovada pelo Conselho. Em seguida, discutiu-se a sugestão para o art. 22, XVI. Considerou-se que se trata de uma solução operacional de mobilidade urbana e não é objeto de Plano Diretor. Na sequência, analisou-se a sugestão de inclusão de novo inciso no art. 22, tratando da fluidez para veículos prestadores de serviços de emergência. A sugestão foi aprovada e o inciso foi incluído. Passou-se às sugestões para inclusão de incisos no art. 24. Em relação à manutenção direta da rede de água e esgoto, Alexandre Silva, representante do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), afirmou que o que está sugerido é o que o DMAE já faz. Em relação à criação de um Conselho, Alexandre Silva salientou que já existe o CRESAN, que é um Comitê que tem essas funções. Raphael Leles afirmou que é o Presidente do CRESAN e que esse de fato é um assunto afeto ao Comitê. O Conselho decidiu pela supressão de ambas as sugestões. Passou-se à análise de proposta para exclusão e outra para nova redação do art. 25, III. Tiago Nascimento afirmou que a FIEMG sugeriu a exclusão do inciso porque estudos ambientais integrados da bacia já foram publicados, já estão aprovados e o Município não tem

competência para fazer legislação sobre recursos hídricos, então seria uma questão de incompetência legislativa. Quanto à proibição de empreendimentos hidrelétricos, Tiago Nascimento afirmou que isso não pode ser feito, porque é necessária a comprovação de que não existe a quantidade de água. Fazer estudos integrados da bacia seria refazer estudos que já estão prontos, segundo ele. Raquel Mendes afirmou que quando se vai implantar empreendimento hidrelétrico, antes de se iniciar o processo na SUPRAM, a primeira coisa que é perguntada no Município é se lá pode ser implantado, se o uso é permitido no local. Acrescentou que o Município já passou por isso e não tinha os dados necessários para dizer se poderia ou não, e deve ter sido por isso que esse inciso foi proposto. Decidiu-se pela manutenção da redação do inciso como estava antes. Os representantes de FIEMG, SECOVI e ACIUB votaram a favor da exclusão. Passou-se à análise da sugestão para inclusão de novo inciso no art. 25, sobre criação de Fundo de Recursos Hídricos. A sugestão não foi aprovada pelo Conselho. Em seguida, analisou-se proposta para o art. 26, VII. Aberta votação, decidiu-se pela manutenção da redação como estava antes. Passou-se, então à análise de sugestão para o art. 27, XV. A equipe técnica elaborou nova redação para o inciso, com base na sugestão, que foi aprovada pelo Conselho. Em seguida analisou-se a proposta de exclusão do art. 29, XIII. Leandro Cecílio afirmou que o empreendedor já é responsável pela obra. Segundo ele, os empreendedores fazem a obra e entregam para o DMAE, que começa a arrecadar com essa obra. Continuou dizendo que o Ministério Público já disse que a responsabilidade é do empreendedor sobre essa obra, eles são responsáveis por danos ambientais e por essa obra por tempo indeterminado, assim como quem aprovou o projeto e quem está executando. Se o projeto foi executado de maneira errada, portanto, o empreendedor tem responsabilidade por tempo indeterminado. Marcelange Esper afirmou que são coisas distintas, a responsabilidade civil pela obra e a manutenção. A proposta, segundo ela é de o empreendedor manter por um tempo aquilo funcionando. Alexandre Silva disse que no recebimento da obra, a Prefeitura a recebe em um período de seca e o sistema não passa por um teste. Acrescentou que na parte de água e esgoto é possível fazer o teste, com a rede de água funcionando com pressão, mas na questão da drenagem, o problema é que na primeira chuva é que aparecem os problemas. Concluiu dizendo que o DMAE não arrecada, porque esse serviço foi passado para o DMAE, mas ainda não existe tarifa de drenagem. Aberta a votação, o Conselho decidiu pela permanência do inciso. Leandro Cecílio, Tereza Maria e Efthymios Panayotes votaram pela exclusão. Analisouse, em seguida, sugestão de exclusão do art. 31, II. Aberta a votação, o Conselho decidiu manter o inciso. Passou-se, então, à análise de sugestão de exclusão do art. 31, V. Leandro Cecílio afirmou que tudo que se refere a energia, o loteador precisa solicitar à

CEMIG, que precisa validar, e há várias situações em que é possível melhorar o uso da iluminação, mas os loteadores ficam travados na CEMIG. Denise Attux afirmou que o inciso não está exigindo a rede de iluminação subterrânea nos loteamentos, mas apenas incentivando. O Conselho decidiu pela manutenção do inciso. Em seguida, analisou-se sugestão de alteração de redação no art. 44, I. A proposta foi aprovada. Passou-se, então, à análise de sugestão de nova redação para o art. 44, IX. A proposta foi aprovada. Em seguida, apresentou-se sugestão de novo inciso para o art. 44. Após uma pequena alteração textual da equipe técnica da Prefeitura, o novo inciso foi aprovado com a seguinte redação: “apoiar a implementação de um sistema de comando de operações como ferramenta de gestão operacional e fomentar sua difusão entre os agentes públicos e comunidade envolvida”. Passou-se, em seguida, à análise de sugestão para mais um inciso no art. 44. Entendimento da equipe técnica da Prefeitura é de que esta sugestão já está contemplada no art. 43, III. A próxima sugestão analisada foi de alteração na redação do art. 62, mencionando no texto as áreas sobre as quais deverá incidir o IPTU Progressivo. Denise Attux afirmou que a Lei do IPTU Progressivo já está na Câmara e haveria incongruência entre o Plano Diretor e a Lei que já está na Câmara e sugeriu que os empresários entrem em contato com os vereadores e sugeriram alteração na legislação. Leandro Cecílio afirmou que diante do entendimento em reunião entre empresários, Prefeitura, Ministério Público e Vereadores, a AELO retira a proposta de alteração. O texto foi mantido como estava. Passou-se à análise de sugestão de complementação do art. 119, incluindo “anuência do CMPD”. Denise Attux afirmou que o Decreto que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do CMPD não prevê esta anuência. Marcelange Esper afirmou que esta emenda é impossível, porque se se está compondo algo, não há como aquilo que está sendo composta anuir sem nem existir. Gustavo Mallaco, representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) pediu desculpas pela ausência em parte da reunião e justificou o motivo. Afirmou que talvez a sugestão tenha ficado mal redigida, mas a ideia é que esses decretos relacionados aos Conselhos Municipais vêm, segundo ele, de cima para baixo, sem discussão nos Conselhos. Salientou que a composição, realmente, é o prefeito que vai emitir por decreto, mas o problema é que quando vem um novo decreto os Conselhos não debatem esse decreto. A ideia era, portanto, quando houver um decreto que o Executivo propõe, que pelo menos os Conselhos o debatam internamente. Segundo ele, a democratização da discussão dos decretos interfere inclusive na “vida” do próprio Conselho Municipal, de modo que a intenção é democratizar a discussão internamente, ao contrário do que ocorreu recentemente no CODEMA, em que, de acordo com ele, o Conselho não teve nenhuma

participação nesse decreto que veio do Prefeito. Afirmou que o mesmo se aplica ao CMPD: se em algum momento o for emitido algum decreto e mudar estrutura ou algumas questões, teria essa anuência. Aberta a votação, o Conselho decidiu pela manutenção da redação como estava antes. Denise Attux finalizou a apresentação. Raphael Leles solicitou que a lista dos presentes fosse lida e informou que a condução do processo ocorrerá da mesma forma como tem sido feita até agora, com a publicidade de todos os atos. Afirmou que cumprido o rito interno de envio para a Câmara Municipal, seria válido disponibilizar a minuta do Projeto de Lei no site da Prefeitura e enviá-la aos Conselheiros, para que todos possam levar as discussões que acharem pertinentes para a Câmara. Ressaltou a satisfação de ter a participação de toda a sociedade no processo. Gustavo Malacco afirmou que houve alguns percalços no início do processo e que o horário da Audiência Pública não foi muito bom, porque 14h é um horário difícil para quem trabalha. Questionou a ausência, na última minuta do Plano disponibilizada, das disposições finais e transitórias, que são uma forma de amarrar a discussão da revisão da Lei do Plano Diretor com dois anos de antecedência, porque isso foi um problema enfrentado agora, já que a discussão de revisão foi iniciada o ano do término da vigência. Então essas disposições são necessárias para que o Executivo se organize e inicie essas discussões com alguma brevidade mínima, mas que não seja, segundo ele, atropelado, como foi no ano passado. Denise Attux afirmou que isso será verificado pela equipe técnica. Acrescentou que essa Minuta será finalizada, analisada pela Procuradoria e isso será levado em consideração. Concluiu que assim que o Plano estiver todo formatado será enviado para a Câmara e disponibilizado para consulta. Gustavo Malacco solicitou que se registrasse em ata o texto do art. 125, que dizia: “O Plano Diretor será vigência de no máximo 10 anos, contados a partir da data de sua publicação, prazo cuja revisão e atualização devem ser efetuados com a discussão iniciada com pelo menos dois anos de antecedência”. Por fim, sugeriu que as atas sejam enviadas à Câmara junto com o esboço da Lei, porque será feita uma discussão na Câmara, que se espera que seja democrática, como foi no Conselho, com audiências, e que a Câmara faça seu papel. Afirmou que é importante que as atas estejam no processo para quando se manifestarem possam demonstrar o que foi manifestado no Conselho. Finalizou parabenizando os trabalhos. Raphael Leles solicitou que se deixasse registrado que as mudanças que serão feitas na Procuradoria não vão alterar o trabalho realizado ao longo do ano, serão, segundo ele, mudanças apenas para que se tenha uma formatação que a própria Câmara, o trabalho legislativo em si, exige. Questionou se, caso a Procuradoria entenda que deve haver alguma observação na Minuta do Projeto de Lei, os Conselheiros concordam, porque, repetiu, o que vai ser colocado na justificativa do envio de Projeto de Lei não vai

alterar o conteúdo, de modo que se houver algum acréscimo de parágrafo, termo, frase, não será nos artigos, nos incisos, mas na formatação técnico-legislativa. Gustavo Malacco questionou se essa ata seria enviada para aprovação nesse período de tempo. Raphael Leles afirmou que, como a próxima sessão e a última sessão do ano é no início de dezembro, a ata será enviada para todos, para que todos tenham conhecimento. Concluiu que até o presente momento, graças ao trabalho de todos, não houve nenhum problema em relação a comunicação e envio de documentos. Denise Attux fez a leitura e registro dos Conselheiros presentes. Gustavo Malacco sugeriu o registro em ata de que ele chegou ao final da reunião e não conseguiu pegar toda a discussão. Afirmou que já fez a justificativa, mas gostaria de deixar registrado. Denise Attux agradeceu a todos e finalizou os trabalhos. Nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 16h35 e eu, Antonio Julio de Menezes Andraus Gassani, Secretário-Executivo do Conselho Municipal do Plano Diretor, lavrei esta ata.